



Relatório de Gestão 2016



Évora, 29 de
março de 2017



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2016 a Gesamb comemorou o seu décimo terceiro aniversário. As expectativas para 2016 eram elevadas e passavam pela concretização de diversos projetos e investimentos previstos nas candidaturas apresentadas ao POSEUR, POCTEP e programa Life+, fundamentais para dar cumprimento às metas intercalares definidas pelo Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) 2020 e assumidas no Plano de Ação (PAPERSU) elaborado em 2015 em articulação com os municípios da nossa área de abrangência e os Sistemas da AMCAL e Resialentejo.

Lamentavelmente e por razões que não foi possível esclarecer, o ano de 2016 passou sem qualquer resposta relativamente à aprovação ou não de duas das candidaturas apresentadas ao POSEUR, candidaturas essas que integram os investimentos essenciais ao cumprimento das metas do PERSU 2020, nomeadamente o reforço da rede recolha seletiva e o aumento dos materiais recuperados nas Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico.

De referir que a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico em Évora processou, em 2016, perto de 75 mil toneladas de resíduos urbanos indiferenciados (57 mil da Gesamb) e 5 mil toneladas de verdes, para além da fração de embalagem de plástico e metal recolhida nos ecopontos da nossa área de abrangência. Esta Unidade integra um projeto conjunto, apoiado pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), para a valorização dos resíduos urbanos dos sistemas Gesamb, AMCAL e Resialentejo, compreendendo, para além da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico em Évora, uma unidade similar em Beja, uma Estação de Transferência em Vila Ruiva e uma Unidade de Combustível Derivado de Resíduos que funciona em linha com a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico em Évora.

Assim em 2016 foram encaminhados para a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico de Évora 85% dos resíduos urbanos indiferenciados, recebidos da área de intervenção da Gesamb, no entanto, a linha de CDR por falta de soluções de escoamento para este material manteve-se inoperante. Para além disso, parte do composto produzido, porque não foi possível concluir o processo de certificação e porque se esgotou a capacidade de armazenamento teve de ser encaminhada para aterro.

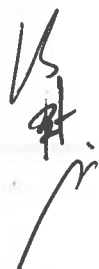
Neste âmbito importa igualmente referir a decisão, da SPV – Sociedade Ponto Verde, de suspensão dos pagamentos dos VIC's (Valores de Informação e Conhecimento) a partir de fevereiro o que implicou, para além de uma redução substancial nas receitas prevista, a inviabilização de encaminhamento para reciclagem de alguns materiais com valores de mercado negativo, nomeadamente o ECAL e embalagens de plástico misto.

Relativamente às quantidades recebidas, em 2016 regista-se pelo terceiro ano consecutivo um aumento do quantitativo global, no entanto, a fração de resíduo indiferenciado que representa cerca de 78% dos resíduos recebidos, depois de uma inversão de tendência em 2014, voltou a sofrer uma diminuição relativamente ao ano anterior assumindo o valor mais baixo de sempre (67 mil toneladas).

No entanto, apesar dos constrangimentos referidos, 2016 foi também o ano em que se conseguiu inverter a evolução negativa dos materiais recolhidos no âmbito do SIGRE – Sistema Integrado de Resíduos de Embalagem registada nos últimos 6 anos.

Por fim importa salientar a atribuição no final de 2016 da certificação segundo os normativos de qualidade, NP EN ISO 9001, e ambiente, NP EN ISO 14001, para todas as atividades da Gesamb (desde a receção, recolha, transporte, acondicionamento, armazenamento temporário, triagem até à valorização orgânica e deposição final de resíduos urbanos).



Os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança na Gesamb.



Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	0
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	3
MISSÃO.....	3
VISÃO	3
VALORES	3
FROTA	2
CERTIFICAÇÃO.....	2
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃO SOCIAIS.....	3
ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA.....	4
ATIVIDADE DA EMPRESA	5
RECEÇÃO DE RESÍDUOS.....	5
TOTAIS RECECIONADOS POR TIPO DE RESÍDUO	5
TOTAIS RECECIONADOS POR INSTALAÇÃO	6
RECOLHA INDIFERENCIADA	7
QUANTIDADES POR MUNICÍPIO.....	7
RECOLHA SELETIVA	9
QUANTIDADES.....	9
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS - SIGRE.....	10
RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO	12
QUANTITATIVOS DOS RCD RECECIONADOS.....	13
QUANTITATIVOS DOS RCD ENCAMINHADOS.....	14
DESLOCAÇÕES.....	14
TRANSPORTE DE RU INDIFERENCIADOS	14
TRANSPORTE DA RECOLHA SELETIVA.....	15
TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO	17
QUANTIDADES PROCESSADAS NO TMBE.....	18
MATERIAL ENVIADO PARA RECICLAGEM	19
RECOLHA SELETIVA.....	19
RECOLHA INDIFERENCIADA - UTMB.....	20
DEPOSIÇÃO EM ATERRO	20
METAS DO PERSU2020	21
METAS DO DESPACHO N.º 7111/2015, DE 29 DE JUNHO	22
PLANO DE MONITORIZAÇÃO	23
MANUTENÇÃO.....	27
ORDENS DE TRABALHO.....	27
PEDIDOS DE INTERVENÇÃO.....	29
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	30
AÇÕES PERMANENTES.....	30
SESSÕES DE SENSIBILIZAÇÃO/ESCLARECIMENTO E WORKSHOPS.....	30
VISITAS ÀS INSTALAÇÕES	31
STAND INFORMATIVO – “ESTAMOS A TRABALHAR PARA O SEU DESCANSO”	31
AÇÕES PONTUAIS.....	32
SEMANA EUROPEIA DA PREVENÇÃO DE RESÍDUOS 2016 – AÇÃO #DESCOMPLICA.....	32
GESTÃO DE PESSOAS	34
REPARTIÇÃO DO EFETIVO	34
NÍVEL ETÁRIO	35
NÍVEIS HABILITACIONAIS.....	35
FORMAÇÃO	35
TAXA DE ABSENTISMO.....	36
SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO.....	36
RESULTADOS	37
RESULTADOS DO EXERCÍCIO, BALANÇO FUNCIONAL E EQUILÍBRIO FINANCEIRO	38
DESEMPENHO ECONÓMICO E PRINCIPAIS INDICADORES	42
RESULTADOS DO EXERCÍCIO E CONTROLO ORÇAMENTAL	44

POLÍTICA DE PREÇOS.....	46
EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE E A TERCEIROS	49
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	50
OUTROS.....	50
EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE.....	51
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO	52
ANEXO I RELATÓRIO EMITIDO PELA POCALENTEJO	54
ANEXO II PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO.....	55
ANEXO III PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA - 2016	56

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM, desenvolve a sua atividade desde 2004, sendo responsável pela gestão integrada dos resíduos urbanos (RU) produzidos nos municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa.

A Gesamb é uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos:

- 600.000 Euros, pela CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, adiante designada CIMAC, integralmente realizado.
- 400.000 Euros, pela LENA AMBIENTE – Gestão de Resíduos, S. A., integralmente realizado



Figura 1 – Municípios da área de abrangência da Gesamb

MISSÃO

Assegurar a gestão integrada do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito de Évora, utilizando as técnicas mais seguras e ambientalmente adequadas, tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade e aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o setor dos resíduos.

VISÃO

Ser reconhecida como uma organização de referência pela ecoeficiência do seu desempenho e promoção da sustentabilidade ambiental e social.

VALORES



INFRAESTRUTURAS

Nas suas instalações em Évora são tratadas anualmente 86 mil toneladas de RU, produzidos pelos cerca de 147 mil habitantes da sua área de intervenção (6.500 km²), mais 17 mil toneladas recebidas da Resialentejo e AMCAL, no âmbito do “Acordo relativo à exploração e gestão integrada dos sistemas de tratamento mecânico e biológico dos resíduos urbanos dos Sistemas Gesamb, Resialentejo e AMCAL”



Figura 2 – Infraestruturas que integram a Gesamb

- 1 Aterro Sanitário e ETAL, Centro de Triagem, Ecocentro, Unidade de Valorização RCD e Tratamento Mecânico e Biológico
- 2 Estação de Transferência e Ecocentro de Borba
- 3 Estação de Transferência e Ecocentro de Montemor-o-Novo;
- 4 Estação de Transferência e Ecocentro Mora;
- 5 Estações de Transferência e Ecocentro Reguengos de Monsaraz;
- 6 Ecocentro de Estremoz
- 7 Ecocentro de Vendas Novas

FROTA

Para assegurar o transporte dos RU indiferenciados rececionados nas 4 Estações de Transferência, a Gesamb dispõe de 6 viaturas, 10 semirreboques e 3 contentores fechados (1 compactador estático em Mora). As 2 viaturas de 4 eixos e compactadores estáticos estão afetadas à ET de Mora que possui características técnicas diferentes das restantes, para adaptação ao nível dos quantitativos rececionados (o compactador estático opera com 3 contentores fechados). As restantes 4 viaturas asseguram o transporte das outras 3 ET onde são mantidos pisos móveis que asseguram a disponibilidade de capacidade de receção.

Figura 3 – Frota do Transporte de RU



Para assegurar a recolha nos ecocentros, ecopontos e recolha dedicadas junto do setor não doméstico a Gesamb possui 10 viaturas com sistema de ampliroll e dotadas de grua para transporte de auto compactadores ou contentores de 30 m³. Para acondicionamento dos resíduos estão disponíveis 11 auto compactadores e cerca de 120 contentores.



CERTIFICAÇÃO

Em 2011 a Gesamb iniciou o processo de implementação de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, tendo ficado concluído no final de 2015, nesta data foi iniciado o procedimento para contratação de serviços de auditoria para emissão da certificação. Durante o 2º trimestre de 2016 (abril) foi realizada auditoria para concessão da certificação, pela empresa EIC – Empresa Internacional de Certificação, sendo que no final de 2016 foi atribuída certificação segundo os normativos de qualidade, NP EN ISO 9001, e ambiente, NP EN ISO 14001, para todas as atividades da Gesamb (desde a receção, recolha, transporte, acondicionamento, armazenamento temporário, triagem até à valorização orgânica e deposição final de resíduos urbanos).

No âmbito deste projeto foi criado um Código de Ética e Conduta, aprovado por unanimidade na reunião do Conselho de Administração da Gesamb, de 27/06/2014, o qual foi divulgado junto de todos funcionários com recurso a ações de formação realizadas por setores de atividade.

EMPRESA CERTIFICADA

eic

ISO 9001

Qualidade

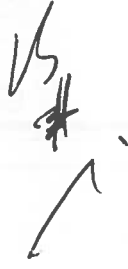
EMPRESA CERTIFICADA

eic

ISO 14001

Ambiente

Figura 4 – Logotipos certificação



COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃO SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Formada pelos representantes dos detentores do capital estatutário
CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
Lena Ambiente, SA.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eleito na Assembleia Geral de 20 de fevereiro de 2014

Presidente: Luís Simão, CIMAC

Vogais: Júlio de Jesus Bento
Bernardino Pinto, CIMAC

FISCAL ÚNICO

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.

ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

A estrutura funcional da empresa, atualizada em agosto de 2016, é apresentada no organigrama seguinte.

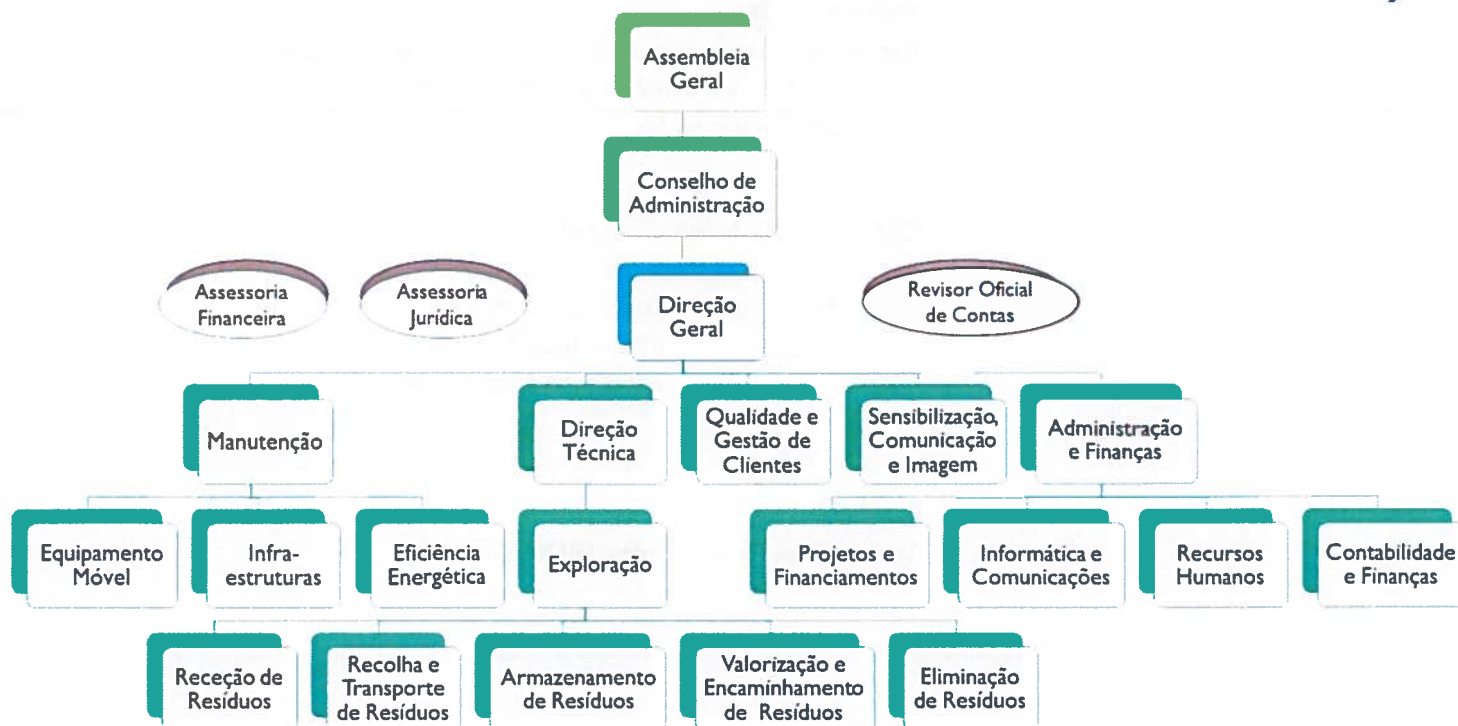
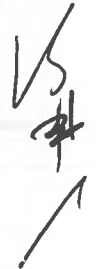


Figura 5 – Organigrama da Gesamb



ATIVIDADE DA EMPRESA

RECEÇÃO DE RESÍDUOS

TOTAIS RECECIONADOS POR TIPO DE RESÍDUO

No orçamento para 2016 previa-se receber um total de 78,5 mil ton. de resíduos, tendo sido efetivamente recebidas 86 mil, ou seja 9,74% acima do previsto. No entanto, no que respeita à fração de Resíduos Urbanos (RU) indiferenciados, a previsão (69 mil ton.) apontava para um valor superior ao registado, 67 mil ton., ou seja -3,25% do previsto e -0,37% do recebido em 2015.

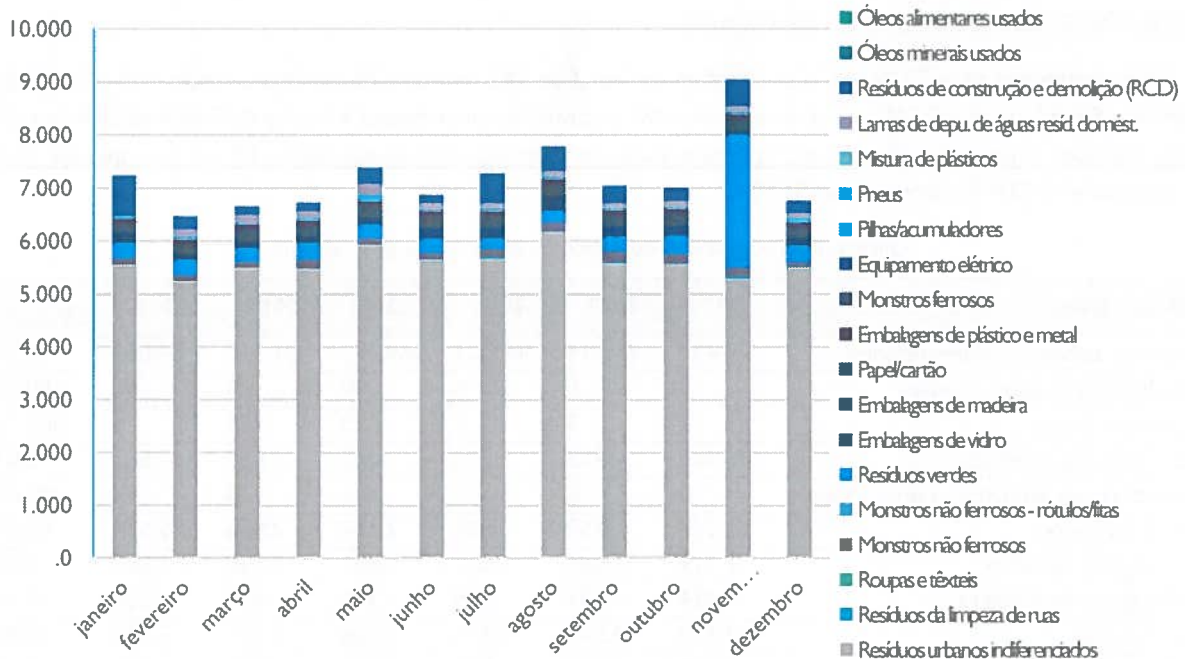
Quadro I – Totais anuais de Resíduos rececionados pela Gesamb

Resíduo (ton.)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Var. 2016/2015
Resíduos urbanos indiferenciados	74.407	69.574	68.227	69.693	67.317	67.065	-0,37%
Resíduos da limpeza de ruas	0	0	0	0	0	151	100,00%
Roupas e têxteis	2	3	1	3	0,38	3	800,00%
Monstros não ferrosos	933	733	710	765	1.550	1.582	2,07%
Monstros não ferrosos - rótulos/fitas	0	0	0	0	0	44	100,00%
Resíduos verdes	1.564	752	838	2.154	2.956	5.577	88,67%
Embalagens de vidro	2.219	1.966	1.691	1.697	1.730	1.800	4,04%
Embalagens de madeira	424	353	265	380	304	280	-8,11%
Papel/cartão	2.850	2.512	2.331	2.248	2.011	2.270	12,84%
Embalagens de plástico e metal	1.032	1.040	1.024	1.012	1.015	1.085	6,87%
Monstros ferrosos	32	63	13	18	21	32	49,95%
Equipamento elétrico	42	52	47	28	23	28	21,46%
Pilhas/acumuladores	2	0	1	0	0,08	2	2150,00%
Pneus	735	731	643	644	726	788	8,55%
Mistura de plásticos	112	84	87	110	92	51	-44,50%
Lamas de depu. de águas resid. domést.	0	0	0	0	0	1.296	100,00%
Resíduos de construção e demolição (RCD)	0	442	1.134	2.214	4.249	4.057	-4,53%
Total Rececionado	84.353	78.304	77.012	80.965	81.994	86.108	5,02%

Deram ainda entrada no sistema 1,21 ton. de óleos minerais usados e 16,73 ton. de óleo alimentar usado, o que representa, relativamente ao ano anterior, um decréscimo de -2,23 ton. nos óleos minerais e um aumento de 7,40 ton. nos óleos alimentares usados.

Para além dos RU indiferenciados produzidos na área de intervenção da Gesamb foram, no âmbito do “Acordo relativo à exploração e gestão integrada dos sistemas de tratamento mecânico e biológico dos resíduos urbanos dos Sistemas Gesamb, Resialentejo e AMCAL”, recebidos em 2016, resíduos indiferenciados dos sistemas da AMCAL e da Resialentejo, 7.562,6 ton. e 9.641,9 ton. respetivamente.

Gráfico 1 – Resíduos rececionados mensalmente em 2016, Ton.



O gráfico anterior evidencia a oscilação sazonal na receção de RU.

Em 2016, os meses com maiores quantitativos rececionados foram maio, agosto e novembro. Novembro foi o mês onde se registou o maior quantitativo rececionado devido a descargas de resíduos verdes por parte do Município de Évora.

Em 2016, com exceção do RU indiferenciados ou equiparado, embalagens de madeira, mistura de plásticos, resíduos de construção e demolição e óleos minerais usados, nas restantes frações verificou-se um aumento dos quantitativos rececionados. O aumento dos quantitativos rececionados em 2016 comparativamente com o ano 2015 deve-se, sobretudo, às quantidades de resíduos verdes, que regista um aumento de 88,7% (+ 2.621 ton.), e às lamas de depuração de águas residuais domésticas (+ 1.296 ton.), tipologia que foi rececionada apenas em 2016.

TOTAIS RECECIONADOS POR INSTALAÇÃO

No ano de 2016 foram rececionados, por instalação, os seguintes resíduos:

Quadro 2 – Quantidades de resíduos (ton.) rececionados por instalação

Resíduo (ton.)	ET/EC Borba	EC Estremoz	EC/TMB/ Aterro Évora	ET/EC Montemor-o-Novo	ET/EC Mora	ET/EC Reguengos de Monsaraz	ET/EC Vendas Novas	Total	Var. 2016 / 2015
Resíduos urbanos indiferenciados	16.311,16	0	26.259,74	12.359,82	5.202,36	6.931,86	0	67.064,94	-0,37%
Resíduos da limpeza de ruas	13,64	0	137,30	0	0	0	0	150,94	100,00%
Roupas e têxteis	0	1,44	0,90	1,08	0	0	0	3,42	100,00%
Monstros não ferrosos	60,30	106,26	719,34	127,54	103,26	120,30	344,90	1.581,90	2,07%
Monstros não ferrosos - rótulos/fitas	0	1,68	42,16	0	0	0	0	43,84	0
Resíduos verdes	124,62	347,30	3.991,08	200,06	18,74	278,48	616,24	5.576,52	88,67%
Embalagens de vidro	1,30	35,74	1.688,52	28,30	0,68	26,32	19,38	1.800,24	4,04%

Quadro 2 – Quantidades de resíduos (ton.) rececionados por instalação (continuação)

Resíduo (ton.)	ET/EC Borba	EC Estremoz	EC/TMB/Aterro Évora	ET/EC Montemor-o-Novo	ET/EC Mora	ET/EC Reguengos de Monsaraz	ET/EC Vendas Novas	Total	Var. 2016 / 2015
Embalagens de madeira	17,12	15,34	191,34	31,06	0	0,24	24,40	279,50	-8,11%
Papel/cartão	19,84	37,90	2.140,74	16,78	4,92	10,82	38,50	2.269,50	12,84%
Embalagens de plástico e metal	12,06	20,90	992,68	14,78	22,18	9,40	13,04	1.085,04	6,87%
Monstros ferrosos	11,38	0,66	1,40	10,60	0,38	6,86	0,42	31,70	49,95%
Equipamento elétrico	1,42	4,12	5,34	6,64	0,60	7,14	2,36	27,62	21,46%
Pilhas/acumuladores	0	0	1,68	0	0	0,02	0,10	1,80	2150,00%
Pneus	0	0	787,56	0	0	0	0	787,56	8,55%
Mistura de plásticos	4,54	4,50	15,50	2,76	20,22	1,86	1,58	50,96	-44,50%
Lamas de depu. de águas resid. domést.	0	0	1.295,52	0	0	0	0	1.295,52	100,00%
Resíduos de construção e demolição (RCD)	49,16	223,22	2.489,06	769,98	58,48	135,42	331,56	4.056,88	-4,53%
Óleos minerais usados	0,05	0,16	0,16	0,43	0	0,3	0,11	1,21	-64,91%
Óleos alimentares usados	0	0	16,73	0	0	0	0	16,73	79,37%
Total 2016	16.626,59	799,22	40.776,75	13.569,83	5.431,82	7.529,01	1.392,59	86.125,82	5,02%
Total 2015	16.576,74	711,97	37.307,24	13.079,94	5.504,30	7.602,16	1.224,52	82.006,87	
Varição 2016/2015 - %	0,30%	12,26%	9,30%	3,75%	-1,32%	-0,96%	13,73%	5,02%	
Varição 2016/2015 – Ton.	49,85	87,26	3.469,51	489,89	-72,48	-73,15	168,07	4.118,95	
Peso de cada instalação - %	19,31%	0,93%	47,35%	15,76%	6,31%	8,74%	1,62%		

O Ecocentro de Vendas Novas registou o maior aumento em termos percentuais de receção de resíduos em relação a 2015, com um crescimento de 13,73%, seguido do Ecocentro de Estremoz com um aumento de 12,26%. O aumento no Ecocentro de Vendas Novas teve origem no incremento da deposição de monstros não ferrosos (+82 ton) e de resíduos de construção e demolição (+78 ton). Em relação ao Ecocentro de Estremoz, registou-se um aumento da deposição de resíduos de construção e demolição (+170 ton), verificando-se, no entanto, uma diminuição de resíduos verdes (-117 ton).

Nas restantes localizações registaram-se aumentos na recção de resíduos, com exceção do EC/ET de Mora e de Reguengos de Monsaraz que registaram uma diminuição de -1,32% e -0,96% respetivamente. Foram os resíduos urbanos indiferenciados que contribuíram para a diminuição das quantidades entregues em Mora (-134 ton) e em Reguengos de Monsaraz (-169 ton).

Em termos globais, verificou-se um aumento de 5,02% de resíduos rececionados no sistema (+ 4.119 ton).

RECOLHA INDIFERENCIADA

QUANTIDADES POR MUNICÍPIO

Os municípios que integram o sistema gerido pela Gesamb assumem a recolha dos RU indiferenciados. Os resíduos recolhidos são por sua vez entregues diretamente na UTMB ou numa das quatro Estações de Transferência (ET) que integram o sistema, localizadas em Borba, Montemor-o-Novo, Mora e Reguengos de Monsaraz, para posterior transporte para Évora.

Em 2016 foi rececionado um total de 66.601 toneladas de RU's ou equiparados recolhidos pelos 12 municípios que integram a área de intervenção da Gesamb, -0,36% que no ano 2015. Esta quebra foi generalizada em todos os municípios com exceção dos Municípios de Estremoz (+0,18%), Montemor-o-Novo (+1,39%) e Vendas Novas (+3,04%).



Figura 6 - Estação de Transferência

O gráfico 2 mostra o peso do total anual dos quantitativos de resíduos urbanos ou equiparados recebidos em 2016 de cada um dos municípios que integram a Gesamb.

Nestes destaca-se claramente o município de Évora com um peso de 39% do total, seguindo-se Montemor-o-Novo, com um peso de 11%.

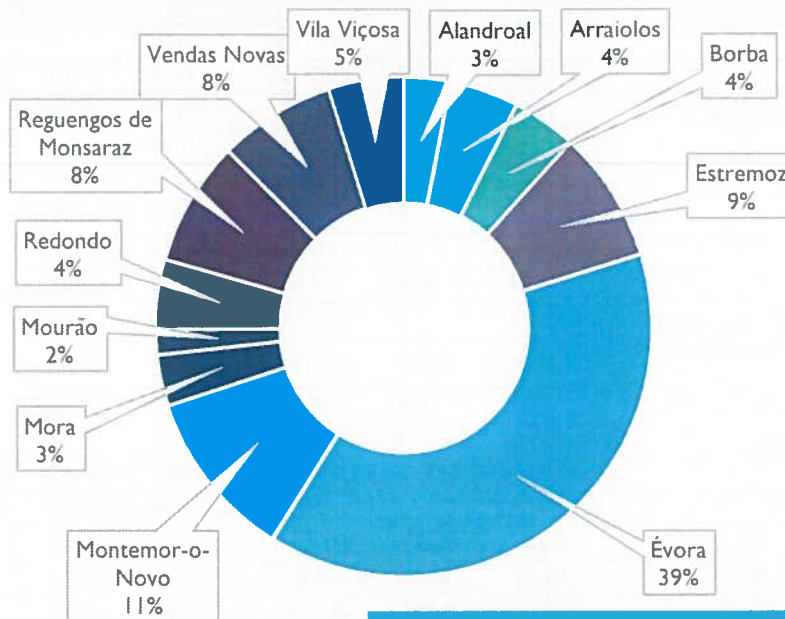
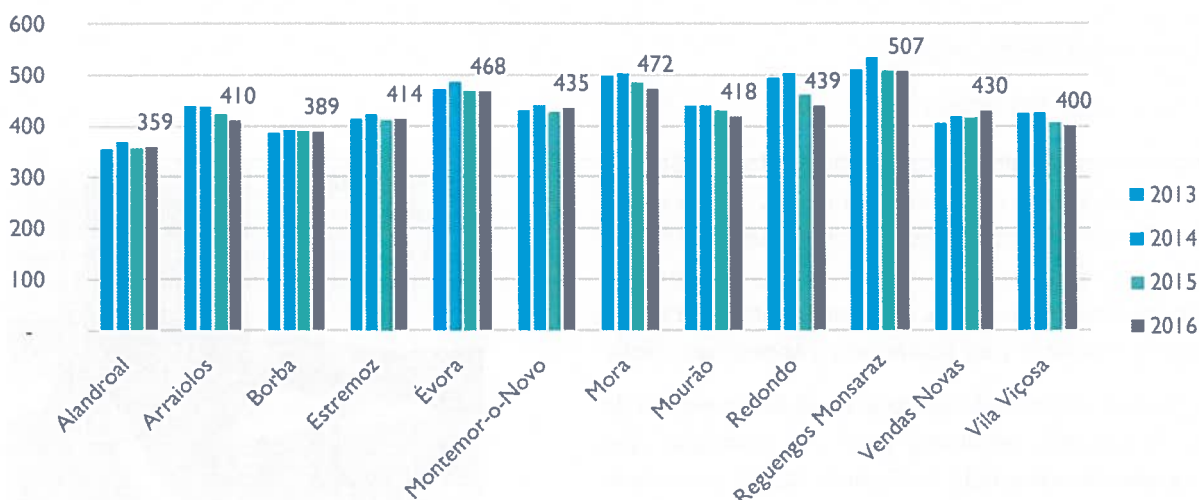


Gráfico 2 – Origem dos RU recebidos

Em 2016, a capitação (kg de RU indiferenciados produzido por habitante / ano, por município) regista um valor médio de 443 kg/ habitante/ ano. Comparativamente a 2015 verifica-se um decréscimo de -1 kg/ habitante/ano, sendo que este constitui o menor valor registado desde o início da operação.

Os valores de capitação apresentados no gráfico seguinte, foram obtidos para uma população de 150.500 habitantes, de acordo com dados publicados pelo INE (Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2013), enquanto, para o ano 2012 foi usada como referência os dados do INE (Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2012), de 152.031 habitantes o que torna ainda mais expressiva esta quebra de produção

Gráfico 3 – Evolução da capitação de RU (kg de RU produzido por habitante, por município)





RECOLHA SELETIVA

QUANTIDADES

Os resíduos recolhidos na rede de ecopontos (718 baterias, 289 vidrões isolados, 12 papelteiras isoladas, e 177 oleões) assim como os resíduos valorizáveis entregues diretamente num dos 7 ecocentros geridos pela Gesamb, são encaminhados, depois de processados, para os diversos retomadores licenciados para proceder à sua receção e valorização.



Figura 7 - Equipamento de deposição de resíduos valorizáveis

Em relação aos resíduos passíveis de serem valorizados, por origem, deram entrada no sistema as seguintes quantidades.

Quadro 3 – Material rececionado com potencial de valorização por origem (ton.)

Fração	Recolha de Ecopontos	Recolhas Dedicadas	Entrega Particulares	Entrega Municípios	Resíduos Solidários	Total
Embalagens de Vidro	1.550,48	173,46	44,66	31,64	0	1.800,24
Papel / Cartão	1.300,70	493,86	131,14	200,08	143,72	2.269,50
Embalagens plástico e metal	829,90	140,64	77,88	35,90	0,72	1.085,04
Embalagens de Madeira	0	56,48	215,46	7,56	0	279,5
Pneus - Mistura	0	98,88	637,98	50,70	0	787,56
Monstros ferrosos	0	0,02	15,70	15,98	0	31,7
Equipamento elétrico	0	0	10,02	17,60	0	27,62
Pilhas / Acumuladores	1,66	0	0,12	0,02	0	1,8
Mistura de plásticos	0	0,18	30,86	19,92	0	50,96
Óleo Alimentar Usado	13,54	3,14	0,05	0	0	16,73
Óleos minerais usados	0	0	1,20	0,01	0	1,21
Resíduos Constr. Demolição	0	448,30	3.496,02	112,56	0	4056,88
TOTAL	3.696,28	1.414,96	4.661,09	491,97	144,44	10.408,74

Relativamente aos resíduos valorizáveis entrados no sistema, foi previsto em orçamento receber 7.705 ton., sendo que foram rececionadas 10.408,74 ton., o que representa um desvio positivo de +2.704 ton. (+35,1%).

Comparativamente com 2015, foram rececionadas mais 224,45 ton. de resíduos com potencial de valorização o que é justificado principalmente pelo aumento das quantidades entradas de papel/cartão.

Analisando os dados por origem, o aumento na recolha seletiva de ecopontos em relação a 2015 verifica-se pelo aumento do vidro (+70 ton) e de embalagens de plástico/metal (+31,56 ton). Em sentido inverso, o papel/cartão verificou uma diminuição de 16 ton.

Comparativamente a 2015, as recolhas dedicadas verificaram uma diminuição de 9,11%, explicado pela diminuição de 474,86 ton nos resíduos de construção e demolição. No entanto, verificou-se um aumento nas embalagens de vidro (+42,70 ton), no papel/cartão (+218,30 ton) e nas embalagens de plástico/metal (+56,54 ton).

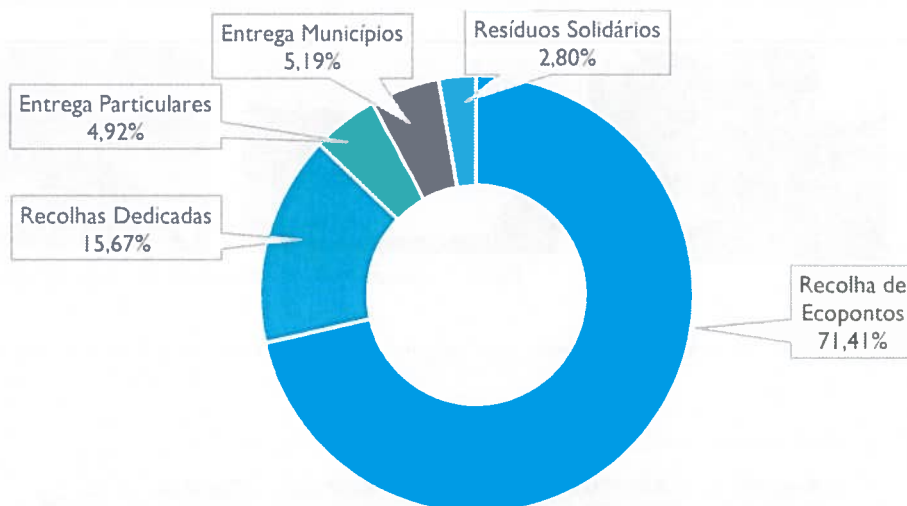
O aumento de 19,15% (+749,17 ton) verificada nas entregas de particulares tem origem nos resíduos de construção e demolição.

Nas entregas dos municípios registou-se uma diminuição de 55,82%, explicada pela redução verificada nos resíduos de construção e demolição (-528,44 ton), papel/cartão (-58 ton) e embalagens de vidro (-36,76 ton).

Handwritten signature and mark

O aumento verificado na entrada da fração de embalagens de papel/cartão deve-se ao esforço que tem vindo a ser feito ao nível da recolha dedicada realizada diretamente junto dos particulares no sentido de aumentar as quantidades de recicláveis recebidas, assim como o sucesso da campanha de solidariedade “Resíduos Solidários”. Em relação às embalagens de plástico/metalo aumento deve-se às recolhas dedicadas realizadas diretamente junto dos particulares e da recolha seletiva de ecopontos.

Gráfico 4 – Peso das quantidades recolhidas e rececionadas de papel/cartão, plástico/metalo e vidro por origem



A recolha de ecopontos representa 71,41% do total das quantidades recolhidas e depositadas de embalagens de vidro, papel/cartão e embalagens de plástico/metalo, seguido das recolhas dedicadas (15,67%) e entregas de Municípios (5,19%).

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS - SIGRE

O Decreto-Lei n.º 366-A/97 de 20 de dezembro, estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens, com o objetivo de reduzir a sua eliminação final por via, de entre outras operações de valorização, da reciclagem.

Cabe ao responsável pela primeira colocação no mercado nacional dos produtos embalados (embalador), a responsabilidade pela gestão das embalagens quando estas atingem o final de vida útil. Esta responsabilidade pode ser a título individual (sistema de consignação) ou transferida para um sistema coletivo (sistema integrado). O sistema integrado envolve os diversos intervenientes no processo de gestão de embalagens e resíduos de embalagens atribuindo diferentes responsabilidades e obrigações nas diversas fases do ciclo de vida da embalagem. A gestão do sistema integrado de embalagens e resíduos de embalagens ao nível nacional é da responsabilidade de duas entidades gestoras licenciadas para o efeito (Sociedade Ponto Verde e Novo Verde).

Cabe às entidades gestoras do sistema integrado de embalagens e resíduos de embalagens (SIGRE) as seguintes atribuições:

- Concretização das responsabilidades dos operadores económicos;
- Estruturação da rede de recolha seletiva assente nas infraestruturas existentes dos municípios/ Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU);
- Financiamento dos custos de triagem, armazenagem, transporte, tratamento e valorização dos resíduos de embalagens depositados nas redes de recolha seletiva;
- Cumprimento de metas de recolha e objetivos mínimos de valorização.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Dado que as câmaras municipais ou sistemas de gestão por estas constituídos são responsáveis, nos termos da legislação em vigor, pela recolha dos resíduos urbanos, devem beneficiar das contrapartidas financeiras que derivem da aplicação do sistema integrado, a fim de assegurarem a recolha seletiva e triagem dos resíduos de embalagens contidos nos resíduos urbanos.

Para o efeito foram celebrados contratos entre as entidades gestoras e os municípios / SGRU e com os recicladores que asseguram a retoma e valorização dos materiais recuperados.

Desta forma a responsabilidade pelo cumprimento das metas de recolha e objetivações de retoma cabe às entidades gestoras devendo, no entanto, o esforço com vista ao seu atingimento ser distribuído pelos SGRU.

Face ao anteriormente exposto, a Gesamb tem vindo a envidar esforços através do reforço da rede de recolha seletiva no sentido de atingir as objetivações que lhe foram atribuídas. O quadro seguinte apresenta a evolução das quantidades recolhidas e recebidas nos fluxos vidro, papel/cartão e embalagens de plástico e metal.

Quadro 4 – Toneladas de Material Recolhido e Recebido (ton.)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Vidro	2.162,28	2.219,20	1.966,02	1.690,98	1.697,24	1.730,26	1.800,24
Papel/Cartão	3.216,76	2.850,24	2.512,18	2.330,99	2.248,30	2.011,32	2.269,50
Embalagens de Plástico e Metal	1.105,27	1.032,12	1.039,71	1.023,58	1.011,56	1.015,26	1.085,04
Total	6.484,31	6.101,56	5.517,91	5.045,55	4.957,10	4.756,84	5.154,78

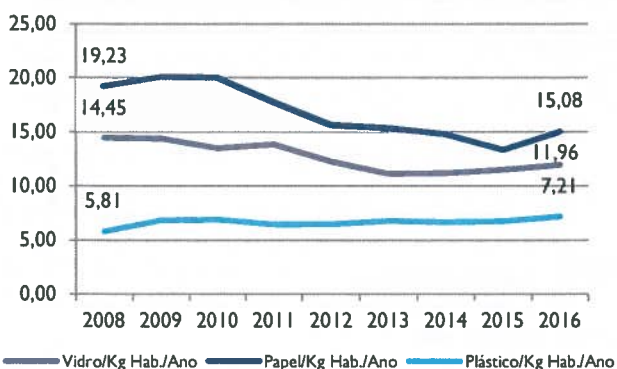
As embalagens recolhidas nos ecopontos, particulares e recebidas nos ecocentros são, depois de processadas no Centro de Triagem e Valorização (CTV), encaminhadas através da SPV – Sociedade Ponto Verde que assegura a retoma de embalagens de vidro, plástico, metal e papel e o seu envio para reciclagem.

A capitação do sistema em 2016 posiciona-se em 35,00 kg/hab/ano, para uma população de 147.287 habitantes (População média residente anual, ano 2015, INE). De forma a comparar com o ano anterior considera-se uma população de 150.500 habitantes (Anuário estatístico da região Alentejo 2013, INE), o que resulta numa capitação para ano 2016 de 34,25 kg/hab/ano.

Comparando com o ano de 2015 verifica-se um aumento da capitação total em cerca de 2,64 kg/hab/ano. Para este aumento contribuiu essencialmente o aumento verificado no município de Évora (+4,72 kg/hab/ano) devido ao peso que a população tem no sistema.

Para uma previsão em Orçamento de 5.890 ton. foram rececionadas 5.155 ton., ou seja menos 12,5% do previsto. Relativamente a 2015 verificou-se um aumento de 8,37%, contrariando a tendência dos anos anteriores. Todas as frações registaram um aumento em relação a 2015.

Gráfico 5 - Evolução das capitações (kg Material/Hab.)



Analisando as capitações por material rececionado (kg/habitante/ano) verifica-se uma tendência de subida relativamente a 2015, com 15,08 kg/hab de papel/cartão enquanto em 2015 era de 13,36 kg/hab, no caso do vidro o registo é de 11,96 kg/hab enquanto em 2015 era de 11,50 kg/hab, relativamente ao plástico e metal o registo em 2016 é de 7,21 kg/hab enquanto em 2015 era de 6,75 kg/hab.

RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Com a implementação do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição em 2014 a Gesamb passou a assegurar os seguintes serviços:

- Receção de RCD nos ecocentros (Mora, Reguengos de Monsaraz, Borba, Estremoz, Montemor-o-Novo e Vendas Novas), com disponibilização de um posto para a fração inerte e outro para a fração de mistura de RCD;
- Receção de RCD na Unidade de Valorização em Évora, provenientes dos ecocentros ou entregues e/ou recolhidos diretamente em obras. Nesta unidade procede-se à triagem das diversas frações de RCD com vista ao encaminhamento para valorização ou eliminação final;
- Recolha de RCD em Obra. A colocação, recolha e transporte de RCD é efetuada a partir de contentores de 6m³ e 10m³ e *big-bags* de 1m³.

Figura 8 – Sistema Integrado de Gestão de RCD



Quadro 5 – Tipologia de RCD geridos

Tipo de Resíduo	Ecocentros (1)	Évora (2)
Betão	x	x
Tijolos	x	x
Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos	x	x
Misturas ou frações sep. betão, tijolos, ladrilhos, telhas e mat. cerâmicos contendo sub. perigosas		x
Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos não abrangidos em 17 01 06	x	x
Madeira (não embalagem)	x	x
Vidro (não embalagem)	x	x
Plástico (não embalagem)	x	x
Vidro, plástico e madeira contendo ou contaminados com substâncias perigosas		x
Misturas betuminosas contendo alcatrão		x
Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01	x	x
Alcatrão e produtos de alcatrão		x
Solos e rochas não abrangidos em 17 05 03		x
Lamas de dragagem não abrangidas em 17 05 05		x
Balastros de linhas de caminho de ferro não abrangidas em 17 05 07		x
Materiais de isolamento contendo amianto		x
Outros materiais de isolamento contendo ou constituídos por substâncias perigosas		x
Materiais de isolamento não abrangidos em 17 06 01 e 17 06 03		x
Materiais de construção contendo amianto		x
Materiais de construção à base de gesso contaminados com substâncias perigosas		x
Materiais de construção à base de gesso não abrangidos em 17 08 01		x
Resíduos de construção e demolição contendo mercúrio		x
Resíduos de construção e demolição contendo PCB		x
Outros RCD (incluindo mistura de resíduos) contendo substâncias perigosas		x
Misturas de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03	x	x

(1) Ecocentros: Borba, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas

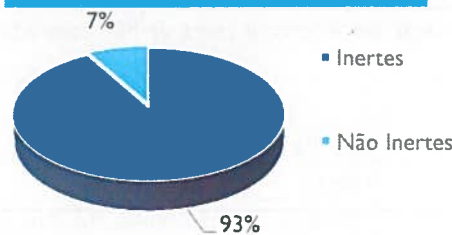
(2) Unidade de Valorização de RCD em Évora

Handwritten signature and initials

QUANTITATIVOS DOS RCD RECECIONADOS

Em 2016 foram recebidas cerca de 4.057 toneladas de RCD, das quais 93% (3.784 ton.) representam material inerte e 7% (273 ton.) material não inerte.

Gráfico 6 – Quantidade de RCD rececionado por natureza



Quadro 6 – Totais de RCD rececionados (ton.) em 2016

Tipo de Resíduo	Total
1) Betão	430,76
1) Tijolos	18,42
1) Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos	66,32
1) Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas, mat. cerâmicos não abran. 17 01 06	2.082,24
2) Madeira (não embalagem)	23,06
2) Vidro (não embalagem)	1,54
2) Plástico (não embalagem)	0,74
1) Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01	173,54
1) Solos e rochas não abrangidos 17 05 03	1.186,14
2) Materiais de isolamento não abrang. em 17 06 01/ 03	19,50
2) Materiais de construção à base de gesso não abran. 17 08 01	2,20
2) Misturas de RCD não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03	52,42
Total	4.056,88

1) Para valorização / 2) Para eliminação em Aterro

Em termos de orçamento estava prevista a receção de 505,01 toneladas de RCD, tendo-se recebido mais 3552 toneladas o que corresponde a 803% dessa previsão.

Comparando com o mesmo período do ano anterior, verifica-se uma diminuição de cerca de 192 toneladas de RCD, ou seja, menos 5%.

Quadro 7 – Recolhas em obra e entregas nas instalações da Gesamb (ton.)

jan.	fev.	mar	abr.	mai.	jun.	jul.	ago	set	out	nov.	dez	Total
Totais Recolhas e Entregas - 2016												
746	241	155	166	302	149	553	469	324	239	491	222	4.057

Variação		
2016	2015	Var. 2015/2016
4.057	4.249	-4,53%

Das 4.057 toneladas rececionadas, 113 toneladas (3%) foram entregues pelos municípios e 3.944 toneladas (97%) por clientes particulares.

O município de Vendas Novas representa 37% dos resíduos totais recebidos (113 ton.) dos municípios.

Dos 12 municípios que integram o Sistema Integrado de Gestão de RCD, 5 não efetuaram qualquer entrega.

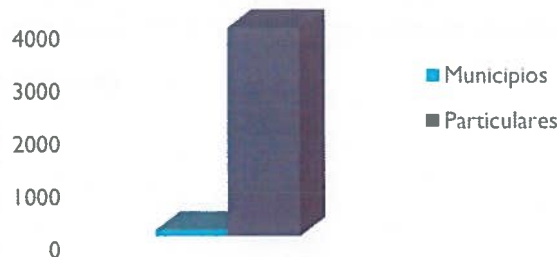


Gráfico 7 – Quantidade de RCD rececionado por entidade

QUANTITATIVOS DOS RCD ENCAMINHADOS

Foram encaminhadas um total de 1027 toneladas, 43 toneladas para entidade licenciada com o objetivo de eliminação em Aterro e cerca de 984 toneladas para aplicação em caminhos de apoio ao Aterro da Gesamb.

Quadro 8 – Totais encaminhados (ton.)

Tipo de Resíduo	Total
1) Betão	26,34
1) Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e mat. cerâmicos não abrangidos 17 01 06	207,66
1) Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01	8,42
1) Solos e rochas não abrangidos 17 05 03	741,72
2) Misturas de RCD não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03	42,64
Total	1.026,78

1) Para valorização / 2) Para eliminação em Aterro

DESLOCAÇÕES

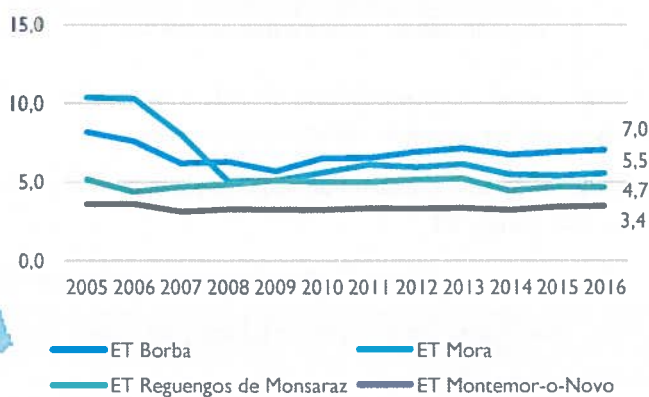
TRANSPORTE DE RU INDIFERENCIADOS

Para assegurar o transporte dos RU indiferenciados rececionados nas 4 Estações de Transferência a frota afeta ao seu transporte realizou em 2016, 1.982 deslocações, numa média de 7 por dia.

Figura 9 - Circuitos de recolha de resíduos urbanos indiferenciados



Gráfico 8 - km percorridos/ Ton. Transportada das ET



Em termos globais o nº de km percorridos no transporte de RU indiferenciados registou um ligeiro aumento em relação a 2015 (0,31%), totalizando, em 2016, 217 mil km. Este aumento resulta da realização de um maior número de deslocações às Estações de Transferência de Montemor-o-Novo, sendo acompanhado igualmente pelo aumento de resíduos transportados (+436 ton) da referida estação.

Quadro 9 – Deslocações realizadas às Estações de Transferência (Indicadores)

Indicadores	2014	2015	2016
Total de deslocações	1.955	1.974	1.982
Total de km	215.797	216.503	217.172
Toneladas transportadas	42.101	40.862	40.660
Média mensal de deslocações	163	165	165
Média de km por mês	17.983	18.042	18.098
Km / tonelada	5,13	5,30	5,34

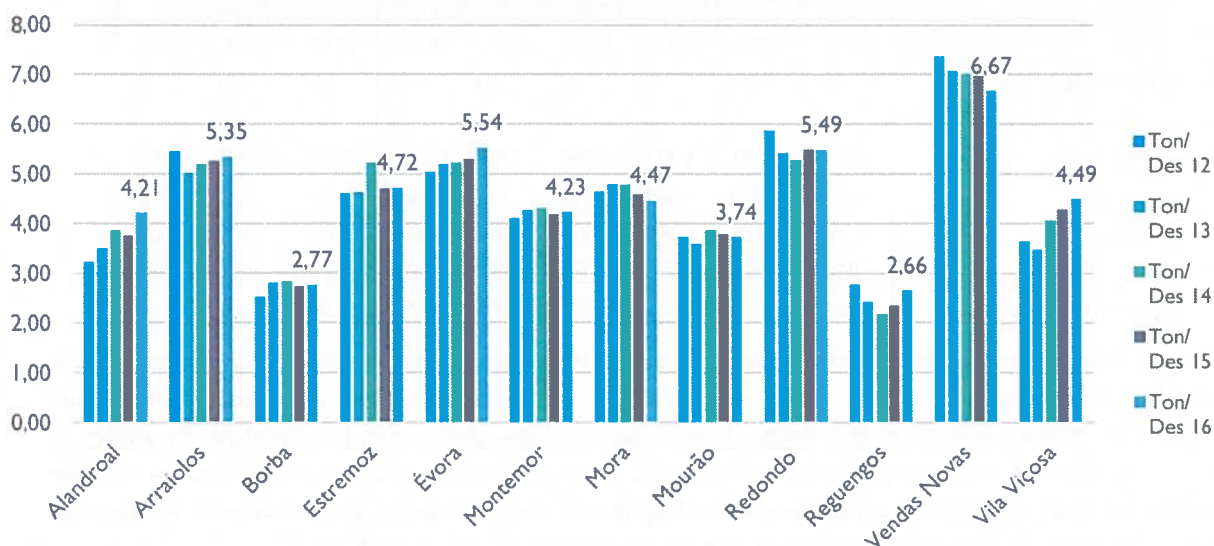
Quadro 10 – Deslocações realizadas às Estações de Transferência (Indicadores)

Indicadores	ET Borba			ET Mora			ET Montemor-o-Novo			ET Reguengos de Monsaraz		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Total de deslocações	757	752	750	326	312	310	551	574	598	321	336	324
Média mensal deslocações	63	63	63	27	26	26	46	48	50	27	28	27
Média de Km por mês	112.725	112.916	113.339	30.257	28.871	28.423	39.741	41.260	43.137	33.074	33.456	32.273
Total de Km	9.394	9.410	9.445	2.521	2.406	2.369	3.312	3.438	3.595	2.756	2.788	2.689
Toneladas	16.766	16.331	16.111	5.509	5.336	5.124	12.397	12.095	12.531	7.429	7.100	6.894
Km / tonelada	6,7	6,9	7,0	5,5	5,4	5,5	3,5	3,4	3,4	4,5	4,7	4,7
Tonelada/ deslocação	22,1	21,7	21,5	16,9	17,1	16,5	22,5	21,1	21,0	23,1	21,1	21,3

Em termos de indicadores das Estações de Transferências, verifica-se que é no transporte de resíduos de Borba onde são percorridos mais quilómetros por cada tonelada de resíduos (7 km/ton) e é no transporte de resíduos da estação de transferência de Montemor-o-Novo onde são realizados menos Km por tonelada (3,4 Km/ton). Tal facto pode ser explicado pela distância das estações de transferência a Évora. Verificou-se igualmente um aumento ligeiro do indicador de km/tonelada transportada nas estações de transferência de Borba e Mora. As restantes estações mantiveram o indicador anual de 2015.

Relativamente às quantidades entregues em cada descarga por município, registou-se uma diminuição nos municípios de Mora, Mourão, Redondo e Vendas Novas, com destaque para Vendas Novas com uma redução de 4,15%, relativamente a 2015. Para os restantes municípios registou-se uma ligeira melhoria deste indicador, mais elevado nos casos de Alandroal e Reguengos de Monsaraz, que registaram um aumento de 12,14% e 12,84% respetivamente, nas quantidades entregues por cada descarga.

Gráfico 9 - Média de toneladas entregues por descargas/por município



TRANSPORTE DA RECOLHA SELETIVA

Analisando as recolhas nos Ecocentros, regista-se um aumento dos km percorridos com mais 3.897 km (+6%), assim como no n.º de deslocações e quantidades transportadas, mais 1.087 ton. (+31,1%). De referir que já em 2015 se tinha assistido a um aumento de km percorridos (+12%) assim como das quantidades transportadas (+32,3%). De salientar o crescimento e a melhoria registada nestes circuitos com o indicador de km percorridos por tonelada transportada a registar quebras significativas nos últimos 3 anos.

Quadro 11 – Deslocações realizadas aos Ecocentros (Indicadores)

Indicadores	2014	2015	2016
Total de deslocações	539	613	636
Total de km	55.994	62.864	66.761
Toneladas transportadas	2.645	3.500	4.587
Média mensal de deslocações	44,92	51,08	53,00
Média de km por mês	4.666	5.219	5.563
Km / tonelada	21,17	17,96	14,55

O Ecocentro de onde foi transportada a maior quantidade de resíduos foi o de Vendas Novas (1.260 ton.) seguido do Ecocentro de Montemor-o-Novo (1.251 ton). O ecocentro menos utilizado e de onde foi transportada a menor quantidade de resíduos foi o de Mora (248 ton.).

Quadro 12 – Deslocações realizadas por Ecocentros (Indicadores)

Indicadores	Ecocentro de Borba			Ecocentro de Estremoz			Ecocentro de Montemor-o-Novo		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Total de deslocações	34	47	75	123	105	99	90	124	120
Média mensal de deslocações	3	4	6	10	9	8	8	10	10
Média de Km por mês	4.681	6.558	10.726	14.176	12.174	11.412	6.634	8.981	8.662
Total de Km	390	547	894	1.181	1.015	951	553	748	722
Toneladas transportadas	92	146	339	607	625	845	475	970	1.251
Km / tonelada	51,0	45,0	31,7	23,0	19,0	13,5	14,0	9,0	6,9
Tonelada/ Deslocação	2,7	3,1	4,5	4,9	6,0	8,5	5,3	7,8	10,4

 Quadro 12 – Deslocações realizadas por Ecocentros (Indicadores), *continuação*

Indicadores	Ecocentro de Mora			Ecocentro de Reguengos de Monsaraz			Ecocentro de Vendas Novas		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Total de deslocações	81	70	72	48	86	105	163	181	165
Média mensal de deslocações	7	6	6	4	7	9	14	15	14
Média de Km por mês	7.419	6.591	6.717	4.948	8.520	10.574	18.136	20.040	18.670
Total de Km	618	549	560	412	710	881	1.511	1.670	1.556
Toneladas	293	185	248	319	367	646	859	1.207	1.260
Km / tonelada	25,0	36,0	27,1	16,0	23,0	16,4	21,0	17,0	14,8
Tonelada/ Deslocação	3,6	2,6	3,4	6,6	4,3	6,1	5,3	6,7	7,6

Analisando os indicadores dos ecocentros, verifica-se que é no transporte de resíduos do Ecocentro de Borba onde são percorridos mais quilómetros por cada tonelada de resíduos (31,7 Km/ton) e é no transporte de resíduos do ecocentro de Montemor-o-Novo (6,9 Km/ton) onde são realizados menos Km por tonelada. Para além da distância dos ecocentros a Évora, podem contribuir para a variação deste indicador a tipologia de resíduos rececionados em cada instalação e a sua densidade. Registou-se uma diminuição dos indicadores km/tonelada transportada em todos os ecocentros em comparação com os indicadores anuais de 2015.

Cingindo a nossa análise à recolha de embalagens de papel/cartão, plástico/metálico, vidro, óleos alimentares usados e RCD, verificamos que é nos circuitos de recolha de ecopontos que se percorrem mais quilómetros (214.178) e foi também neste circuito que verificou o pior rácio Km/ton destacando-se neste caso a fração do plástico e metal com mais de 100 km por tonelada recolhida e nos óleos alimentares usados com cerca de 292 km por tonelada. Estes valores encontram explicação nas características da área de intervenção da Gesamb, 6.500km² com uma densidade populacional a rondar os 25hab/Km². Em contrapartida, foi a partir da recolha dos ecopontos que se recuperaram as maiores quantidades de recicláveis.

Quadro 13 – Deslocações realizadas na Recolha Seletiva por material/circuito/tipo em 2016

Indicadores	Papel/Cartão			Plástico/Metal			Vidro		
	Ecopon.	Dedic.	Ecocen.	Ecopon.	Dedic.	Ecocen.	Ecopon.	Dedic.	Ecocen.
Total de Km	91.251	12.125	7.086	85.242	3.771	3.721	33.725	2.069	1.091
Média de Km por mês	7.604	1.010	591	7.104	314	310	2.810	172	91
Toneladas	1.300,70	603,50	136,78	829,90	140,64	132,82	1.550,48	173,46	145,66
Km / tonelada	70,16	20,09	51,81	102,71	26,81	28,02	21,75	11,93	7,49

 Quadro 13 – Deslocações realizadas na Recolha Seletiva por material/circuito/tipo em 2016, *continuação*

Indicadores	OAU		RCD	
	Ecopon.	Dedic.	Dedic.	Ecocen.
Total de Km	3.960	2.553	1.828	5.355
Média de Km por mês	330	213	152	446
Toneladas	13,54	3,14	448,30	1.808,30
Km / tonelada	292,42	813,06	4,08	2,96

Nota: Em 2016, nas recolhas dedicadas, foram incluídos os Km's para a colocação de contentores em clientes

A recolha de RCD e de vidro são as mais eficientes, com o menor rácio Km/ton., resultado que se deve essencialmente à densidade destes resíduos. Ao nível da recolha de ecopontos foram percorridos 214.178 km verificando-se um aumento comparativamente com o ano 2015 (199.713 Km) a qual é igualmente acompanhada por um aumento nas quantidades recolhidas (+2,61%). Relativamente às recolhas dedicadas ocorreu em 2016 uma diminuição das quantidades recolhidas relativamente a 2015 devendo-se esta redução às quantidades de RCD recolhidos em obra.

Quadro 14 – Distribuição de km por tipo de recolha

Tipo de recolha	2015	2016	Variação km 2016/2015
Recolha de Ecopontos	199.713	214.178	7,24%
Recolha Dedicada	21.608	26.835	24,19%
Ecocentros	62.864	66.761	6,20%
Estações de transferência	216.503	217.172	0,31%
Total	500.688	524.946	4,84%

TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO

No ano 2016 a UTMB de Évora recebeu 74.261,24 ton. de resíduos provenientes da recolha indiferenciada da Gesamb, da AMCAL e da Resialentejo.

Face à impossibilidade de escoar o Combustível Derivado de Resíduos - CDR, a linha de produção manteve-se imobilizada durante o ano 2016 decorrendo desta imobilização o encaminhamento para aterro de todo o refugo resultante do tratamento mecânico da fração indiferenciada dos RU rececionados na instalação.

A Gesamb candidatou um estudo ao POCTEP para avaliar as diferentes soluções de valorização e escoamento deste material e participa como observador num estudo de soluções de secagem através da concentração solar (CSP) promovido pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia - LNEG, aguardando decisão acerca da aprovação dos projetos candidatados.

No início do 1.º trimestre de 2016 foram iniciados os ensaios laboratoriais conducentes à formalização do pedido de registo do composto por parte da Direção Geral das Atividades Económicas - DGAE. Apenas no final de 2016 foi possível reunir todos os elementos necessários à formação do processo que será remetido para aprovação em 2017. Por esta razão não foi possível durante o ano 2016 escoar o composto produzido o que levou ao esgotamento da capacidade de armazenamento na unidade de valorização biológica. Pelo atrás exposto houve a

necessidade de encaminhar para aterro um total de 9.512 ton. de composto que se encontrava armazenado tendo sido distribuídas pela Gesamb, AMCAL e Resialentejo, podendo ser utilizadas em cada um dos respetivos aterros como terras de cobertura.

QUANTIDADES PROCESSADAS NO TMBE

No quadro seguinte apresentam-se os quantitativos que entraram na instalação, os que foram processados assim como os fluxos de saídas resultantes desse processamento.

Quadro 15 – Entradas e saídas da UTMB de Évora (ton.)

Entradas TM	Total	%	Saídas TM - Compostagem	Total	%
Gesamb	57.056,66	76,83%	Orgânicos TM	27.251,29	36,70%
AMCAL	7.562,64	10%	Orgânicos aterro	5.625,06	7,57%
Resialentejo	9.641,94	12,98%	Composto utilizado como terras de cobertura	3.886,06	5,23%
RU indiferenciados	74.261,24	100,00%	Saídas TM - Recicláveis	Total	%
Entradas TB	Total		Embalagens de ECAL	227,88	0,31%
Verdes	5.321,64		Embalagens de HDPE	188,76	0,25%
Total	79.582,88		Embalagens de PET	542,45	0,73%
Saídas - Refugos	Total	%	Embalagens de Plásticos Mistos	314,58	0,42%
Refugos Gesamb	31.381,18	42,26%	Embalagens de Filme	176,22	0,24%
Refugos AMCAL+ Resialentejo	7.479,42	10,07%	Embalagens de Alumínio	43,44	0,06%
Total refugos	38.860,60	52,33%	Aço	591,82	0,80%
			Ferrosos	318,22	0,43%
			REEE's	61,88	0,08%
			Pneus	67,58	0,09%
			Embalagens Vidro	4,17	0,01%
			Madeira	0,18	0,00%
			Total recicláveis	2.537,18	3,42%
			Total valorização	29.788,47	40,11%

Em 2016 foram processadas cerca de 74.261,24 ton. de RU da fração indiferenciada e 1.022,48 ton. de embalagens provenientes da recolha seletiva. Do processamento dos RU da fração indiferenciada resultaram 38.860 ton. de refugos correspondente a 52,33% do total processado.

Tal como referido anteriormente durante o ano 2016 houve a necessidade de libertar espaço na instalação para acondicionamento da fração orgânica resultante do processo com vista à compostagem. Para o efeito e dada a impossibilidade de escoar o composto uma vez que o processo de ensaios conducente ao registo do produto impediu que tal acontecesse, foram retirados da instalação um total de 9.512 ton. de composto das quais cerca de 3.886 ton. foram classificadas como terras de cobertura e as restantes 5.625 ton. foram encaminhadas para eliminação em aterro. Verifica-se deste modo que a taxa de refugo da instalação foi no ano de 2016 de 59,92%.

No final do ano 2015 assumiu-se, com base na informação disponível e para efeitos de cálculo da TGR para 2016, que a taxa de refugo da UTMB seria de 50%. Dado que no final do 1.º trimestre de 2016 a taxa de refugo da unidade situou-se nos 60% ou seja, 10% acima do previsto foi este o valor tomado como referência para efeito do cálculo da TGR para o ano 2016 manteve-se nos 60%.

Handwritten signature and initials.

MATERIAL ENVIADO PARA RECICLAGEM

RECOLHA SELETIVA

Durante o ano de 2016 foram rececionadas e retomadas as seguintes quantidades de resíduos com potencial de valorização.

Quadro 16 – Material rececionado com potencial de valorização/ material encaminhado (ton.)

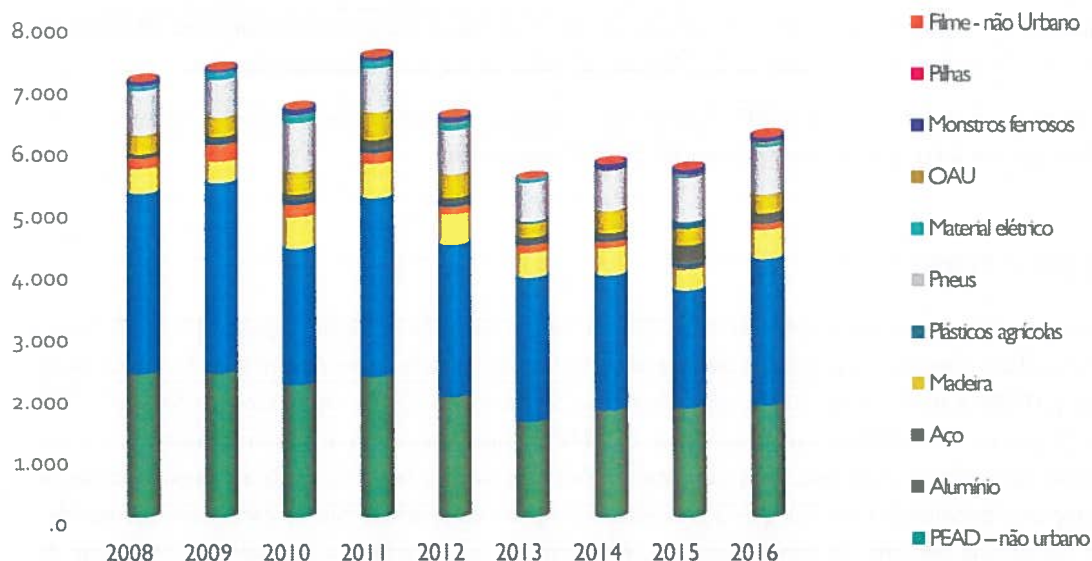
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Material Rececionado	7.928,32	7.446,92	7.246,92	7.237,62	8.351,63	10.184,20	10.408,74
Material processado e encaminhado	7.553,64	7.485,64	6.552,74	5.923,54	7.009,08	7.319,80	7.491,18
Rececionado/ Encaminhado	95,27%	100,52%	90,42%	81,84%	83,92%	71,90%	71,97%

Em 2016 foram retomadas, por fração de resíduos, as seguintes quantidades.

Quadro 17 – Material encaminhado por fração (ton.)

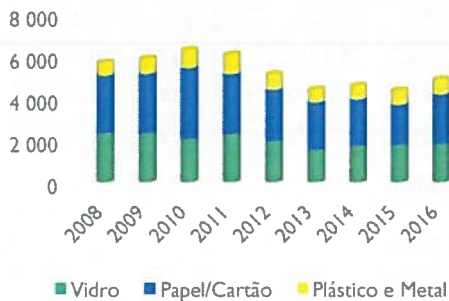
Fração	2016	2015	Var. 2016/2015	% Var. 2016/2015
Vidro	1.828,88	1.784,02	44,86	2,51%
Papel /Cartão	2.374,44	1.911,56	462,88	24,21%
Plásticos Embalagem (PET, PEAD e Filme)	465,54	328,48	137,06	41,73%
Plásticos/ Mistos	104,72	43,04	61,68	143,31%
ECAL	41,82	62,92	- 21,10	-33,53%
PEAD – não urbano	0	7,74	- 7,74	-100,00%
Alumínio	13,94	8,68	5,26	60,60%
Aço	106,08	268,70	- 162,62	-60,52%
Madeira	298,20	277,72	20,48	7,37%
Plásticos Agrícolas	0	101,44	- 101,44	-100,00%
Pneus	776,30	721,98	54,32	7,52%
Material Elétrico	61,50	35,00	26,50	75,71%
OAU	16,70	9,30	7,40	79,57%
Monstros Ferrosos	77,24	88,22	- 10,98	-12,45%
Pilhas	1,40	2,42	- 1,02	-42,15%
TOTAL	6.166,76	5.651,22	515,54	9,12%

Gráfico 10 – Totais entregues a retomadores



Relativamente às embalagens processadas e enviadas para reciclagem, em 2016, foram retomadas 4.935 ton., registando-se uma diminuição relativamente ao previsto de 12%, no entanto, comparativamente com o ano anterior foram enviadas mais 528 ton. (+12%), contrariando o que se vinha a verificar nos anos anteriores.

Gráfico II - Evolução das Entregas à SPV (ton.)



Comparando cada uma das frações de embalagens com o ano anterior, verifica-se um aumento em todos os materiais. No Vidro registou-se um aumento de +45 ton., no papel/cartão +463 ton. E no plástico e metal +20 ton.

RECOLHA INDIFERENCIADA - UTMB

Não obstante terem sido recuperadas 2.537 ton. de recicláveis a partir do processamento da fração indiferenciada na UTMB, apenas foram encaminhadas para reciclagem 1.303 ton. o que se deve essencialmente à impossibilidade de encaminhar para retoma as frações de ECAL e plásticos mistos dado que os valores de venda de mercado se apresentavam com valor negativo (na ordem dos -75€/ton.).

Quadro 18 – Retoma de recicláveis da fração indiferenciada (ton.)

Fração	Quant.
PET	216,44
PEAD	146,46
Filme Plástico	169,86
Monstros Ferrosos	94,20
Plásticos Mistos	50,88
Aço	577,22
Alumínio	34,28
Material Elétrico	14,36
Total	1.303,70

Com a publicação dos Despachos n.º 14202-D/2016 e n.º 14202-E/2016 de 25 de novembro, relativos às licenças atribuídas às duas entidades gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) bem como do Despacho n.º 14202-C/2016, de 25 de novembro que define o modelo de contrapartida financeira da recolha seletiva os quais passarão a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2017, assegurando o encaminhamento de todas as frações de resíduos de embalagens recuperadas na UTMB com exceção da fração de plásticos mistos.

Prevê-se deste modo que durante o ano 2017 fiquem regularizados os passivos de recicláveis acumulados na instalação até ao final do ano 2016 com exceção da fração de plásticos mistos.

DEPOSIÇÃO EM ATERRO

Foi previsto em orçamento depositar em aterro 18.222ton. tendo sido efetivamente depositadas 45.827 ton., mais 152% do previsto. Esta previsão assentava no pressuposto do funcionamento pleno da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico (UTMB) e da linha de Combustível Derivado de Resíduos (CDR), no entanto, a linha de CDR não está em funcionamento e existiram várias paragens da UTMB que implicaram o encaminhamento, nesses períodos da totalidade de resíduos indiferenciados para aterro. Acresce ainda o facto de, dada a impossibilidade de escoamento do composto produzido uma vez que o processo de registo do produto não se encontrava concluído, ter sido atingida a capacidade máxima de armazenamento, havendo por esse motivo, a necessidade de retirar da



instalação 9.512 ton de composto. Este quantitativo foi distribuído pelos parceiros, cabendo à Gesamb 5.612 ton. de composto das quais apenas 2.474 ton. foram encaminhadas para eliminação em aterro. As restantes 3.138 ton. de compostos foram utilizadas internamente na cobertura de resíduos em aterro.

Pelas razões anteriormente apresentadas, em 2016 ocorreu um aumento nas quantidades depositadas em aterro (+5,02 %) relativamente a 2015.

Quadro 19 - Totais anuais de Resíduos rececionados pela Gesamb

Resíduo (ton.)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total Rececionado	88.342	87.057	84.353	78.304	77.012	80.965	82.007	86.126
Varição anual	-3,85%	-1,45%	-3,11%	-7,17%	-1,65%	5,13%	1,27%	5,02%
Produção RUi	76.020	77.281	74.407	69.574	68.227	69.693	67.317	67.065
RUi Depositado em Aterro	80.487	79.126	76.906	71.061	69.776	66.712	41.189	45.827
RUi Depositado Aterro/Produção RUi	105,90%	102,40%	103,40%	102,10%	102,30%	95,70%	61,19%	68,33%
Depositado Aterro/ T. Rececionado	91,10%	90,90%	91,20%	90,80%	90,60%	82,40%	50,23%	53,21%

No quadro seguinte verifica-se que das 45.827 ton. depositadas em aterro 11.788 ton. corresponderam a descargas diretas e destas 10.008 ton. com origem na recolha indiferenciada. Este facto justifica-se tal como referido anteriormente à necessidade de encaminhar para aterro os resíduos durante os períodos de paragem na UTMB.

Quadro 20 – Quantidades de resíduos depositados em aterro

Descrição	Total (ton.)	Total (%)
Descargas Diretas em Aterro	11.788	25,72%
Resíduos urbanos indiferenciados	10.008	21,84%
Resíduos de limpeza das ruas	151	0,33%
Monstros não Ferrosos	1.582	3,45%
Roupas e têxteis	3	0,01%
Fitas rótulos como monstros não ferrosos	44	0,10%
Refugos TMB depositados em Aterro	33.972	74,13%
Volumosos RU	4.803	10,48%
Refugo RU	26.010	56,76%
Orgânicos aterro	2.474	5,40%
Refugo CDR	21	0,05%
Refugo Afinação	547	1,19%
Volumosos RS	116	0,25%
Refugos Centro de Triagem	67	0,15%
Refugo do Centro de Triagem	67	0,15%
Total de RUi Depositado em aterro	45.827	-
Terras de cobertura	3.138	-
Total de RUi Depositado em aterro + Terras de cobertura	48.965,06	-

METAS DO PERSU2020

Os Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) encontram-se atualmente obrigados a cumprir metas individuais, que visam o cumprimento da estratégia nacional de gestão de resíduos urbanos no período entre 2014-2020, nos termos do estabelecido no PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, publicado através da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro de 2014.

Retomas da recolha seletiva;

Preparação para reutilização e reciclagem;

Deposição de RUB em aterro.

O quadro seguinte apresenta as metas intercalares para a Gesamb, estabelecidas pelo Despacho n.º 3350/2015, de 1 de abril, para o período 2016-2020.

Quadro 21 – Metas intercalares para a Gesamb

	2016	2017	2018	2019	2020
Retomas da recolha seletiva (Kg/hab.ano) ⁽¹⁾	33	35	39	44	48
Retomas da recolha seletiva (ton)	4.860,47	5.267,5	5.869,5	6.622	7.224
Preparação para reutilização e reciclagem (% mínima) ⁽²⁾	73%	75%	76%	78%	80%
Preparação para reutilização e reciclagem (ton) ⁽²⁾	41.058	42.604	43.604	45.199	46.822
Deposição de RUB em aterro (% máxima de RUB produzidos) ⁽²⁾	18%	16%	14%	12%	10%
Deposição de RUB em aterro (ton) de RUB produzidos) ⁽²⁾	7.627,5	6.847,8	6.051,8	52.39,1	4.409,6

(1) Tomou-se como base de cálculo a população constante do Pop. Média residente anual (Ano 2015), 147.287 habitantes

(2) Considerou-se a produção de resíduos urbanos prevista no orçamento para cada um dos anos

No quadro seguinte apresentam-se os resultados relativos a cada uma das metas para 2016 e a taxa de cumprimento.

Quadro 22 – Cumprimento das metas intercalares para a Gesamb

	Retomas	Preparação para reutilização e reciclagem	Deposição máxima de RUB em aterro
Meta 2016 (ton) *	4.860,47	42.490	7.628
Meta 2016 (Kg/hab.ano) *	33	n.a.	n.a.
Realizado (ton)	4.793,95	43.911	6.485
Realizado (Kg/hab.ano) *	32,5	n.a.	n.a.
Cumprimento (%)	99% (<100%)	103% (≥73%)	118% (≤18%)

* Meta aferida a partir da aplicação das fórmulas de cálculo estabelecidas no Anexo III do PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, publicado através da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro de 2014 e da "Metodologia utilizada para determinação das metas intercalares".

Verifica-se que no ano 2016 foi atingida a meta de deposição de RUB's em aterro enquanto que as retomas ficaram a 1% da meta e a preparação para reutilização e reciclagem ultrapassou a meta em 3%.

METAS DO DESPACHO N.º 7111/2015, DE 29 DE JUNHO

O Decreto-Lei n.º 366 -A/97, de 20 de dezembro, na sua atual redação, estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens, atribui aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos - SGRU, a responsabilidade pela recolha seletiva e triagem das embalagens contidas nos resíduos urbanos, prevendo que as metas de retoma são definidas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia e do ambiente. Em cumprimento com o anteriormente disposto foi publicado o Despacho n.º 7111/2015 em 29 de junho o qual define metas associadas à recolha seletiva por cada um dos SGRU e por material.

No quadro seguinte apresentam-se as objetivções para a Gesamb relativas ao ano 2016 definidas no despacho anteriormente referido, bem como o nível do cumprimento e respetivos desvios. É de referir que as capitações apresentadas no quadro seguinte para cada um dos materiais foram ajustadas à população média residente anual, ano 2015, disponibilizada pelo INE (147.287 hab).

Da análise do quadro seguinte verifica-se que não foram atingidas as objetivções por via da recolha seletiva referentes aos materiais papel/cartão (-297 ton.) e plástico (-20 ton.). Salienta-se que para tal objetivção não foram contabilizadas 682 ton. de papel não embalagem retomadas durante o ano 2016.

De acordo com o n.º 7 do art.º 1.º do Despacho 7111/2015 "7 - Caso as capitações de retoma alcançadas pelos SGRU por via da recolha seletiva não sejam suficientes para o cumprimento das metas de reciclagem de resíduos de

embalagens, o diferencial pode ser obtido através da reciclagem de resíduos de embalagens provenientes da recolha indiferenciada.”

Considerando desta forma o contributo das retomas de resíduos de embalagem (RE) provenientes da recolha indiferenciada verifica-se que apenas não foi atingida a objetivação definida no Despacho para a Gesamb relativa à fração de papel/cartão uma vez que atualmente não é recuperado este material na UTMB.

Quadro 23 – Objetivações definidas no Despacho n.º 7111/2015, de 29 de junho, nível de cumprimento e desvios no ano 2016

	Material	Vidro	Papel e Cartão	Plástico	Metal	Madeira	Total
Objetivação - 2016	Capitação (Kg/hab.ano) ¹	11,94	13,80	4,01	0,57	1,72	32,04
	Quantidade a retomar (t/ano)	1.759	2032	590	84	254	4.719
Retoma de RE provenientes da recolha seletiva	Capitação (Kg/hab.ano) ¹	12,42	11,78	3,87	0,81	2,02	30,91
	Quantidade retomada (t/ano)	1.829	1.735	570	120	298	4.552,10
Desvio da objetivação por via da recolha seletiva (realizado - objetivado)	Capitação (Kg/hab.ano) ¹	0,47	-2,02	-0,13	0,24	0,30	-1,1
	Quantidade retomada (t/ano)	70	-297	-20	36	44	-167
Retoma de RE provenientes da recolha indiferenciada	Capitação (Kg/hab.ano) ¹	0,00	0,00	3,62	3,92	0,00	7,54
	Quantidade retomada (t/ano)	0	0	533	577	0	1.110
Desvio da objetivação recolha seletiva+recolha indiferenciada	Capitação (Kg/hab.ano) ¹	0,47	-2,02	3,48	4,16	0,30	6,40
	Quantidade retomada (t/ano)	70	-297	513	613	44	943

¹ Tomou-se como base de cálculo a população constante do Pop. Média residente anual (Ano 2015), 147.287 habitantes

Os resultados alcançados decorrem da entrada em funcionamento da UTMB que assegurou o processamento dos RU provenientes da recolha indiferenciada desviando de aterro praticamente a totalidade dos resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) bem como do esforço realizado ao nível das recolhas dedicadas que contribuiu para o aumento dos quantitativos de resíduos provenientes da recolha seletiva.

PLANO DE MONITORIZAÇÃO

No âmbito do disposto na Licença Ambiental n.º 369/2010, e no Alvará de Licença n.º 01/2011/CCDR-ALENTEJO, emitido a 18 de fevereiro de 2011, a Gesamb encontra-se obrigada ao cumprimento do Plano de Monitorização Ambiental de acordo com esquema que se segue.

Lixiviados

1 ponto amostragem

- Colheitas mensais- 7 parâmetros;
- Colheitas Trimestrais - 10 parâmetros
- Colheitas semestrais - 21 parâmetros

Permeado

3 pontos de amostragem

- Colheitas mensais- 9 parâmetros;
- Colheitas Trimestrais - 17 parâmetros
- Colheitas semestrais - 18 parâmetros
- Colheitas anuais - 11 parâmetros

Águas subterrâneas

4 pontos de amostragem

- Colheitas mensais- 4 parâmetros;
- Colheitas semestrais - 13 parâmetros
- Colheitas anuais - 18 parâmetros

Águas de abastecimento

1 ponto de amostragem

- Colheitas bimensais- 3 parâmetros;
- Colheitas semestrais - 16 parâmetros
- Colheitas anuais - 38 parâmetros

Emissões atmosféricas

30 pontos de amostragem

- Medições mensais efetuadas nos poços de drenagem de biogás com recurso a equipamento e mão de obra próprios

Dados meteorológicos

-

- Registos efetuados em contínuo com recurso a estação meteorológica própria

Alterações topográficas

Aterro Sanitário

- Um levantamento topográfico anual com vista ao cálculo do volume ocupado e volume disponível no aterro sanitário

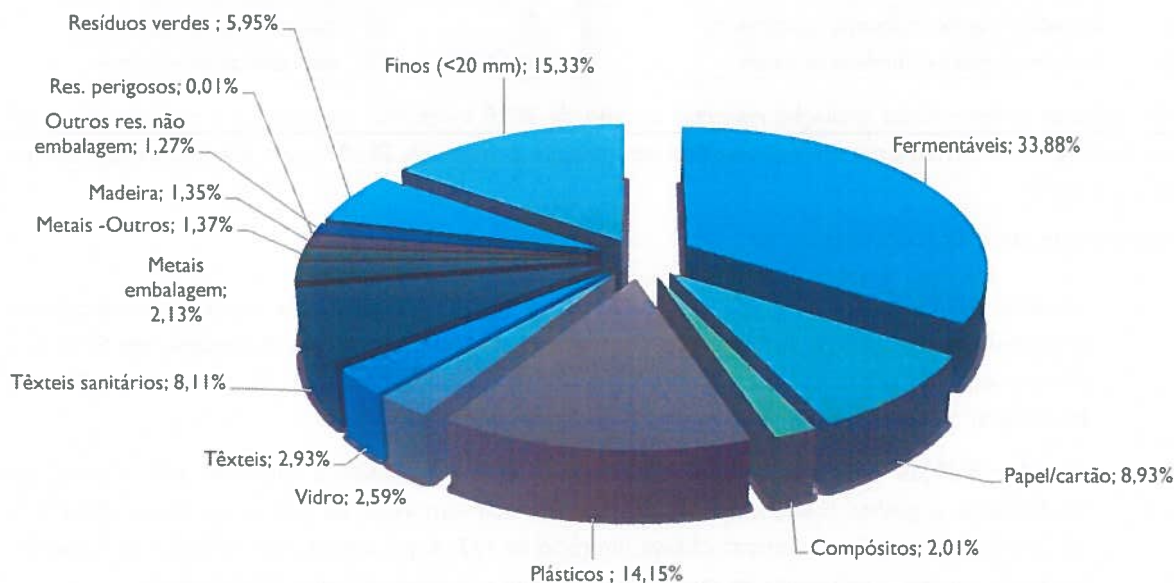
Com os registos e tratamento dos resultados desta monitorização, a Gesamb elabora anualmente o Relatório Ambiental Anual, que remete até abril do ano seguinte, para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo - CCDRA, Instituto do Ambiente - IA e Agência Portuguesa do Ambiente - APA.

Para além do Plano de Monitorização anteriormente referido a Gesamb, enquanto entidade gestora de resíduos, está obrigada ao preenchimento anual no SILIAMB – Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental, de um conjunto de formulários referentes à gestão de resíduos nas diversas instalações (estações de transferência, ecocentros e aterro sanitário). Nestes formulários é dado o reporte de informações relacionadas com a receção de resíduos (quantidades, proveniência, tipologia, etc.), com o tratamento/destino de resíduos (quantidades processadas e expedidas, identificação de destinatários e quantidades eliminadas em aterro) e com a produção de resíduos gerados internamente.

Com a entrada em funcionamento da UTMB, a Gesamb realizou a caracterização à fração indiferenciada de resíduos mediante o processamento de amostras na linha, sendo que os resultados médios são os que se encontram representados no gráfico seguinte.

Os resultados médios das frações mais significativas são resíduos fermentáveis (alimentares e outros putrescíveis), 33,88%, plásticos, 14,15% e 8,93% de papel/cartão.

Gráfico 12 – Resultados da caracterização de 2016



De referir que, ao longo dos últimos 4 anos, as proporções das várias frações têm-se mantido relativamente estáveis.

Os dados resultantes das duas campanhas anuais são disponibilizados na plataforma do SILIAMB no formulário MRRU – Mapa de Registo de Resíduos Urbanos.

Ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro (aprova a orgânica da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.) a ERSAR estabeleceu um “(...) sistema de avaliação aplicado a partir de 2012 a todas as entidades gestoras de serviços de águas e resíduos no Continente, independentemente da sua titularidade estatal ou municipal e do seu modelo de governança, por gestão direta, delegada, em parceria ou concessionada, com base em dados de operação de 2011 reportados à ERSAR até final de março de 2012. (...)”. Foi no âmbito desta obrigatoriedade que a Gesamb reportou à ERSAR um conjunto de dados que permitiram calcular os 15 indicadores estabelecidos pela entidade reguladora para os sistemas em alta de gestão de resíduos, e que resultou na avaliação apresentada na tabela seguinte.

Quadro 24 – Ficha de avaliação da qualidade do serviço - 2015

Indicador	Valor do Indicador	Avaliação 2015
Adequação de interface com o utilizador		
RU01a- Acessibilidade física do serviço	100 %	😊 qualidade de serviço boa
RU02ab- Acessibilidade do serviço de recolha seletiva	70 %	😊 qualidade de serviço boa
RU03a- Acessibilidade económica do serviço	0,17 %	😊 qualidade de serviço boa
RU04ab- Lavagem de contentores	0,1 (-)	😞 qualidade de serviço má
RU05ab- Resposta a reclamações e sugestões	100 %	😊 qualidade de serviço boa
RU06ab- Cobertura dos gastos totais	122 %	😞 qualidade de serviço má
RU07a- Reciclagem de resíduos de embalagem	92 %	😐 qualidade de serviço mediana
RU08a- Valorização orgânica	69 %	😞 qualidade de serviço má
RU09a- Incineração	NA %	--
RU10a- Utilização da capacidade de encaixe de aterro	71 %/ano	😊 qualidade de serviço boa
RUI lab- Renovação do parque de viaturas	302.040 km/viatura	😐 qualidade de serviço mediana

Quadro 24 – Ficha de avaliação da qualidade do serviço – 2015 (continuação)

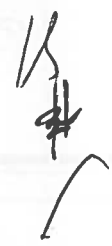
Sustentabilidade ambiental					
RUI3a-	Adequação dos recursos humanos	0,8	n.º/10 ³ t	☺	qualidade de serviço boa
RUI4a-	Utilização de recursos energéticos	16	kWh/t	☹	qualidade de serviço má
RUI5a-	Qualidade dos lixiviados após tratamento	71	%	☹	qualidade de serviço má
RUI6a-	Emissão de gases com efeito de estufa	47	kg CO ₂ /t	☺	qualidade de serviço boa

Não obstante o facto desta avaliação reportar ao ano de 2015 a recolha, tratamento e reporte de dados decorreu durante o ano 2016 e a sua validação no final do ano após auditoria da ERSAR, pelo que importa apresentar a sua tabela resumo.

Relativamente aos indicadores negativos:

- Indicador RU04ab - Lavagem de contentores – A Gesamb detém uma viatura lava ecopontos juntamente com a AMCAL e Resialentejo estando ao serviço da Gesamb 28 semanas em 52 anuais. Durante este período foram lavados 200 contentores. Para atingir o valor de referência, a Gesamb deverá lavar a totalidade dos contentores 2 vezes/ano, 4.526 lavagens;
- Indicador RU06ab – Cobertura dos gastos totais – este indicador é calculado pela divisão dos Rendimentos e ganhos totais pelos Gastos totais e com um valor de referência entre 100 e 110, equivalente à cor verde. A Gesamb obteve um rácio de 122, o que coloca este indicador no vermelho (negativo), ou seja, a cobertura de gastos totais encontra-se acima do valor de referência;
- Indicador RU08a – Valorização orgânica - Ocorreu uma melhoria relativamente ao ano anterior (31%), mesmo assim o resultado não foi suficiente para evidenciar qualidade mediana/boa. Quantidade de resíduos urbanos em 2015 sujeitos a valorização orgânica: 30.236 ton.;
- Indicador RUI4a – Utilização de recursos energéticos - Este indicador tem em conta a Energia obtida por valorização energética dos resíduos e do biogás. A Gesamb ainda não se encontra a valorizar energeticamente o biogás proveniente do Aterro.
- Indicador RUI5a - Qualidade dos lixiviados após tratamento – devido à diminuição da qualidade do permeado, a Gesamb em conjunto com a Universidade de Évora iniciou em 2016 ensaios em diferentes substratos com o objetivo de aumentar a qualidade dos lixiviados após tratamento.

A Gesamb encara esta avaliação e respetivas recomendações da ERSAR como uma oportunidade de melhoria na qualidade do serviço prestado constituindo essa a sua grande aposta no presente e no futuro.



MANUTENÇÃO

O serviço de manutenção é responsável pela manutenção preventiva, corretiva e de melhoria dos equipamentos móveis, fixos e infraestruturas da Gesamb contando atualmente com 5 operacionais (2 eletromecânicos auto e 2 eletromecânicos industriais, 1 eletromecânico industrial), 1 responsável de armazém/compras e 1 técnico superior (coordenação).

A aposta na qualificação deste serviço, tanto humana como técnica, tem permitido, ao longo dos anos, a redução de tempos de paragem dos equipamentos assim como otimizar gastos. A Gesamb recorre a serviços externos, quando o nível de especificidade ou a trabalho planeado não permita assegurar o serviço internamente, tendo o rácio de subcontratação em 2016 sido de 30%, enquanto em 2015 foi de 36%.

ORDENS DE TRABALHO

Todos os trabalhos de manutenção quer preventiva, corretiva ou melhoria são acompanhados de ordens de trabalho (OT). As OT são abertas com base nos seguintes critérios:

- Necessidade de ter o registo em histórico;
- Tempos de imobilização superiores a 1 hora;
- Custos de manutenção superiores a 100€;

Caso o serviço a efetuar não se enquadre nos pressupostos acima, os custos são colocados em OT anuais de consumíveis por norma abertas no início de cada ano. Em 2016 foram assim registadas 73 destas OT, 16 referem-se à UTMB.

Comparativamente a igual período de 2015 verificou-se um aumento do nº de novas OT, de 596 para 676, o que representa um aumento médio de mais 6,66 OT novas por mês relativamente a 2015, em média 56 OT por mês. A UTMB é a responsável por este aumento, uma vez que em 2015 foram registadas 176 OT desta instalação e em 2016, foram mais 81, totalizando 257 OT no ano 2016. Por sua vez as restantes OT situam-se em linha com 2015, registando-se em 2016 menos uma OT que em 2015, ou seja, 419 em 2016 e 420 em 2015.

Quadro 25 – Controlo de Ordens de Trabalho - indicadores

Ordens de Trabalho (OT)	jan.	fev.	mar	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out	nov.	dez.	Total
Nº de OT abertas	146	52	54	56	42	42	60	41	70	27	49	37	676
Nº de OT concluídas	60	51	53	58	47	32	61	35	61	27	54	124	663
Nº de OT urgentes	12	10	12	8	6	6	13	14	17	6	9	10	123
% de Intervenções urgentes	8%	19%	22%	14%	14%	14%	22%	34%	24%	22%	18%	27%	240%
Nº de OT de corretiva	112	25	26	23	26	22	31	33	35	15	25	25	398
Nº de OT de preventiva	32	27	28	33	15	19	29	6	35	10	24	12	270
Nº de OT de acidentes	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	4
Nº OT concluídas de corretiva	27	25	26	25	28	18	31	23	33	16	29	110	391
Nº OT concluídas de preventiva	32	26	27	33	19	13	30	10	28	9	25	13	265
Nº OT de corretiva urgentes	12	9	12	8	6	5	13	14	17	6	9	10	121
Nº OT pendentes (do mês)	116	114	129	115	109	126	122	129	134	135	129	36	
Nº OT corretiva pendentes (do mês)	99	100	101	97	94	98	101	111	109	109	104	22	
Nº OT preventiva pendentes (do mês)	10	7	19	9	5	17	10	6	13	14	13	12	
Nº OT de acidentes pendentes (do mês)	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	2	

No final de 2016 existiam ainda 36 OT pendentes, das quais 22 são referentes a manutenção corretiva, 12 de preventiva e 2 derivada de acidente.

Handwritten mark: a vertical line with a checkmark and an arrow pointing downwards.

O peso das OT de manutenção preventiva situa-se nos 40% e as de manutenção corretiva nos 59%, no entanto se retirarmos as OT referentes à UTMB, esses valores passam para 29% e 70% respetivamente.

Verifica-se que o tempo médio de espera em manutenção corretiva é de 13,9 dias (334h) sendo que no caso das OT urgentes este indicador situa-se nos 7,6 dias (182h), o que relativamente ao ano anterior representa uma redução de cerca de 2,85 dias.

O tempo médio de espera em OT urgentes é de 182h, enquanto no final de 2015 era de 251h, o que representa um decréscimo de 69h relativamente ao registado em 2015.

Relativamente ao tempo média de reparação situa-se nas 15 horas, sendo que em igual período de 2014 era de 36 horas e em 2015 de 16 horas, verificando-se assim uma estabilização do indicador.

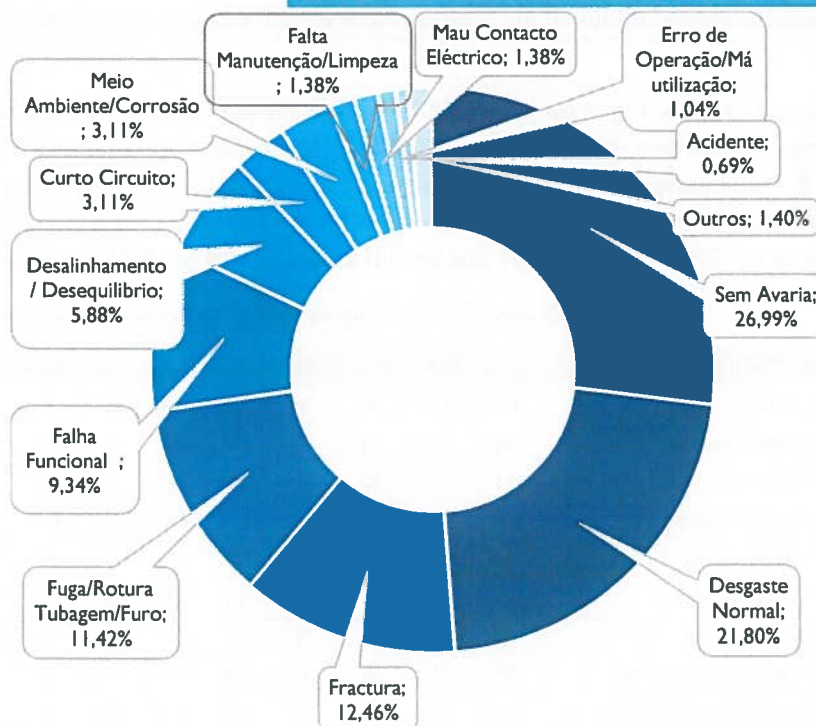
Quadro 26 – Indicadores de desempenho serviços de manutenção (exceto UTMB)

	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	Total
Tempo Médio de Espera em corretiva ¹	952	44	692	181	1.630	42	39	63	243	280	213	79	334
Tempo Médio de Espera em OT urgentes de corretiva	0	0	1.080	181	0	42	70	13	31	171	188	0	182
Tempo Médio de Reparação ²	18	10	16	51	10	7	8	9	8	16	13	9	15

O gráfico seguinte espelha a distribuição das intervenções/registos de OT de manutenção corretiva, por causa de avaria.

Da sua análise verifica-se que 27% são referentes a OT anuais de consumíveis e pequenas reparações (sem avaria), 22% referem-se a desgaste normal (desde substituição de pastilhas e travão a pneus), e ainda que 1% das intervenções em 2016 foram devidas a incorreta operação dos equipamentos por parte dos colaboradores.

Gráfico 13 – CAUSAS OT de corretiva, exceto UTMB



¹ Tempo Médio de Espera - Este indicador regista o tempo médio de espera para início da resolução da anomalia registada em pedido de intervenção ou diretamente em OT. Este indicador é registado em horas, e sempre tendo em conta períodos de 24h. (Data de ocorrência – Data de inicio dos trabalhos). Nas OT de Preventiva o *Gloose* (programa de gestão de manutenção) não calcula tempos de espera, pois estas OT são devidamente programadas.

² Tempo Médio de Reparação - Este indicador regista o tempo médio das intervenções de manutenção nos trabalhos de corretiva, em horas.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Em referência ao serviço de manutenção referente à UTMB, podemos constatar que no final de 2016 haviam apenas 9 ordens de trabalho pendentes.

O volume de ordens de trabalho neste departamento começou a registar uma alteração, ou seja, se em 2015 se verificava que 70% das OT era de manutenção preventiva e 27% eram de manutenção corretiva, atualmente verifica-se 42% e 58% respetivamente.

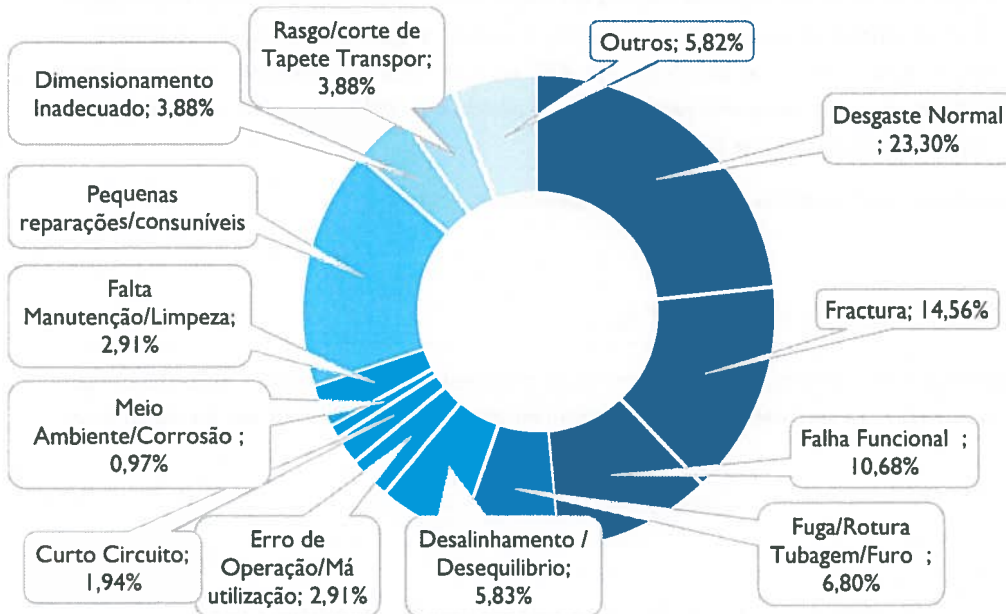
Relativamente aos indicadores de desempenho deste setor, verifica-se uma substancial diminuição, derivado essencialmente de os equipamentos já não se encontrarem em garantia e assim sendo não existe necessidade de se aguardar pela disponibilidade do fornecedor para resolução da anomalia. Verifica-se assim que o tempo médio de espera em manutenção corretiva é de atualmente 5 dias, contra os registados os 35 dias registados em período homólogo de 2015. Por sua vez o tempo médio de reparação, ficou no final de 2015 em 12h, e atualmente ficou nas 11h.

Quadro 27 – Indicadores de desempenho serviços de manutenção da UTMB

	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	Total
Tempo Médio de Espera em corretiva	0	105	0	114	173	0	25	461	447	23	89	15	123
Tempo Médio de Espera em OT urgentes de corretiva	0	105	0	114	137	0	35	0	430	0	0	0	126
Tempo Médio de Reparação	12	12	30	10	7	7	10	13	12	6	11	9	11

Da análise do gráfico abaixo verifica-se a distribuição das intervenções/registos de OT de corretiva concluídas, por causa de avaria, constatando-se que 23% são devidas a desgaste normal (rodas dos tromells, pneus, e material de desgaste de equipamentos), 16,50% são referentes às OT anuais de consumíveis (sem avaria) e 14,7% por fratura de órgãos.

Gráfico 14 – Causas OT de corretiva da UTMB

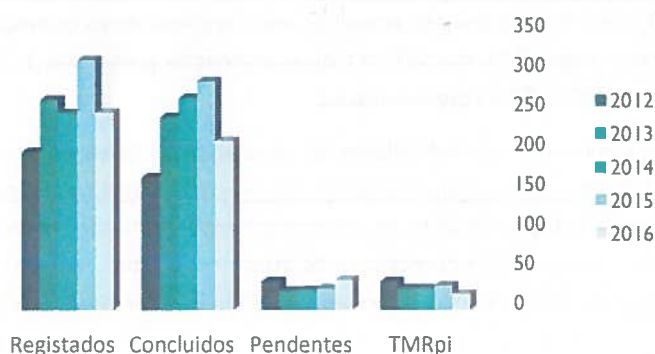


PEDIDOS DE INTERVENÇÃO

As OT de manutenção corretiva têm origem em Pedidos de Intervenção (PI) submetidos pelos vários serviços que são organizados por prioridade para posterior resolução.

Gráfico 15 – PI, evolução anual

No gráfico podemos verificar comparação relativamente a anos anteriores, no que aos pedidos de intervenção diz respeito, registando-se relativamente a 2015 menos 66 pedidos efetuados pelos colaboradores da Gesamb, o que originou uma diminuição dos pedidos concluídos em 2016. Esta diminuição é justificada pelo reduzido nº de pedidos efetuados no setor da oficina da Gesamb, onde foram registados menos 92 pedidos relativamente a igual período de 2015.



Por sua vez no setor do TMB registou-se em 2016 um aumento de 26 pedidos de intervenção relativamente a período homólogo.

Da análise do gráfico verifica-se ainda um aumento do nº de pedidos pendentes relativamente a igual período de anos anteriores, justificado essencialmente pelo aumento do nº de pedidos de intervenção no setor da oficina, mais precisamente no último trimestre de 2016, nomeadamente no mês de dezembro, como se pode verificar pela análise das tabelas seguintes.

Quadro 28 – Pedido de Intervenção, acumulado por trimestre

Pedidos de Intervenção	Total				Total sem UTMB				UTMB			
	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
Total Pedidos Efetuados	68	123	179	250	37	69	108	157	31	54	71	93
Total Pedidos Concluídos (inclui anos ant.)	50	105	156	214	22	55	88	122	28	50	68	92
Rácio Conclusão (%)	74%	85%	87%	86%	59%	80%	81%	78%	90%	93%	96%	99%
Pendentes (incluindo anos anteriores)	23	20	25	38	20	16	22	37	3	4	3	1

De salientar ainda que no final de 2016 existiam 37 pedidos de intervenção pendentes neste setor (Total sem UTMB).

No serviço de manutenção da UTMB, verifica-se uma elevada eficiência na resolução de pedidos de intervenção, com um total de 93 pedidos de intervenção efetuados e 92 concluídos, o que dá origem a um rácio de conclusão de 99%. A comprovar esta eficiência está o rácio de conclusão de 73% no que toca aos pedidos de intervenção concluídos no próprio mês de abertura, o que comparativamente a igual período de 2015, se regista uma substancial melhoria uma vez que neste período este rácio havia sido de 66%.

No final do trimestre registavam-se 2 pedidos de intervenção pendentes neste setor.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

À semelhança de anos anteriores foi definido para 2016 um Plano de Sensibilização e Comunicação (PSC), que estabeleceu as várias áreas de atuação e atividades a desenvolver junto da população da área de abrangência da Gesamb.

AÇÕES PERMANENTES

SESSÕES DE SENSIBILIZAÇÃO/ESCLARECIMENTO E WORKSHOPS

No ano de 2016, foram realizadas 14 ações externas entre ações de sensibilização e workshops onde foram abrangidos, no total, 840 participantes.

KS
94
↑

Nos últimos três anos, tem-se verificado um aumento crescente nas solicitações de presenças externas por parte da Gesamb, no ano de 2016 verificou-se um aumento, no n.º de participantes abrangidos, de 39% comparativamente com o ano de 2015.



Figura 10 – Ação Sensibilização – EB Rossio



Figura 11 – Ação Sensibilização - Natal Sustentável

VISITAS ÀS INSTALAÇÕES

Nas visitas às instalações da Gesamb, em 2016 (onde se inclui o Dia Portas Abertas), participaram: 1.630 pessoas (adultos e crianças), verificando-se nesta iniciativa um aumento de aproximadamente 50%, no n.º de participante, comparativamente com o ano de 2015.

Das visitas realizadas em 2016, damos especial destaque às dez visitas organizadas pelo Município de Arraiolos, para um total de 428 alunos e professores do 1º 2º e 3º ciclo. A destacar ainda a realização de duas visitas de Universidades Séniores (Mora e Estremoz) e da Associação de Reformados do Ciborro.



Figura 12 – Visita instalações – Universidade Sénior de Estremoz



Figura 13 – Visita instalações – Funcionários da CM de Mora

STAND INFORMATIVO – “ESTAMOS A TRABALHAR PARA O SEU DESCANSO”

No ano de 2016, o stand institucional da Gesamb esteve presente em 5 eventos:

- Estremoz na FIAPE 2016, de 27 de abril a 1 de maio;
- Évora na Feira S. João 2016, de 23 julho a 3 de julho;
- Reguengos de Monsaraz na 24ª da ExpoReg que decorreu de 12 a 15 de agosto;
- Montemor-o-Novo na Feira da Luz 2016 de 31 de agosto a 5 de setembro;
- Borba na Festa da Vinha e do Vinho de 5 a 13 de novembro.

Handwritten notes:
V
\$
/



Figura 14 – Stand Gesamb – EXPOREG 2016



Figura 15 – Stand Gesamb – EXPOMOR

AÇÕES PONTUAIS

SEMANA EUROPEIA DA PREVENÇÃO DE RESÍDUOS 2016 – AÇÃO #DESCOMPLICA

Foi promovida uma ação de sensibilização e informação junto do público que utiliza os canais virtuais (site e facebook), dedicada ao lema: “Como reduzir o uso de embalagens no dia a dia”. Dirigida ao público em geral, utilizador das redes sociais, com especial atenção para o público registado nos 12 concelhos servidos pela Gesamb.

Sob a insígnia “Descomplica” (criada em 2015), disponibilizamos diariamente pequenos vídeos/animações com desafios associados a comportamentos de mudança e transformação.

O mote, foi mostrar aos cidadãos que é possível contribuir individualmente para a redução da produção de resíduos e em particular de resíduos de embalagem, e que simples decisões diárias produzem muitas vezes tanto uma redução dos gastos financeiros mensais, como ajudam a descomplicar o seu dia a dia. O desenvolvimento, passou pela realização de 15 desafios, a todas as publicações foram associados os hashtags #descomplica, #EWWR2016, #uselesspackaging #sepr16gesamb #simplificagesamb #reduce #refill #reuse.

A ação decorreu de 19 a 27 de novembro de 2016.

6º ENCONTRO TÉCNICO “GESTÃO DE RESÍDUOS” GESAMB

Ao longo do ano de 2016, decorreram várias reuniões de preparação do 6º Encontro Técnico, que se realizou no dia 30 de novembro na Herdade do Esporão em Reguengos de Monsaraz. Neste dia, foram apresentados/discutidos os resultados dos grupos de trabalho: Tarifa/Faturação proporcional ao Produzido; Banco de Trocas; Fiscalização e Fiscalidade Verde, que surgiram após a concretização do Encontro Técnico realizado em 2015.

Neste encontro foi ainda possível fazer um ponto de situação/balanço em relação a atividade da Recolha Seletiva da Gesamb assim como do Projeto Re-Planta! Aproveitando o facto do encontro se ter realizado na Herdade do



Figura 16 – Post Facebook

Handwritten signature and a blue arrow pointing towards the top right of the page.

Esporão foi possível ficar a conhecer as preocupações com a sustentabilidade que a Herdade tem atualmente nas suas práticas agrícolas e fazer uma visita às instalações.



Figura 17 e 18 – 6º Encontro Técnico



PORTAL

O portal da Gesamb, foi lançado no final de 2014, neste momento e passados dois anos de funcionamento, o balanço é positivo. Novas informações e atualizações são disponibilizadas diariamente, aos clientes e à população em geral. Apesar de se ter verificado uma quebra de cerca de 30% no número de utilizadores, que era de certa forma expectável, uma vez que no ano de 2015 o site era novidade, verificou-se, contudo, um aumento de 11% no número total de páginas visualizadas e na duração média de uma sessão (aumento em 1 min.)

FACEBOOK

A presença da Gesamb no facebook no ano de 2016, continua a evoluir de forma consistente e positiva, contando com 1.467 seguidores a 31/12/2016, sendo um aumento de 20% comparativamente com 2015.

Indicadores do Facebook - ano 2016:

- 60% dos fãs da Gesamb no facebook são do género feminino;
- 54% dos fãs têm idades entre os 25 e os 44 anos.



Figura 20 – Imagem Capa - Facebook

RE-PLANYA!

O projeto Re-Planta! realizado, numa 1ª fase, no âmbito de uma candidatura conjunta da Gesamb, Resialentejo e AMCAL, iniciou-se em julho de 2012 e decorreu até agosto de 2013.

A 2ª fase, desenvolvida pela Gesamb e Resialentejo, teve início em dezembro de 2013 e decorreu até dezembro de 2015. Esta 2ª fase teve como principal objetivo dar continuidade à dinamização das redes virtuais do Re-Planta! em: www.re-planta.pt e www.facebook.com/projeto-replanta.

Em janeiro de 2016 foi submetida uma candidatura ao Aviso POSEUR-11-2015-18, que foi rejeita com base no ponto 10.3.6 do Aviso e mais especificamente no n.º 9 do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro, define: “O acesso de operações promovidas por entidades municipais, num território que tenha aprovado um pacto para o desenvolvimento e coesão territorial, é feito exclusivamente por via deste, para as tipologias de intervenção abrangidas por esse pacto para o desenvolvimento e coesão territorial”.

Estando a Gesamb incluída numa candidatura no pacto para o desenvolvimento e coesão territorial promovido pela CIMAC, e de forma a viabilizar futuras candidaturas, a CIMAC comunicou, em outubro de 2016, ao POSEUR a desistência dessa mesma candidatura.



Figura 21 – Página de Facebook Re-Planta!

GESTÃO DE PESSOAS

O capital humano é a pedra basilar de qualquer organização e constitui um dos seus principais fatores de sucesso. Os colaboradores das empresas foram, são e serão sempre o motor das organizações.

No desenvolvimento e melhoria das suas capacidades e competências residem as soluções aos desafios que se lhes deparam, assegurando o cumprimento dos objetivos traçados. Consciente deste facto, a Gesamb tem realizado uma forte aposta na formação dos seus colaboradores, sendo muito importante o momento do planeamento e organização do seu Plano de Formação, um instrumento concebido anualmente para suprir as necessidades de cada colaborador, garantindo o seu envolvimento e contribuindo desta forma para o sucesso organizacional da empresa.

REPARTIÇÃO DO EFETIVO

A 31 de dezembro de 2016, o quadro de pessoal da Gesamb registava 77 colaboradores, mais 8 que em igual período do ano anterior e mais 13 que em 2014. O aumento de 8 colaboradores relativamente ao ano anterior reflete a entrada de 14 novos colaboradores e a saída de 6.

Os novos colaboradores foram contratados para colmatar necessidades nas áreas de Triagem (óleos alimentares usados, pilhas e baterias, REEE, vidro, RCD e descargas), manutenção de espaços verdes, limpeza exterior e triagem, operação de equipamento móvel, TMB, processamento de acumulados (plásticos) e viatura de lavagem de ecopontos.

Relativamente à distribuição por categorias profissionais verifica-se que os

Quadros Operacionais em 31 de dezembro de 2016 representavam 84,42% do pessoal ao serviço da empresa, têm registado um aumento desde 2014, altura em que rondava os 79,7%.

Encontram-se na categoria de técnico superior 11,7% dos colaboradores e os quadros diretivos representam 2,6% destes.

Quadro 29 – Estrutura de Categorias de Grupos Profissionais

Grupo Profissional	Categoria Profissional	2015	2016
Quadros de Chefia e Direção	Diretor Geral	1	1
	Diretor Técnico	1	1
Quadros Superiores e Técnicos	Técnico Superior	6	7
	Encarregado	1	1
Quadros Administrativos	Administrativo	2	2
	Operador Especializado	1	1
Quadros Operacionais	Operador de Equipamento Móvel	16	18
	Operador	40	46
	Estagiário	1	0
Outros		69	77

NÍVEL ETÁRIO

A estrutura etária do efetivo manteve-se sem alterações relevantes ao longo de 2016, com a faixa dos 40-49 anos a abarcar quase metade do pessoal ao serviço e o número de maiores de 60 anos praticamente residual (3).

A média etária do pessoal no final de 2016 é de 41,7 anos, igual à do ano de 2014 e superior em 0,7 anos à registada no final de 2015.

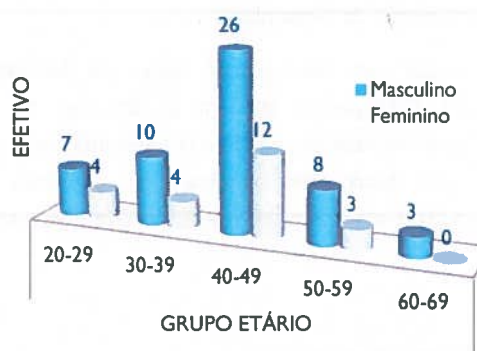


Gráfico 16 – Escalões Etários

NÍVEIS HABILITACIONAIS

No que concerne às habilitações literárias os colaboradores encontravam-se distribuídos da forma seguinte: 58,44% com diploma do ensino básico, 27,27% possuem o ensino secundário e 4,29% titulares de formação superior.

Em relação a igual indicador de 2015 verifica-se que o aumento global do número de colaboradores registados em 2016, correspondeu a um aumento do efetivo em cada um dos níveis de escolaridade, face ao que, a tendência de melhoria do nível de qualificação do quadro de colaboradores da Gesamb, superveniente dos anos anteriores, não foi afetada.

Relativamente à distribuição do nível de escolaridade por sexo observa-se que o número de homens é superior ao número de mulheres em todos os níveis de escolaridade, exceção feita ao ensino superior, caso em que o número de funcionários do sexo feminino suplanta os do sexo masculino.

Gráfico 17 – Habilitações literárias

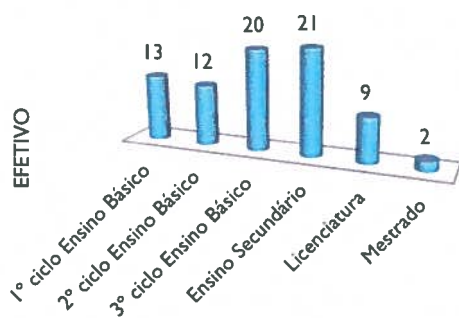
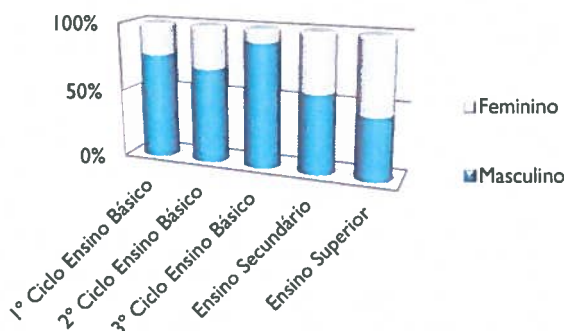


Gráfico 18 – Habilitações literárias por sexo



FORMAÇÃO

No ano de 2016 os colaboradores da Gesamb participaram em 38 ações de formação. Nestas, registaram-se 271 participações e foram ministradas cerca de 1580 horas de formação, valores estes que mais que duplicam as 127 participações do ano de 2015 e triplicam as 534,25 horas de formação frequentadas no mesmo ano.

Gráfico 19 – Formação



No ano de 2016 foi invertida a tendência decrescente que se vinha registrando desde o ano de 2013 em matéria de formação profissional do pessoal da Gesamb.

Assim, se por um lado as 22 horas de formação por colaborador de 2016 quase igualam as do ano de 2012 e representam aproximadamente 50% das registradas, em pico, no ano de 2013, por outro lado significam um aumento de 30% relativamente a 2014 e de cerca de 200% relativamente ao ano de 2015.

Gráfico 20 – Horas de formação per capita

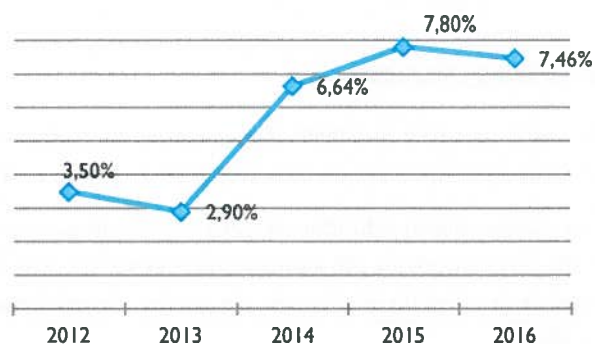


TAXA DE ABSENTISMO

Invertendo a tendência ascendente que se vinha registrando desde 2013, em 2016 a taxa de absentismo decaiu 0,34% relativamente a 2015, cifrando-se nos 7,46%.

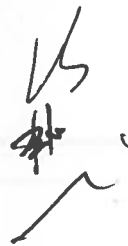
Tal como nos anos anteriores esta taxa tem na sua gênese, essencialmente, a incapacidade temporária para o trabalho por doença e por acidente de trabalho e a ausência por motivo de maternidade que em conjunto, representam 94% das faltas registadas.

Gráfico 21 – Absentismo



SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

No ano de 2016 registaram-se 12 acidentes de trabalho, tendo sido perdidos por força destes 155 dias de trabalho, em conformidade, o Índice de Gravidade cifrou-se em 0,02, o que de acordo com o parâmetro OIT é considerado Bom.



RESULTADOS

O plano de negócios da Gesamb, e a sua atualização para o exercício de 2016 pelos documentos previsionais para este exercício, concluíram que em consequência da entrada em funcionamento da UTMB e da linha de CDR e o abandono progressivo da deposição de resíduos em aterro, se registariam alterações à estrutura de rendimentos e gastos na Gesamb, alterando pressupostos económicos essenciais ao seu funcionamento que se vinham verificando até ao exercício de 2013.

Ainda sem a linha de CDR a funcionar, face ao insucesso do mercado para este material, mas com o funcionamento pleno da UTMB, e bem assim como das atividades do empreendimento conjunto com os restantes parceiros do Alentejo, dos quais se passou a receber resíduos para tratamento na UTMB, os resultados do exercício, ainda que se afastando das previsões, expressam bem essas alterações com os expressivos aumentos na venda de materiais recuperados, bem como no aumento de gastos de exploração intimamente associados aos novos ativos, depreciações, seguros e manutenção, em particular.

Os resultados do exercício, pese embora o aumento expressivo do volume de negócios em 12,94%, registaram uma significativa compressão por força de um muito maior aumento dos gastos de exploração, em cerca de mais de um milhão de euros, de que se destacam os aumentos:

- ✓ Dos fornecimentos e serviços externos em 10,32% (123 mil euros), principalmente por aumentos registados em trabalhos especializados, conservação e reparação e seguros;
- ✓ Dos gastos com o pessoal em 16,81% (160 mil euros), assinalando o aumento do volume de emprego médio de 69 para 72, bem assim como o termo das reduções remuneratórias;
- ✓ Dos gastos de depreciação e de amortização em 15,1% (233 mil euros), por força de no exercício se registar um ano completo de depreciações da Unidade de CDR;
- ✓ Das perdas por imparidade (183 mil euros) em consequência de contencioso em torno de faturas emitidas à SPV que esta alega não reconhecer;
- ✓ Em outros gastos e perdas, com mais 84,17% (307 mil euros), refletindo o aumento da TGR, o pagamento de outras taxas pela renovação das licenças de exploração, o encargo com a taxa da Lei n.º 34/2015 e o reconhecimento do perdão de juros dos Municípios que aderiram a plano de regularização das suas dívidas.

O resultado líquido do período, proporcionando uma rentabilidade líquida sobre o volume de negócios de 4%, assegura uma rentabilidade aos capitais próprios de 1,22% aquém da rentabilidade esperada pelos participantes no seu capital e à remuneração dos capitais por estes investidos, ainda assim, suficiente à manutenção do equilíbrio económico da exploração e à melhoria da situação financeira da Gesamb, traduzida quer no aumento da sua autonomia financeira, na diminuição do peso do seu endividamento e na redução do prazo médio de recebimentos, entre outros.

A eficiência e eficácia operacional reveladas pelas operações da Gesamb no período continuam a assegurar a sua rentabilidade num quadro de excelência do serviço público prestado, mantendo equilíbrios económicos e financeiros, revelando uma melhoria do indicador de cobertura dos gastos totais pelo rendimento totais para 108%, permitindo que no exercício se afastasse o programado aumento da tarifa aos seus utilizadores, assegurando a sua manutenção pelo quinto exercício consecutivo em 35,10 €/tonelada.

O desempenho económico no exercício ficou marcado pelo expressivo aumento de gastos de exploração, em mais de 25%, a par da manutenção e consolidação de ganhos de eficiência e eficácia em operações essenciais, já verificados nos exercícios precedentes, relativamente aparados pelo crescimento do volume de negócios e dos rendimentos operacionais.

- ✓ O conjunto dos gastos operacionais registaram um crescimento de 25%, mais 1.008 mil euros., com expressivos aumentos, como se referiu, em fornecimentos e serviços externos (10,32%), gastos com o pessoal (16,81%), gastos de depreciação e de amortização (15,1%), perdas por imparidade e outros gastos e perdas (84,17%).

- ✓ Em contrapartida, os rendimentos operacionais registaram um crescimento de 9%, mais 432 mil euros, particularmente evidente nas vendas, mais 40,39%, em serviços prestados, mais 3,34% e em variações nos inventários da produção, a compensaram as quebras registadas nas restantes rubricas, particularmente em *Juros, dividendos e outros rendimentos similares* esta última em consequências do perdão de juros de mora reconhecidos aos Municípios do Alandroal e de Évora em consequências dos processos e dos planos de regularização de dívidas desenvolvidos nos termos da lei.

No período são registados menos 7,36% de *Gastos e perdas de financiamento*, consequência da evolução dos planos de liquidação dos empréstimos específicos contratados para o financiamento da contrapartida nacional da UTMB, em particular do início de amortização após o termo do período de carência, do empréstimo BEI.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO, BALANÇO FUNCIONAL E EQUILÍBRIO FINANCEIRO


Quadro 30 – Demonstração de Resultados por natureza

RUBRICAS	Realizado			
	2015	2016	Variação	
Vendas e serviços prestados	3.837.245,20 €	4.333.887,80 €	496.642,60 €	12,94%
Subsídios à exploração	8.047,39 €	7.444,41 €	-602,98 €	-7,49%
Variação nos inventários da produção	-26.235,11 €	48.196,70 €	74.431,81 €	-283,71%
Fornecimentos e serviços externos	-1.196.020,99 €	-1.319.412,82 €	-123.391,83 €	10,32%
Gastos com pessoal	-954.223,86 €	-1.114.628,11 €	-160.404,25 €	16,81%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-7.371,89 €	-190.681,30 €	-183.309,41 €	2486,60%
Provisões (aumentos/reduções)	30.089,70 €	5,23 €	-30.084,47 €	-99,98%
Outros rendimentos e ganhos	1.198.900,08 €	1.090.220,76 €	-108.679,32 €	-9,06%
Outros gastos e perdas	-365.290,54 €	-672.771,96 €	-307.481,42 €	84,17%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2.525.139,98 €	2.182.260,71 €	-342.879,27 €	-13,58%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.544.622,18 €	-1.777.860,48 €	-233.238,30 €	15,10%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	980.517,80 €	404.400,23 €	-576.117,57 €	-58,76%
Juros e gastos similares suportados	-173.863,91 €	-161.068,22 €	12.795,69 €	-7,36%
Resultado antes de impostos	806.653,89 €	243.332,01 €	-563.321,88 €	-69,83%
Imposto sobre rendimento do período	-187.379,70 €	-73.581,39 €	113.798,31 €	-60,73%
Resultado líquido do período	619.274,19 €	169.750,62 €	-449.523,57 €	-72,59%

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 170 mil euros, continuando a proporcionar rentabilidade aos capitais próprios da entidade, de 1,22%, valor inferior, porém, à rentabilidade média verificada entre 2010 e 2015 de 5,42%, impondo uma compressão à remuneração aos capitais investidos pelos sócios, nos termos por estes ajustados no contrato de gestão delegada, proporcionando, no entanto, um crescimento efetivo aos capitais investidos e retidos na entidade ajustado às necessidades de crescimento da Gesamb.

Depois de ter verificado três exercícios consecutivos com quebra no seu volume de negócios, entre 2011 e 2013, a Gesamb volta a registar pelo terceiro período consecutivo um aumento, de 12,94%, combinando um acentuado crescimento de 40,39% nas vendas de mercadorias e produtos com um menor aumento 3,34% nas prestações de serviços.

Considerando a variação positiva nos inventários da produção e o aumento registado no volume de negócios, o valor da variação no período foi de 571 mil euros, muito superior ao aumento de 123 mil euros registado em consumos intermédios com fornecimentos e serviços externos, resultando numa maior margem de contribuição para a cobertura dos gastos fixos em 448 mil euros.



Os aumentos verificados nos gastos fixos com pessoal, imparidades e outros gastos e perdas, com mais 651 mil euros, um aumento de 49,08% face ao período anterior, contribuíram, em conjunto com a diminuição de rendimentos verificados com reversões de provisões e Outros rendimentos e ganhos, com menos 139 mil euros, para em conjunto com o aumento da margem de contribuição, para um agravamento de 343 mil euros dos Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos os quais, registam, assim, no período, uma descida de -13,58% face ao período anterior.

Com efeito, e quanto a outros rendimentos e ganhos, verificou-se uma diminuição de 108 mil €, muito por força do perdão de juros de mora reconhecidos aos Municípios do Alandroal e de Évora em consequências dos processos e dos planos de regularização de dívidas desenvolvidos nos termos da lei, como já referido.

O aumento dos Gastos/reversões de depreciação e de amortização, com mais 233 mil euros do que o valor registado no período precedente, mais 15,10%, no momento em que já se encontram em uso todos os ativos do empreendimento conjunto com os restantes parceiros do Alentejo, justificam a descida do resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) em 576 mil euros, menos 58,76% que o montante registado no período precedente.

Igualmente no período é significativo a diminuição dos juros e gastos similares suportados, com menos 13 mil euros (-7,36%), consequência da evolução dos planos de liquidação dos empréstimos específicos contratados para o financiamento da contrapartida nacional da UTMB, em particular do início de amortização, após o termo do período de carência, do empréstimo BEI.

A compressão do resultado antes de impostos, com menos de 563 mil euros face ao verificado no período precedente, arrastaram um menor valor dos gastos com imposto do período, menos 114 mil euros, e num resultado do período final inferior em 450 mil euros, menos 72,59%, mantendo rentabilidades positivas.

Neste quadro, a manutenção do valor da tarifa pela receção e tratamento do RU junto do Municípios Utilizadores do sistema, evitando o seu agravamento num contexto de fortes restrições financeiras à sua atividade, assumiu-se uma vez mais como uma decisão assertiva, um quadro, porém, de compressão da remuneração acionista para o presente período, mas com os resultados conseguidos a revelaram-se suficientes a um desempenho económico equilibrado.

As medidas organizacionais implementadas com a entrada em funcionamento no novo ciclo de investimentos, desde a reorganização dos circuitos, a política de manutenção dos ativos prosseguida, a evolução positiva no tratamento do lixiviado, as obrigações ambientais legais da Gesamb no período pós encerramento das células do Aterro e o aumento da estimativa da sua vida útil, representaram expressivas economias à exploração que, com elevada probabilidade se pode estimar, estão a atenuar significativamente as pressões sobre os gastos líquidos de novos rendimentos derivados da entrada em pleno funcionamento das UTMB e da linha de CDR.

Quadro 31 – Resultado das Operações

Resultado das operações	2016			2015		
	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2015	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2014
Volume de negócios	4.333.887,80 €	496.642,60 €	12,94%	3.837.245,20 €	110.914,22 €	2,98%
Outros rendimentos e gastos operacionais	1.145.861,87 €	-34.850,49 €	-2,95%	1.180.712,36 €	-465.479,33 €	(28,28)%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	2.182.260,71 €	-342.879,27 €	-13,58%	2.525.139,98 €	-387.061,92 €	(13,29)%
EBITDA	1.333.463,47 €	-209.139,37 €	-13,56%	1.665.395,75€	-285.800,70€	(14,65)%
VAB	3.070.116,09 €	447.079,60 €	17,04%	2.623.036,49€	-77.713,91€	(2,88)%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1.777.860,48 €	233.238,30 €	15,10%	1.544.622,18€	33.536,01€	2,22%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	404.400,23 €	-576.117,57 €	-58,76%	980.517,80€	-420.597,93€	(30,02)%
Resultados financeiros	161.068,22 €	-12.795,69 €	-7,36%	173.863,91€	76.676,36€	78,90%
Resultado antes de imposto (RAI)	243.332,01 €	-563.321,88 €	-69,83%	806.653,89€	-497.274,29€	(38,14)%
Imposto sobre rendimento do período	73.581,39 €	-113.798,31 €	-60,73%	187.379,70€	-131.904,17€	(41,31)%
Resultado líquido do período	169.750,62 €	-449.523,57 €	0,73%	619.274,19€	-365.370,12€	(37,11)%

O aumento de cerca 497 mil euros no volume de negócios no exercício, acompanhado do aumento da variação de produção em mais 74 mil € ao verificado no exercício precedente, e bem assim como o aumento de 123 mil € em consumos intermédios (fornecimentos e serviços externos), representaram um aumento do valor da margem de comercialização, 447 mil euros (+17,12%), colocando-a em valores acima da média desta verificada nos exercícios de 2010 a 2015 de 67%.

Quadro 32 – Evolução da Atividade

Evolução da atividade	2016			2015		
	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2015	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2014
Volume de negócios	4.333.887,80 €	496.642,60 €	12,94%	3.837.245,20€	110.914,22€	2,98%
Margem bruta – Valor	306.2671,68 €	447.682,58 €	17,12%	2.614.989,10€	-79.063,89€	(2,93)%
Margem bruta - %	70,67%	2,52%	3,70%	68,15%	-4,00%	-6,00%
Resultado operacional	404.400,23 €	-576.117,57 €	-58,76%	980.517,80€	-420.597,93€	(30,02)%

(valores expressos em euros)

A natureza essencialmente fixa dos gastos da Gesamb, em particular dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos como pessoal, revela a sensibilidade dos resultados económicos não só a uma variação do volume de produção, como igualmente aos ajustamentos do nível dos seus gastos. Neste caso, apesar do aumento significativo da produção, o aumento do conjunto dos seus gastos de exploração operacionais, com as variações negativas registadas em outros rendimentos e ganhos e reversões, com menos 1.147 mil euros, representaram a compressão de todos os agregados da conta de exploração, em particular do resultado operacional.

É neste contexto que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI), revela uma descida de menos 343 mil € (-13,58%) em relação ao exercício de 2015, prejudicado pelo reconhecimento no exercício de mais 775 mil euros em gastos em fornecimentos e serviços externos (10,32%), gastos com o pessoal (16,81%), perdas por imparidade e outros gastos e perdas (84,17%), bem assim como do menor reconhecimento de rendimentos, -139 mil euros, em reversões de provisões e Outros rendimentos e ganhos.

O resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO) com uma diminuição de 576 mil € (-58,76%) e o resultado antes de imposto (RAI) com uma diminuição de 563 mil € (-69,83%) em relação a 2015, acompanham, então, a compressão verificada no resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e

impostos (RADFI) acomodando, ainda, o acréscimo verificado de 233 mil € nas depreciações do exercício e a melhoria de 13 mil € nos resultados financeiros.

A compressão verificada nos agregados financeiros manifestou-se, igualmente, nos meios libertos de exploração que se quedaram, no exercício, pelo valor de 1,3 milhão de euros, menos 209 mil euros que os valores verificados no exercício de 2015, valor ainda assim relevante e do maior significado face às necessidades de manutenção e renovação dos ativos da Gesamb, aquém, porém, à média deste agregado verificada nos exercícios de 2010 a 2015 de cerca 1,6 milhão de euros.

Quadro 33 – Indicadores de Produtividade

INDICADORES PRODUTIVIDADE	2011	2012	2013	2014	2015	2016
VAB	2.743.930,15€	2.556.003,85€	2.329.225,04€	2.700.750,40€	2.623.036,49€	307.011,609
Numero médio de trabalhadores	61	61	61	62	69	72
Ativo fixo	4.970.817,36€	10.837.013,60€	14.578.800,62€	17.263.581,54€	18.137.614,66€	16.861.602,92 €
Ativo fixo em curso	195.203,73€	5.704.747,11€	9.791.033,10€	3.377.048,87€	0,00 €	0,00 €
Produtividade do trabalho	44.982,46€	41.901,70€	38.184,02€	43.560,49€	38.015,02€	42.640,50 €
Produtividade do capital	57%	50%	49%	19%	14%	18%
VAB / Produção	65,19%	65,44%	63,37%	71,75%	68,83%	70,06%

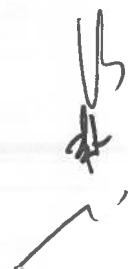
O aumento do Valor Acrescentado Bruto verificada no exercício, com mais 447 mil euros, acompanha o aumento do valor da produção. Com este aumento, este apresenta níveis superiores aos verificados nos exercícios de 2011 a 2015. Apesar do aumento do volume de emprego e de ativos registado ininterruptamente desde o exercício de 2012, por força do ciclo de investimento iniciado nas UTMB e CDR, o aumento do VAB arrastou aumentos no seu valor por trabalhador e a sua relação face aos ativos da entidade.

Quadro 34 – Análise do Equilíbrio Financeiro

ANÁLISE DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Capitais Permanentes	19.294.189,26€	24.145.331,35€	28.722.002,97€	27.151.795,16€	25.387.876,31€	23.465.351,79
Ativo Fixo	4.980.971,29€	10.843.524,58€	14.858.159,71€	17.439.099,89€	18.185.994,27€	16.914.655,87
FUNDO DE MANEIO LÍQUIDO	14.313.217,97€	13.301.806,77€	13.863.843,26€	9.712.695,27€	7.201.882,04€	6.550.695,92
Necessidades Cíclicas	14.760.570,53€	14.319.878,94€	10.524.212,10€	6.782.907,47€	4.143.750,51€	1.574.977,28
Recursos Cíclicos	6.024.003,73€	5.054.431,90€	4.322.517,96€	2.903.355,72€	1.152.690,76€	985.214,79
NECESSIDADES FUNDO DE MANEIO	8.736.566,80€	9.265.447,04€	6.201.694,14€	3.879.551,75€	2.991.059,75€	589.762,49
Tesouraria Ativa	5.696.018,72€	7.063.104,83€	8.437.524,79€	6.333.143,52€	4.984.315,06€	6.745.095,16
Tesouraria Passiva	119.367,55€	3.026.745,10€	775.375,67€	500.000,00€	773.492,77€	784.161,73
TESOURARIA LÍQUIDA	5.576.651,17€	4.036.359,73€	7.662.149,12€	5.833.143,52€	4.210.822,29€	5.960.933,43

A conclusão no período precedente do ciclo de investimentos da entidade em novas tecnologias para o tratamento de resíduos, interromperam, no presente exercício, os fortes crescimentos em ativos fixos até então verificados. No período, os ativos fixos decrescem 1.271 mil euros, acomodando os 503 mil euros de investimentos realizados pela entidade e 1.778 mil euros de depreciações no exercício reconhecidas.

Os capitais permanentes registaram uma diminuição de 1,922 milhão de €, dos quais 784 mil € por força da diminuição do passivo financeiro de médio e longo prazo associado aos dois empréstimos contratados para o financiamento do ciclo de investimentos da Gesamb. Nos capitais permanentes registaram descida, ainda com significado, 204 mil euros em passivos por impostos diferidos e 706 mil euros em Outras variações no capital próprio associado ao montante dos subsídios ao investimento imputados a rendimentos no período.



A variação de fundo de maneiço líquido é, por esse facto de, menos 651 mil €, colocando fundo de maneiço líquido da Gesamb em 6,551 milhões de €.

A variação negativa do fundo de maneiço líquido foi ainda acompanhada de uma variação negativa de 2.401 mil € nas necessidades de fundo de maneiço, na qual tiveram significado a diminuição das necessidades cíclicas para os cerca de 1,575 milhões de €, muito por força da variação negativa ocorrida no valores a receber do fundo comunitários dado o encerramento dos projetos financiados no presente exercício e ainda a forte diminuição verifica nos clientes a receber, bem assim como a diminuição dos recursos cíclicos de 1,153 para 985 mil de euros, no essencial, devido à diminuição de créditos junto dos restantes parceiros do projeto TMB e CDR.

A Gesamb continua a funcionar com tesourarias líquidas positivas, sendo que estas registaram um aumento no exercício de 1,750 milhões de €, passando de 4,210 para 5,961 milhões de €.

Quadro 35 – Indicadores Financeiros e de Liquidez

INDICADORES FINANCEIROS	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Autonomia Financeira	55,59%	44,28%	46,01%	50,89%	54,44%	55,33%
Solvabilidade Total	125,19%	79,47%	85,24%	103,61%	119,48%	123,85%
Endividamento Total	79,88%	125,83%	117,32%	96,51%	83,70%	80,74%
Endividamento ML Prazo	36,44%	69,20%	84,56%	74,63%	70,74%	68,07%

INDICADORES DE LIQUIDEZ	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Liquidez Geral	332,99%	264,60%	371,95%	385,39%	473,89%	470,23%
Liquidez Reduzida	332,99%	264,60%	371,95%	385,39%	473,89%	470,23%

A necessidade de recurso a capitais alheios para o financiamento do ciclo de investimentos da Gesamb, cuja contratação foi realizada em condições de reembolso ajustadas aos meios libertos esperados pelo próprio projeto, representaram um agravamento dos indicadores de solvabilidade e de endividamento, nos exercícios de 2012 e 2013.

No exercício de 2014 e de 2015, ainda com o prazo carência do empréstimo contratado junto do BEI, mas já a amortizar o empréstimo contratado ao Santander Totta, verifica-se uma melhoria nestes indicadores, bem assim como da autonomia financeira que ultrapassou novamente os 50%.

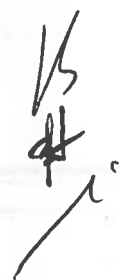
No período voltam-se a registar melhorias expressivas em todos os indicadores da estrutura de capitais, uma vez mais devido à conclusão do ciclo de investimentos em novas tecnologias para o tratamento de resíduos, com a estabilização dos valores dos ativos líquidos da entidade, a par do reembolso dos empréstimos contratados para o seu financiamento, num quadro de um desempenho equilibrado com rentabilidade adequadas ao crescimento dos capitais investidos na entidade.

DESEMPENHO ECONÓMICO E PRINCIPAIS INDICADORES

A um desempenho económico equilibrado, acrescenta-se, neste exercício, um novo ajustamento na estrutura de gastos decorrentes dos aumentos verificados nos gastos de exploração, a par do aumento do nível de produção e volume de negócios.

Quadro 36 – Indicadores Económicos

INDICADORES ECONÓMICOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de Crescimento do Negócio	-0,60%	-9,40%	-5,79%	1,57%	2,98%	12,94%
Eficiência Operacional	22,21%	17,97%	12,96%	37,60%	25,55%	9,33%
Margem Operacional das Vendas	65,67%	65,20%	63,30%	71,28%	68,83%	69,56%
Rentabilidade Líquida das Vendas	16,13%	12,99%	19,19%	26,42%	16,14%	3,92%



A eficiência operacional, que havia registado descidas nos exercícios de 2012 e 2013, manteve-se entre o período de 2014 e 2015 com elevados índices, sendo que o valor registado no período, de 9,33%, se afasta da média dos valores verificados entre os exercícios de 2010 a 2015 de 22,63 %

Após a função financeira e os impostos sobre o rendimento do exercício, a rentabilidade líquida final sobre o volume de negócios de 3,92%, apresenta-se igualmente aquém dos 17,81% de média dos valores verificados entre os exercícios de 2010 a 2015.

Quadro 37 – Indicadores Económicos

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Rendimentos operacionais	5.314.324,39 €	4.924.189,86 €	4.763.502,19 €	5.372.522,67 €	5.048.047,26 €	5.479.749,67 €
Gastos operacionais	4.359.526,56 €	4.224.288,54 €	4.288.194,43 €	3.971.406,94 €	4.067.529,46 €	5.075.349,44 €
Resultado Operacional	954.797,83 €	699.901,32 €	475.307,76 €	1.401.115,73 €	980.517,80 €	404.400,23 €
RO / GO	121,9%	116,6%	111,1%	135,3%	124,1%	107,97%

Os rendimentos operacionais da Gesamb registaram em 2016 um crescimento de 8,55%, para 5.479.749,67 €, mais 431.702,41 € que os valores reconhecidos no exercício de 2015.

Com variações em valor absoluto materialmente pouco relevantes em subsídios à exploração, no montante de menos 603 €, e em reversão de provisões, com menos 30 mil euros, uma variação positiva nos inventários de produção com mais 74 mil € face à registada no exercício precedente, são o crescimento do volume de negócios em 497 mil €, compensados com a diminuição de 109 mil € em outros rendimentos e ganhos que respondem pelo essencial da variação dos rendimentos operacionais.

Entre outros, em outros rendimentos e ganhos a descida reflete o reconhecimento no período de menos 125 mil euros Juros, dividendos e outros rendimentos similares por força do perdão de juros efetuado no período aos Municípios que adotaram planos de regularização das suas dívidas nos termos da lei.

Em resumo, dos 5.479 mil € de rendimentos constituem agregados mais relevantes os 79% de rendimentos provenientes de vendas e prestações de serviços, 1.039 mil € (19%) provenientes da imputação no exercício de subsídios para investimentos.

O peso da imputação de subsídios para investimento nos ganhos operacionais mantém-se no exercício em 18,97%, próximo do valor registado no exercício precedente de 19,01%, valor que era de 15,75% em 2011, 14,81% em 2012, 17,20% em 2013 e 17,34% em 2014. A trajetória decrescente que se vinha verificando em exercícios anteriores foi, no exercício de 2013, contrariada, derivada da diminuição no volume de negócios e do início em 2014 do reconhecimento dos rendimentos com os subsídios destinados aos novos ativos decorrentes do ciclo de investimentos concluído no período com as UTMB e de CDR.

Quadro 38 – Estrutura de Gastos

INDICADORES ECONÓMICOS - ESTRUTURA GASTOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Peso CMVMC no VN	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Peso FSE no VN	34,33%	34,80%	36,70%	28,72%	31,17%	30,44%
Peso Gastos com o pessoal no VN	20,93%	24,00%	25,95%	24,78%	24,87%	25,72%
Peso Imparidades no VN	-0,43%	0,02%	0,02%	0,04%	0,19%	4,40%
Peso Provisões no VN	6,94%	8,58%	8,52%	-0,83%	-0,78%	0,00%
Peso Outros gastos no VN	10,18%	10,90%	11,36%	13,32%	9,52%	15,52%
Peso gastos depreciação e de amortização no VN	29,47%	30,18%	34,34%	40,55%	40,25%	41,02%
Peso Juros e gastos similares suportados no VN	0,11%	0,11%	0,02%	2,61%	4,53%	3,72%

As perdas operacionais conheceram no período um significativo aumento de 1.008 mil €, situando-se nos 5.075 mil €, mais de 24,78% relativamente a 2015.

Como já assinalado, o desempenho da entidade regista a um relevante aumento do volume de negócios e de produção, insuficientes, porém, para acomodar o acréscimo de gastos dos novos ativos, tudo representando importantes ajustamentos à estrutura de gastos da Gesamb.

Os Fornecimentos e serviços externos, com uma execução de mais 123 mil € no seu conjunto comparativamente com 2015, representam 30,44% do volume de negócios, menos 0,72%, ainda assim abaixo da média de 33,06% dos períodos de 2010-2015.

Com um total de 1.319 mil €, registaram agravamento em Fornecimentos e serviços externos, os gastos com Trabalhos especializados (mais 55 mil €, +53%), Conservação e reparação (mais 114 mil €, +43%), Seguros (mais 17 mil €, +22%).

Os Gastos com o pessoal, depois de terem registado aumento no seu significado sobre o volume de negócios nos exercícios de 2012 e 2013, derivado da diminuição do volume de negócios, representaram em 2016 praticamente o mesmo valor que em 2015, 25,72%. Com uma massa salarial superior em 160 mil euros (+16,81%) à registada no exercício precedente, sendo que os gastos com o pessoal representam ¼ do volume de negócios da Gesamb, mais 5,05% do peso que representavam no exercício de 2010.

Em Outros gastos e perdas, com mais 84,17% do valor registado no exercício de 2015, ou seja, mais 307 mil €, constituem gastos com maior relevância o valor reconhecido pela Taxa de Gestão de Resíduos, no montante de 302 mil euros, prevista no Decreto-Lei n.º 178/2006, e a qual representa 45% do total destes gastos com o valor no exercício de 673 mil euros.

São ainda relevantes, nesta rubrica, o montante de 101 mil € de compensações reconhecidas aos Municípios Utilizadores com distâncias ao ponto de receção de resíduos do sistema superiores à média, compensação a atribuir de acordo com instruções da entidade delegatária e ainda a Taxa da Lei n.º 34/2015 com o valor reconhecido de 97 mil euros.

O Impostos diretos, como o IMI, e os impostos sobre os transportes rodoviários, são responsáveis por 3,91% dos gastos reconhecidos nesta rubrica.

Relativamente aos restantes gastos aqui reconhecidos, nomeadamente outras taxas e quotizações, os valores da execução de 2016 acompanharam os valores já registados nos exercícios precedentes.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO E CONTROLO ORÇAMENTAL

Quadro 39 – Execução do Orçamental

RUBRICAS	2016			
	Previsão	Realização	Desvio	
Vendas e serviços prestados	4.798.292,78 €	4.333.887,80 €	-464.404,98 €	-9,68%
Subsídios à exploração	134.062,80 €	7.444,41 €	-126.618,39 €	-94,45%
Variação nos inventários da produção	64.898,26 €	48.196,70 €	-16.701,56 €	-25,73%
Fornecimentos e serviços externos	-2.212.333,20 €	-1.319.412,82 €	892.920,38 €	-40,36%
Gastos com pessoal	-1.005.958,00 €	-1.114.628,11 €	-108.670,11 €	10,80%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00 €	-190.681,30 €	-190.681,30 €	#DIV/0!
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	5,23 €	5,23 €	#DIV/0!
Outros rendimentos e ganhos	1.210.049,36 €	1.090.220,76 €	-119.828,60 €	-9,90%
Outros gastos e perdas	-175.269,91 €	-672.771,96 €	-497.502,05 €	283,85%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2.813.742,09 €	2.182.260,71 €	-631.481,38 €	-22,44%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2.194.808,30 €	-1.777.860,48 €	416.947,82 €	-19,00%

Quadro 39 – Execução do Orçamental (continuação)

RUBRICAS	2016			
	Previsão	Realização	Desvio	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	618.933,79 €	404.400,23 €	-214.533,56 €	-34,66%
Juros e gastos similares suportados	-190.916,52 €	-161.068,22 €	29.848,30 €	-15,63%
Resultado antes de impostos	428.017,27 €	243.332,01 €	-184.685,26 €	-43,15%
Imposto sobre rendimento do período	-96.304,00 €	-73.581,39 €	22.722,61 €	-23,59%
Resultado líquido do período	331.713,27 €	169.750,62 €	-161.962,65 €	-48,83%

O desempenho económico do exercício de 2016 afastou-se das previsões dos documentos do plano de negócios da Gesamb.

Nos termos do plano de negócios aprovado, e dos documentos de gestão previsional para o exercício de 2016, constituía pressuposto o funcionamento da Linha de CDR a partir de janeiro de 2016 com a receção de refugos da UTMB em Beja, facto que não se veio a verificar. Por outro lado, os documentos de gestão estimavam a obtenção de rendimentos pela venda de CDR e pela venda de composto, o qual continua em fase de afinação de testes não tendo proporcionado no período qualquer rendimento. Acresce, por fim, que os gastos estimados com o funcionamento da UTMB, ainda sem histórico de desempenho na entidade, assentaram nas previsões dos estudos económicos que suportaram a sua candidatura a cofinanciamento pelo fundo de coesão, sendo que se registam, em determinadas rubricas de gastos, desvios positivos no desempenho face às estimativas desses estudos.

Continuam a ter relevância os desvios registados em vendas de mercadorias e produtos e as prestações de serviços, quanto aos rendimentos estimados, e em Fornecimentos e serviços externos, quanto aos gastos, desvios que se compensam positivamente em 429 mil euros.

Quanto Fornecimentos e serviços externos, o não funcionamento da Linha de CDR representou uma economia de 309 mil euros e a UTMB registou menos 277 mil euros dos valores estimados, respondendo por 66% do desvio verificado nesta rubrica face aos valores estimados.

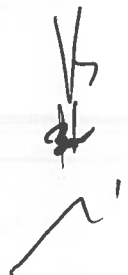
De igual forma, as vendas de mercadorias e produtos e as prestações de serviços afastaram-se das previsões iniciais, com menos 464 mil euros, menos 9,68%. Em vendas, incluindo 212 mil euros previsto com composto e CDR, estas ficaram a 74% do estimado, com um desvio negativo de menos 481 mil euros. Por seu turno, as prestações de serviços, ainda que com apenas mais 17 mil euros face ao estimado, mais 0,57%, não deixam de refletir variações diversas face ao estimado, a saber, menos 105 mil euros derivados da diminuição de atividade, menos 294 mil euros com o adiamento da atualização do valor da tarifa, apesar de se terem registado mais 254 mil euros de outros serviços e 176 mil euros de débitos aos Municípios da TGR.

Antes de Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, os desvios registados nas restantes rubricas de rendimentos e gastos, em conjunto, representam 1.060 mil euros, destacando-se:

- ✓ Menos 126 mil euros reconhecidos face às previsões em subsídios à exploração, por força da não execução de investimentos previstos em plano referente ao projeto Life-Projeto piloto da recolha seletiva de orgânicos;
- ✓ Desvio negativo de 109 mil euros em gastos com o pessoal por força do aumento do volume de emprego registado e do fim das reduções remuneratória, desconhecidas à data da preparação dos documentos previsionais;
- ✓ Desvio negativo de 190 mil euros em imparidades de dívidas de clientes, não previstas nos documentos previsionais, e reconhecidas no período relativamente às faturas não reconhecidas pela sociedade SPV;
- ✓ Menos 120 mil euros em outros rendimentos e ganhos derivados do reconhecimento no período do perdão de juros aos Municípios com planos de regularização de dívidas aprovados nos termos da lei;
- ✓ Desvio negativo de 498 mil euros em Outros gastos e perdas, rubrica que reconheceu no período maior débito de TGR, 151 mil euros e da Taxa da Lei n.º 34/2015, 97 mil euros. Esta última não prevista nos documentos previsionais.

Quadro 40 – Fornecimentos e Serviços Externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2016			
	Previsão	Realização	Desvio	
Subcontratos	10.550,00 €	18.647,72 €	8 097,72 €	76,76%
Trabalhos especializado	386.265,00 €	158.269,32 €	-227 995,68 €	-59,03%
Publicidade e propaganda	8.950,00 €	17.431,38 €	8 481,38 €	94,76%
Vigilância e segurança	76.320,00 €	75.104,71 €	-1.215,29 €	-1,59%
Honorários	7.350,00 €	6.000,00 €	-1.350,00 €	-18,37%
Conservação e reparação	319.049,00 €	381.790,72 €	62.741,72 €	19,67%
Serviços Bancários	800,00 €	2.562,20 €	1.762,20 €	220,28%
Outros	0,00 €	4.950,45 €	4.950,45 €	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	34.320,00 €	34.625,70 €	305,70 €	0,89%
Livros e documentação técnica	0,00 €	198,02 €	198,02 €	-
Material de escritório	6.910,00 €	6.788,42 €	-121,58 €	-1,76%
Artigos para oferta	0,00 €	1.992,60 €	1.992,60 €	-
Outros	0,00 €	1.929,77 €	1.929,77 €	-
Eletricidade	592.492,00 €	142.083,54 €	-450.408,46 €	-76,02%
Combustíveis	434.583,00 €	298.181,87 €	-136.401,13 €	-31,39%
Água	4.524,00 €	3.179,01 €	-1.344,99 €	-29,73%
Outros Energia e Fluidos	45.850,00 €	39.421,98 €	-6.428,02 €	-14,02%
Deslocações e estadas	600,00 €	2.098,10 €	1.498,10 €	249,68%
Transportes de mercadorias	14.910,00 €	97,09 €	-14.812,91 €	-99,35%
Portagens	1.270,00 €	1.250,69 €	-19,31 €	-1,52%
Rendas e alugueres	28.740,00 €	432,24 €	-28.307,76 €	-98,50%
Comunicação	15.320,00 €	15.973,99 €	653,99 €	4,27%
Seguros	64.293,00 €	94.760,17 €	30.467,17 €	47,39%
Contencioso e notariado	200,00 €	590,00 €	390,00 €	195,00%
Despesas de representação	720,00 €	64,40 €	-655,60 €	-91,06%
Limpeza, higiene e conforto	10.070,00 €	10.114,73 €	44,73 €	0,44%
Outros serviços	148.247,20 €	874,00 €	-147.373,20 €	-99,41%



POLÍTICA DE PREÇOS

De acordo com o contrato de gestão delegada, as tarifas da Gesamb deverão ser fixadas por forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico-financeiro da exploração e as condições necessárias para a qualidade do serviço durante e após o termo da exploração.

Constituem, por esse fato, elementos e necessidades a atender para a sua determinação:

- ✓ Assegurar o bom estado de funcionamento, conservação e segurança de todos os ativos afetos à exploração;
- ✓ Assegurar a depreciação e amortização tecnicamente exigida dos ativos afetos à exploração e de novos investimentos de expansão, modernização ou substituição incluídos em planos de investimento;
- ✓ Atender ao nível de gastos necessários para uma gestão eficiente do sistema, líquidos de rendimentos provenientes da venda de materiais e produtos, bem assim como de subsídios à exploração e ao investimento imputáveis a cada período

- ✓ Atender aos encargos financeiros decorrentes da contratação de capitais alheios, bem assim como os decorrentes de garantias e avais prestados;
- ✓ Atender à fiscalidade sobre o rendimento e sobre o património, bem assim como a outras taxas e contribuições devidas legalmente pelo exercício da atividade;
- ✓ Assegurar a constituição e manutenção das reservas legais estatutárias;
- ✓ Assegurar a remuneração dos capitais próprios da Gesamb.

A tarifa de tratamento de RU não registou nenhum aumento pelo quinto exercício consecutivo.

Quadro 41 – Tarifa de RU

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Tarifa de RU	34,75 €	35,10 €	35,10 €	35,10 €	35,10 €	35,10 €
Aumento relativo ao ano anterior	1,01%	1,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Como se referiu, e contrariando o estimado no plano de negócios da Gesamb, adiou-se no exercício o programado aumento de tarifa aos utilizadores. A disposição do plano quanto ao processo de revisão tarifária, segundo a qual dadas “as incertezas (...) associadas ao ambiente económico do País e da exploração de novas tecnologias por parte da Gesamb, bem assim como da obtenção de novos produtos, propõe-se que a atualização tarifária fique dependente exclusivamente da atualização dos pressupostos económicos e financeiros que sustentaram o seu cálculo” e bem assim como, que a necessária monitorização semestral destas estimativas devem dar lugar à apresentação de propostas de revisão tarifária sempre que se verifiquem desvios anuais superiores a 6% no valor determinado, e correção da tarifa no próprio exercício sempre que essas variações sejam superiores a 12%, resultaram nas sucessivas deliberações na manutenção da tarifa no exercício em 35,10 €.

De facto, a não entrada em funcionamento da linha de CDR e as economias verificadas na exploração da UTMB, para as quais se haviam estimado mais de 1,6 milhões de € de gastos entre fornecimentos e serviços externos e gastos de depreciação e de amortização, justificariam, por si só, o não agravamento tarifário previsto.

A tarifa praticada, para além de ter proporcionado o cumprimento dos princípios tarifários supramencionados, contribuiu ainda, para a cobertura dos défices de exploração registados nas restantes áreas de negócios.

Quadro 42 – Tarifa, Valor a recuperar

TARIFA	2013	2014	2015	2016
Gastos operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	- 3.028.440,01 €	- 2.460.320,77 €	-2.492.817,58€	-3.297.488,96
<i>Em FSE</i>	- 1.346.304,10 €	- 1.070.125,16 €	-1.196.020,99 €	-1.319.412,82
<i>Em Gastos com o pessoal</i>	- 952.002,65 €	- 923.264,87 €	-954.223,86 €	-1.114.628,11
<i>Em Provisões (aumentos/reduções)</i>	- 312.439,36 €	30.775,00 €	22.717,81 €	-190.676,07
<i>Em outros gastos e perdas</i>	- 417.693,90 €	- 497.705,74 €	365.290,54€	-672.771,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 1.259.754,42 €	- 1.511.086,17 €	-1.544.622,18 €	-1.777.860,48
Subsídios a fundo perdido	819.332,86 €	931.546,89 €	959.819,33 €	1.039.473,31
Gastos com juros e gastos similares suportados	- 557,94 €	- 97.187,55 €	173.863,91 €	-161.068,22
Gastos com Imposto sobre rendimento do período	229.247,34 €	- 319.283,87 €	-187.379,70 €	-73.581,39

Quadro 42 – Tarifa, Valor a recuperar (continuação)

TARIFA	2013	2014	2015	2016
Rendimentos de venda de mercadorias e serviços prestados a abater na tarifa	829.839,17 €	876.486,78 €	1.243.966,62 €	1.651.040,38
Rendimentos da recuperação da TGR	357.847,22 €	336.458,61 €	217.474,66 €	301.313,16
Outros rendimentos e ganhos a abater na tarifa	275.335,19 €	714.644,80 €	247.128,14 €	106.388,56
Remuneração acionista	- 299.400,00 €	- 300.400,00 €	-290.000,00 €	-319.000,00
Valor a recuperar	- 2.076.550,59 €	- 1.829.141,28 €	-2.020.294,62 €	-253.0783,64
Volume de atividade	69.776	69.194	67.317	67.065
Valor da tarifa	29,76 €	26,44 €	30,01 €	37,74 €

A tarifa de equilíbrio real, avaliada pelo desempenho histórico, e para o volume de atividade do exercício, registou, porém, um aumento de 30,01 € para 37,74 €, um agravamento médio de 7,68 € por tonelada, valores mais elevado alguma vez registado.

Os aumentos em Gastos operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, em, 806 mil euros, representam um agravamento médio de 12,02 € na tarifa ao que se acrescenta o aumento 2,29 € do aumento verificado em gastos/reversões de depreciação e de amortização líquidos de subsídios a fundo perdido reconhecidos, aumentos estes compensados em 6,07 € médios pelo aumento de rendimentos de venda de mercadorias e serviços prestados a abater na tarifa.

Sobressai com maior significado nas variações verificadas face ao período anterior:

- ✓ O aumento de 806 mil euros nos gastos operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, o que se traduziu em mais 12,02 € na tarifa de equilíbrio;
- ✓ O aumento de 154 mil euros dos gastos de depreciação e de amortização, líquidos de subsídios a fundo perdido, o que se traduziu em mais 2,29 € na tarifa de equilíbrio;
- ✓ O aumento de 266 mil em Rendimentos de venda de mercadorias e serviços prestados a abater na tarifa e outros rendimentos e ganhos a abater na tarifa, o que se traduziu em menos 3,97 € na tarifa de equilíbrio;
- ✓ Uma menor fiscalidade direta no período, por força da redução dos resultados antes de imposto, dos quais resultaram menos 114 mil com gastos com Imposto sobre rendimento do período, o que se traduziu em menos 1,70 € na tarifa de equilíbrio;

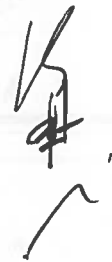
O valor da tarifa de equilíbrio verificada no exercício de 37,74 €, com um desvio de 7,51% para a tarifa praticada, não justificando a revisão da tarifa no próprio exercício, arrasta, para o débito efetuado de 35,10 €, uma compressão no período da remuneração dos capitais próprios da Gesamb.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

No exercício a Gesamb concretizou 503 mil de euros de investimentos, dos quais 493 mil euros em ativos fixos tangíveis e 10 mil euro em ativos intangíveis.

O investimento em ativos intangíveis respeitem exclusivamente a programas de computadores, sendo que 5 mil euros se encontravam em curso no termo do exercício.

Em ativos fixos tangíveis a Gesamb investiu, com maior significado, 287 mil euros em equipamento de transporte, tendo procedido no exercício à aquisição de 1 viatura ligeira de passageiros e 4 viaturas para a produção.



Destacam-se, ainda, os investimentos me equipamento básico, com 162 mil euros, em particular em contentores para reforço de rede de ecopontos.

O quadro que se segue resume, por conta, a variação do investimento realizado em 2016, com detalhe da variação dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Quadro 43 – Resumo do Investimento

Resumo do Investimento		2016
43	Ativos fixos tangíveis	485 511,28
432	Edifícios e outras construções	23.592,24
433	Equipamento básico	161.561,12
434	Equipamento de transporte	286.937,26
435	Equipamento administrativo	11.422,65
437	Outros ativos fixos tangíveis	1.998
44	Ativos intangíveis	5 349,14
443	Programas de computador	5.349,14
45	Investimentos em curso	12 375,25
453	Ativos fixos tangíveis em curso	7.415,25
454	Ativos intangíveis em curso	4.960,00

EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

O ativo corrente, caixa e depósitos bancários excluídos, registaram uma diminuição de 2,569 milhões €.

Para esta variação contribui essencialmente a diminuição em 1,285 milhões de €, menos 94%, das outras créditos a receber, na qual, no exercício, se verificou a diminuição dos valores em dívida dos sistemas de incentivos nomeadamente do Fundo Coesão das candidaturas das UTMB e de CDR, por força do encerramento de todos os projetos que se encontravam em curso.

As dívidas de clientes passaram, no exercício, de 2,233 milhões de € para 964 mil €, uma melhoria de 1.270 mil €, muito por força dos planos de regularização de dívidas dos Municípios do Alandroal e Évora.

Os créditos sobre o Estado, no montante de 205 mil €, respeitam a créditos de IVA e a IRC a recuperar.

O passivo total da Gesamb, excluindo provisões, passivos por impostos diferidos e diferimentos, no montante de 5,413 milhões de €, registou um decréscimo de 936 mil €, menos 15%.

Os passivos correntes registaram uma diminuição de 157 mil € e os passivos por financiamentos obtidos diminuíram 773 mil €.

A diminuição dos passivos financeiros corresponde com as amortizações, no exercício, de ambos os empréstimos, do Santander Totta e do BEI, colocando o capital em dívida destes empréstimos em 1,125 milhões de € e 3,813 milhões de €, respetivamente.

Nos passivos correntes as dívidas a fornecedores de 151 mil € registaram um aumento de mais de 6% face ao valor verificado no termo do período precedente.

Com relevância, verifica-se a diminuição registada nos montantes relatados em outras dívidas a pagar, passivos por impostos diferidos excluídos, no montante de 173 mil €, que, por força do encerramento dos projetos de investimento, diminuiu a dívida a fornecedores de investimentos e ainda os montantes devidos aos parceiros da Gesamb.

Os passivos junto do Estado, com um valor no limar do verificado no exercício precedente, no montante de 27 mil €, respeitam exclusivamente às retenções de impostos sobre rendimento, a contribuições para a segurança social, ambas efetuadas em dezembro.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 169.750,62 euros.

Nos termos das disposições estatutárias, a Gesamb deverá constituir, com carácter obrigatório, a Reserva geral nunca inferior a 10% do resultado líquido do exercício, a Reserva para investimento, no valor de 5% deste resultado, e o Fundo para fins sociais, nunca inferior a 2% do resultado líquido do exercício.

Acresce, que nos termos Contrato de Gestão Delegada da Gestão e Exploração do Sistema Intermunicipal de Resíduos Urbanos pela Gesamb – Gestão Ambiental e Resíduos, EIM, se encontra assente que “A trajetória tarifária prevista neste contrato deve permitir provisionalmente que, no decurso de cada período vinculativo, os acionistas aufram uma adequada remuneração dos capitais próprios” sendo que “é objeto de remuneração o valor do capital próprio apurado no início de cada exercício económico, deduzido do valor das reservas de reavaliação, do valor de capital social subscrito mas ainda não realizado nessa data e do valor de outras variações no capital próprio.” Considera-se, por fim, que “A taxa de remuneração de referência a aplicar ao capital (...) corresponde ao valor mais recente da taxa EURIBOR a 12 meses, acrescida de prémio de risco de cinco pontos percentuais.”

Porém, e por fim, como também já se referiu, a rentabilidade do período de 2016 ficou aquém das expetativas dos acionistas não tendo dado lugar ao aumento de tarifas aos utilizadores durante o período atendendo ao disposto no plano de negócios em vigor da Gesamb segundo o qual, o nivelamento atual da tarifa, pode dar lugar a ajustamentos na remuneração das entidades participantes devendo, por esse facto, estas ser reduzida ou aumentada, em cada exercício, de forma que, mesmo garantindo no final do período quinquenal a rentabilidade acordada entre os sócios, permita a nivelção da tarifa ao longo deste período.

Assim, e considerando as referidas disposições, bem assim como o valor da Euribor a 12 meses em 17 de março de 2017 de -0,109%, propõe-se fixar a remuneração acionista para o ano de 2016 em apenas 1,52% de prémio de risco e a seguinte aplicação dos resultados:

Quadro 44 – Resultados a Distribuir

Resultado Líquido	169.750,62
Reserva Legal	17.000,00
Outras Reservas	
Para Investimento	8.500,00
Para Fins Sociais	6.800,00
Para outros fins	30.439,29
Para Resultados transitados	12.311,33
Distribuição aos sócios	94.700,00
CIMAC	56.800,00
Lena ambiente	37.900,00

Quadro 45 – Proposta de aplicação dos resultados

Capitais próprios no início do exercício	14.869.105,22
Reservas de reavaliação	
Valor de capital social subscrito e não realizado	
Outras variações no capital próprio	8.162.426,06
Total	6.706.679,16
Euribor + 1,52 pontos	1,41%
CIMAC	56.800,00
Lena ambiente	37.900,00

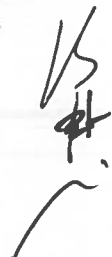
OUTROS

Não foram realizados negócios entre a Gesamb e os seus administradores.

A Gesamb não dispõe de sucursais.

Durante o exercício a Gesamb não realizou qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias.

Não existem dívidas ao Estado em situação de mora.



EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

A Gesamb manteve até ao termo do exercício de 2013 um elevado grau de cumprimento dos objetivos e metas definidos no estudo de viabilidade que sustentou a sua constituição.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, alterado pelo decreto-lei n.º 92/2010, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de gestão de resíduos urbanos, o contrato de gestão delegada celebrado entre a Gesamb e a CIMAC, deve compreender informação sobre os objetivos da empresa delegatária; a identificação das principais iniciativas de carácter estratégico a prosseguir pela Gesamb; o plano de investimentos a seu cargo; e o tarifário e a sua trajetória de evolução temporal.

A conclusão entre os exercícios de 2014 e 2015 dos projetos de investimento na Linha de CDR, a par dos investimentos conjuntos com as restantes entidades parceiras do Alentejo, do projeto na UTMB, com os montantes de investimento envolvidos e os novos processos de tratamento de resíduos urbanos (RU), com uma maior produção de materiais e produtos com valor económico, induziram a alterações à estrutura de rendimentos e gastos na Gesamb, alterando pressupostos económicos essenciais ao funcionamento que se vinha verificando até ao exercício de 2013.

As obrigações descritas, acompanhadas das alterações tecnológicas ao processamento de tratamento de resíduos, justificaram a elaboração de novo plano económico e financeiro da Gesamb para o horizonte de 20 anos, complementar ao seu plano de ação de gestão de Resíduos, já apresentando à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, entretanto sujeito a revisão para o exercício de 2015 e 2016.

As estimativas que sustentaram a elaboração do novo plano económico e financeiro da Gesamb incorporam incertezas, cuja não verificação pode impactar positiva ou negativamente o desempenho ambiental e, associado a este, o desempenho económico esperado para os próximos exercícios.

Neste quadro, foram definidos, paralelamente, mecanismos de atualização sistemática dessas estimativas e mecanismos para eventual revisão extraordinária do sistema tarifário proposto, em ordem ao permanente equilíbrio do desempenho económico e ambiental da sociedade.

Em particular, constituem ameaças a considerar:

- ✓ O novo modelo de valores de contrapartida e a entrada no SIGRE, a partir de dia 1 de janeiro de 2017, de mais uma entidade gestora, a Novo Verde, a par da indefinição sobre um conjunto de procedimentos e metodologias que permitam a operacionalização do Sistema, nomeadamente mecanismo de alocação dos pedidos de retoma, procedimentos de retoma, contrato, etc.;
- ✓ O coeficiente de eficiência na obtenção de materiais pelo tratamento mecânico da UTMB e o escoamento da fração de embalagens de plástico misto;
- ✓ A qualidade do composto e as possibilidades de realização do valor esperado com a sua venda no mercado;
- ✓ O coeficiente de eficiência na produção de CDR e a concretização da possibilidade de escoamento deste material;
- ✓ A evolução da produção de RU, sendo que a não verificação dos aumentos estimados, numa atividade com gastos de estrutura relevantes, provocará variações expressivas nos gastos unitários de tratamento de RU e de produção de cada tonelada de produto ou material;
- ✓ Alterações ao quadro legal.

Apesar da versão final do PERSU 2020 – Plano Estratégico de Resíduos Urbanos não ser conhecida à data da primeira revisão do seu plano de negócios, a Gesamb considerou nas perspetivas do plano económico e financeiro, as metas propostas nos documentos que se encontravam, naquela data, em discussão pública, entretanto já aprovado e publicado.

No exercício de 2017 deverão, pelo descrito, merecer especial atenção do órgão de gestão:

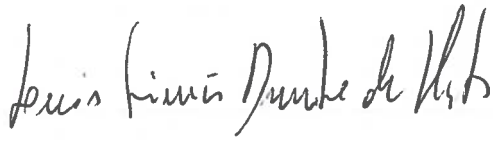
- ✓ O funcionamento do SIGRE;
- ✓ A necessidade de revisão do Acordo de Parceria para a gestão conjunta das Unidade de Valorização de RU;
- ✓ A concretização do Plano de Ação 2015 (PAPERSU) em particular pela falta de aprovação das candidaturas apresentadas ao POSEUR;
- ✓ A avaliação quanto à Linha de CDR das melhores soluções de investimento e de exploração para a promoção da secagem de CDR em ordem à otimização do seu valor de mercado;
- ✓ A avaliação das possibilidades de aproveitamento do potencial energético do biogás produzido em Aterro;
- ✓ A consolidação dos ganhos de eficácia e eficiência da operação que induziram a um melhor desempenho económico recente da Gesamb contendo a pressão sobre o crescimento dos gastos de estrutura induzidos pela Unidade de UTMB e CDR;
- ✓ A avaliação de novos segmentos de negócios, em particular a lavagem de contentores da recolha indiferenciada e a instalação de um Centro Intermunicipal de Recolha Oficial (CIRO).

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO

Não se registaram factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

O Conselho de Administração

O Presidente



Eng.º Luis Simão Duarte de Matos

Os vogais



Eng.º Júlio de Jesus Bento



Dr. Bernardino António Bengalinha Pinto

Handwritten initials or mark.

ANEXO I
RELATÓRIO EMITIDO PELA POCALENTEJO

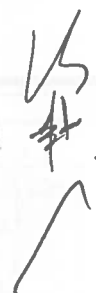
Handwritten checkmark.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

ANEXO II
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO



De acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) da Gesamb, calculado de acordo com o indicado definido nos termos do n.º 4 do Despacho 9870/2009, de 13 de abril de 2009 é o que consta do quadro seguinte:

PMP					
IT 2015			IT 2016		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	883.236,69	64	Σ DF/4	521.785,01	45
Σ A	5.049.325,37		Σ A	4.259.042,12	
2T 2015			2T 2016		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	964.208,32	67	Σ DF/4	310.434,57	34
Σ A	5.244.998,11		Σ A	3.344.940,59	
3T 2015			3T 2016		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	734.660,00	47	Σ DF/4	190.170,86	38
Σ A	5.695.504,07		Σ A	1.847.245,59	
4T 2015			4T 2016		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	626.635,95	48	Σ DF/4	194.887,54	38
Σ A	4.786.535,45		Σ A	1.884.306,27	

O número médio de dias de pagamento (PMP) situa-se que linha com o trimestre anterior, 38 dias.

ANEXO III
 PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA - 2016

Tipo	Nome/Descrição	Data	Data Adjudicação	Valor Adjudicação	Empresa Adjudicatária
AD	Prestação de Serviços de Consultadoria na Área Financeira	06/01/2016	29/02/2016	10.800,00 €	Pocalentejo, Lda.
AD	Aquisição de serviços para implementação de uma solução de Gestão Documental e Workflow	08/01/2016	23/02/2016	7.440,00 €	ANO - Sistemas de Informática e Serviços, Lda.
AD	Prestação de Serviços de: Gestão e manutenção das páginas (site e facebook) digitais da Gesamb e Conceção e envio de Newsletter	08/01/2016	11/02/2016	33.096,00 €	Maismomentos – Ambiente, Sensibilização e Cidadania
CP	Fornecimento de contentores de superfície para recicláveis	20/01/2016	Lote 1 - 31/03/2016 Lote 2 - 31/03/2016	Lote 1 - 178.050,00€ Lote 2 - 24.470,00 €	Lote 1 - Sopinal-Fab.Equipamentos Urbanos e Metalurgia, Lda. Lote 2 - OVO Solutions-Soluções Ambientais, SA
AD	Fornecimento de arame para as prensas	22/01/2016	16/03/2016	11.800,00 €	EXELFIL,S.A,
AD	Seguros TMB_CDR	03/02/2016	19/02/2016	17.785,45 €	Ponto Seguro - Mediação de Seguros, Lda.
AD	Ajuste Direto Assistência Técnica às duas unidades de Osmose Inversa	10/02/2016	18/03/2016	12.000,00 €	LogAmbiente - Serviços Ambientais e Energéticos. Lda.
CP	Concurso Público com vista à Prestação de Serviços de Seguros Lote 1 Gesamb / Lote 2 TMB+CDR / Responsabilidade Ambiental	15/03/2016	02/08/2016	Lote 1 - Não adjudicado Lote 2 - 78.319,78€	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.
AD	Proposta de processamento de acumulados Ecocentros+particulares	26/04/2016	27/05/2016	10.275,92 €	Multitempo- Trabalho Temporário
AD	Contrato Manutenção Preventiva Óticos TMB Evora e Beja	09/05/2016	30/05/2016	28.020,00 €	Pellenc Selective technologies, S.A
CP	Concurso Público com vista à Prestação de Serviços de Seguros – Ramo Automóvel, Ramo Acidentes de Trabalho, Ramo Multirriscos e Ramo de Responsabilidade Civil Extracontratual	19/05/2016	02/08/2016	148.921,56€	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.
AD	Selagem Parcial do Aterro	24/05/2016	06/07/2016	25.400,00 €	DGSYSTEMS, Unipessoal, Lda.,
CP	Aquisição de gasóleo rodoviário a granel	13/07/2016	16/09/2016	desconto de 0,1069€/litro	Gaspe – Combustíveis, Lda.
AD	Ajuste direto para a aquisição de serviços para Decapagem e Pintura das Estações de Transferência de RSU's de Mora, Montemor-O-Novo e Reguengos de Monsaraz	14/07/2016	01/08/2016	24.950,00 €	Marisa Aparecida Fiamiimi Letras
AD	Ajuste Direto para o fornecimento de bens e serviços referentes à substituição de material de desgaste de um semirreboque de piso móvel	14/07/2016	09/08/2016	24.220,00 €	Reta – Serviços técnicos e Rent a Cargo, SA
AD	Prestação de serviços de recolha e análise de amostras com vista ao cumprimento do plano de monitorização anual da AMCAL e Gesamb por um período de 3 anos	20/07/2016	17/10/2016	31.290,00 €	LPQ- Laboratório Pró-Qualidade, Lda.
CP	Fornecimento de uma viatura pesada 4x2 com sistema de elevação e de lavagem a quente de contentores de RU	01/08/2016	sem propostas		
AD	Aquisição de arame recozido em bobines para as prensas	31/08/2016	10/10/2016	12.400,00 €	EXELFIL, S.A.
CP	Fornecimento de uma viatura pesada 4x2 com sistema de elevação e de lavagem a quente de contentores de RU	16/09/2016	10/10/2016	178.500,00 €	Autosueco
CP	Aquisição de contentores de 30m3 e 10m3	22/09/2016	16/11/2016	86.660,00 €	SOPINAL - Indústria de Equipamentos e Contentores, S.A.
CP	Concurso público para o fornecimento de energia elétrica em BTN e MT, para as instalações da Gesamb	11/10/2016	14/12/2016	70.610,87 €	Galp Powre + Phenergia
AD	Ajuste Direto para Prestação de Serviços Externos de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	24/10/2016	12/12/2016	11.250,00 €	Workviw - Prestação de Serviços de Higiene e Segurança e Saúde no Trabalho, Unipessoal, Lda.
AD	Decoração de semireboques de piso móvel	28/11/2016	18/01/2017	24.900,00 €	Liz On-line, projetos e Internet, SA

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

Contribuinte: 506346773

ANEXO

I — Identificação da entidade:

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

A empresa Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM é uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos constituída, por tempo indeterminado, pela Associação de Municípios do Distrito de Évora, atual CIMAC e tem como objeto a:

- ✓ Promoção direta ou indireta da conceção, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de transporte, valorização, tratamento e destino final de resíduos sólidos e a;
- ✓ Prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo.

A empresa Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM tem a sua sede social no Aterro intermunicipal, quilómetro 89, 9, Estrada Nacional 380, Freguesia de N.D. da Tourega e N.S. de Guadalupe, Concelho de Évora.

A empresa desenvolve a sua actividade com o CAE (Rev. 3) principal 38212, Tratamento e Eliminação de Outros Resíduos Não Perigosos.

As presentes demonstrações financeiras da empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

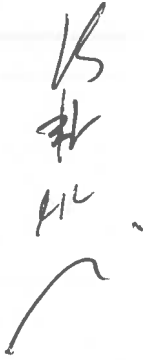
2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- ✓ Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- ✓ Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- ✓ Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho (Estrutura Conceptual);
- ✓ Aviso n.º 8256/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro)
- ✓ Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer na posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Junho, e ainda às Normas



Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respectivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspectos particulares das transacções realizadas e dos fluxos ou das situações em que a empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos na Portaria nº220/2015, de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em Euros.

2.2 — Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2015.

3 — Principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

Activos intangíveis

Os activos intangíveis compreendem essencialmente programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo custo). Estes activos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente, durante um período de 3 anos de vida útil, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos activos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço da venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Activos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Após o reconhecimento como um ativo, um item do ativo fixo tangível cujo justo valor possa ser determinado fiavelmente deve ser mensurado por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As revalorizações são efetuadas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor à data do balanço.

Quando quantia escriturada de um ativo for aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento é creditado diretamente ao capital próprio numa conta de excedente de revalorização. O aumento deve ser reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos resultados.

Quando a quantia escriturada de um ativo for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida nos resultados. Contudo, a diminuição deve ser debitada diretamente ao capital próprio até ao limite da quantia de crédito existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente de período a período.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada no activo sempre que perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada,

US
H
LW

sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido proporcionalmente à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método, a quantia escriturada das participações financeiras é ajustada anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Ajustamentos em activos financeiros”. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição da quantia escriturada dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo ou custo amortizado. Sempre que existam indícios de que o activo possa estar em imparidade, é efectuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

Imparidade de ativos

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um activo possa estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada pela qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alineação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alineação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alineação no final da sua útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do activo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do activo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado não possa ser recuperado, é efectuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do activo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

Inventários

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, justifica-se o reconhecimento de imparidade nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efectuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, excepto nos casos em estes sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial,

VS
H
fll
^

caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Instrumentos financeiros

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos, ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso acção judicial com vista à cobrança dos seus créditos são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzindo, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, quando existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efectiva do crédito, deduzidas directamente nas contas correntes.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registados ao custo. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção, independentemente da forma legal que assumem.

Vs
PL
FIN
A

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio com uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As acções próprias são contabilizadas pelo seu custo de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos e perdas inerentes à alienação das acções próprias são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção, não afectando o resultado do período.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no activo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua responsabilidade ou movimentação, são reconhecidos no activo não corrente.

Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os activos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece activos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da actividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflecte eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas facturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurado, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

Subsídios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com gastos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com os activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com activos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transacções em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas no período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente os inventários, os activos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transacção.

As diferenças de câmbio positivas relativas a actividade de financiamento são reveladas na demonstração dos resultados como "Juros e rendimentos similares obtidos", enquanto as negativas são reveladas na rubrica "Juros e gastos similares suportados". As demais diferenças de câmbio, emergentes de actividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas "Outros rendimentos e ganhos" e "Outros ganhos e perdas", no caso de serem positivas e negativas, respectivamente.

Imposto sobre rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal, em termos gerais, durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correcções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas "CIRC", a matéria colectável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontram-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida de 1,50% a título de derrama e de 3% a 7% a título de derrama estadual sobre a parte do lucro tributável superior a € 1 500 000. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no activo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transacções ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No

entanto, se esses reflexos se produzirem directamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativo, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com excepção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem, quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associadas, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual de recuperação futura.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Vs
H
H12
↑

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2 — Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Concelho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016 incluem o reconhecimento de acréscimos de gastos e o registo de provisões e perdas por imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras reflectem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano negócios e as informações disponíveis face a

acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo período.

4 — Fluxos de caixa:

4.1 — Comentário do Órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço a 31 de dezembro de 2016 estão disponíveis para uso.

4.2 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos	Período 2016				Período 2015			
	Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período	Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período
		Débitos	Créditos			Débitos	Créditos	
Caixa	13.175,26	3.993.123,91	(4.003.540,64)	2.758,53	5.139,75	2.838.144,85	(2.830.109,34)	13.175,26
Depósitos à ordem	1.212.420,08	11.765.460,83	(11.094.581,86)	1.883.299,05	370.872,27	15.404.762,24	(14.563.214,43)	1.212.420,08
Outros depósitos bancários	3.758.719,72	1.100.423,82	(105,96)	4.859.037,58	5.957.131,50	803.925,97	(3.002.337,75)	3.758.719,72
Totais	4.984.315,06	16.859.008,56	(15.098.228,46)	6.745.095,16	6.333.143,52	19.046.833,06	(20.395.661,52)	4.984.315,06

5 — Partes relacionadas:

5.1 — Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas:

São as seguintes as entidades que directa ou indirectamente participam no capital da entidade:

Handwritten signature and initials

Entidades que direta ou indiretamente participam no capital da entidade		NIF das entidades participantes	Sede social das entidades participantes		Participações das entidades participantes no capital social da entidade		Percentagem dos direitos de voto da entidade detidos pelas entidades participantes	Datas de início das participações no capital social da entidade
			Pais	Localidade	Valor	Percentagem		
Período 2016	Participantes diretas	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	Portugal	Évora	600.000,00	60,00%	60,00%	
		LENA AMBIENTE – Gestão de Resíduos, S. A.	Portugal	Santa Catarina da Serra	400.000,00	40,00%	40,00%	
	Totais				1.000.000,00	100,00%	100,00%	
Período 2015	Participantes diretas	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	Portugal	Évora	600.000,00	60,00%	60,00%	
		LENA AMBIENTE – Gestão de Resíduos, S. A.	Portugal	Santa Catarina da Serra	400.000,00	40,00%	40,00%	
	Totais				1.000.000,00	100,00%	100,00%	

No exercício de 2016 foram distribuídos 321.400,00 euros de dividendos, 192.400,00 à CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e 129.000,00 euros à LENA AMBIENTE – Gestão de Resíduos, S. A..

No exercício de 2015 foram distribuídos 300.400,00 euros de dividendos, 180.200,00 à CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e 120.200,00 euros à LENA AMBIENTE – Gestão de Resíduos, S. A..

O vogal do Conselho de Administração que assume a representação da LENA AMBIENTE – Gestão de Resíduos, S. A. recebe um valor de senhas de presenças e despesas de deslocação que totalizou em 2016 o valor de 2.646,00€ e em 2015 o valor de 2.718,00€, integralmente faturados e liquidados em cada um dos exercícios.

6 — Ativos intangíveis

6.1 — Divulgações para cada classe de activos intangíveis

a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos ativos intangíveis		Programas de computador
		Outros
Finitas	Vidas úteis	3
	Taxas de amortização	33,33%
	Métodos de amortização	Quotas constantes

b) Os elementos dos activos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método da linha recta.

c) As quantias brutas escrituradas, as amortizações acumuladas no começo e fim do período e a reconciliação das quantias escrituradas no começo e fim do período, e os movimentos na rubrica activos intangíveis durante os exercícios de 2016 e 2015 são como se seguem:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita			Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Totais
Em 01.01.2015	Quantias brutas escrituradas		27.196,33		27.196,33
	Amortizações acumuladas		(10.907,10)		(10.907,10)
	Quantias líquidas escrituradas		16.289,23		16.289,23
Movimentos do período 2015	Adições	Aquisições em 1.ª mão			
	Amortizações	Aumentos de amortizações	(7.287,93)		(7.287,93)
Em 31.12.2015 (01.01.2016)	Quantias brutas escrituradas		27.196,33		27.196,33
	Amortizações acumuladas		(18.195,03)		(18.195,03)
	Quantias líquidas escrituradas		9.001,30		9.001,30
Movimentos do período 2016	Adições	Aquisições em 1.ª mão	5.349,14	4.960,00	10.309,14
	Amortizações	Aumentos de amortizações	(8.922,22)		(8.922,22)
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas		32.545,47	4.960,00	37.505,47
	Amortizações acumuladas		(27.117,25)		(27.117,25)
	Quantias líquidas escrituradas		5.428,22	4.960,00	10.388,22

d) O valor das amortizações relativas a activos intangíveis incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados ascende a:

KS
H
JLN
↗

(valores expressos em euros)

Quantias das amortizações de activos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados - Período de 2016		Propriedade industrial	Totais
		Outros	
Demonstração dos resultados por naturezas	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8.922,22	8.922,22

(valores expressos em euros)

Quantias das amortizações de activos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados - Período de 2015		Propriedade industrial	Totais
		Outros	
Demonstração dos resultados por naturezas	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.287,93	7.287,93

7 — Activos fixos tangíveis

7.1 — Divulgações sobre activos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciações usado

A empresa deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
Vidas úteis	19	50, 20, 19, 16, 10, 8, 6, 4	20, 16, 10, 8, 7, 6, 5, 4, 3	10, 5, 4	10, 8, 5, 3	10, 8, 4
Taxas de depreciação	5,26%	2%, 5%, 5,16%, 6,25%, 10%, 12,5%, 16,66%, 25%	5%, 6,25%, 10%, 12,50%, 14,28%, 16,66%, 20%, 25%, 33,33%	10%, 20%, 25%	10%, 12,5%, 20%, 33,33%	10%, 12,5%, 25%
Métodos de depreciação	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

c) As quantias brutas escrituradas, as depreciações acumuladas, no início e no fim do período, e a reconciliação das quantias escrituradas no início e no fim do período, e os movimentos na rubrica activos intangíveis durante os exercícios de 2016 e 2015 são como se seguem:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
Em 01.01.2015	Quantias brutas escrituradas	209.143,86	14.629.363,70	12.520.516,00	3.232.158,96	197.092,55	139.532,94	3.377.048,87	34.304.856,88
	Depreciações acumuladas	(128.950,36)	(8.141.511,12)	(5.736.574,78)	(2.731.463,70)	(184.931,60)	(117.843,78)		(17.041.275,34)
	Quantias líquidas escrituradas	80.193,50	6.487.852,58	6.783.941,22	500.695,26	12.160,95	21.689,16	3.377.048,87	17.263.581,54
Movimentos do período 2015	Adições		570.889,98	1.680.553,46	145.500,00	9.737,51	4.686,42		2.411.367,37
	Transferências		1.709.000,02	1.338.025,32	330.023,53			(3.377.048,87)	
	Depreciações	(10.009,92)	(637.951,96)	(666.844,73)	(197.372,10)	(9.863,08)	(461,34)		(461,34)
	Aumentos de depreciações								
Em 31.12.2015 (01.01.2016)	Quantias brutas escrituradas	209.143,86	16.909.253,70	15.539.094,78	3.707.682,49	206.830,06	143.758,02		36.715.762,91
	Depreciações acumuladas	(138.960,28)	(8.779.463,08)	(6.403.419,51)	(2.928.835,80)	(194.794,68)	(132.674,90)		(18.578.148,25)
	Quantias líquidas escrituradas	70.183,58	8.129.790,62	9.135.675,27	778.846,69	12.035,38	11.083,12		18.137.614,66
Movimentos do período 2016	Adições		23.592,24	161.561,12	286.937,26	11.422,65	1.998,00	7.415,25	492.926,52
	Diminuições				(28.767,63)				(28.767,63)
	Depreciações	(10.009,92)	(699.063,54)	(773.498,64)	(270.954,41)	(10.054,85)	(5.356,90)		(515,42)
	Aumentos de depreciações								
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	209.143,86	16.932.845,94	15.700.140,48	3.965.852,12	218.252,71	145.756,02	7.415,25	37.179.406,38
	Depreciações acumuladas	(148.970,20)	(9.478.526,62)	(7.176.402,73)	(3.171.022,58)	(204.849,53)	(138.031,80)		(20.317.803,46)
	Quantias líquidas escrituradas	60.173,66	7.454.319,32	8.523.737,75	794.829,54	13.403,18	7.724,22	7.415,25	16.861.602,92

7.3 — Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Depreciações reconhecidas nos resultados	10.009,92	637.951,96	666.844,73	197.372,10	9.863,08	15.292,46	1.537.334,25
Período 2016							
Totais	10.009,92	637.951,96	666.844,73	197.372,10	9.863,08	15.292,46	1.537.334,25
Depreciações reconhecidas nos resultados	10.009,92	699.063,54	773.498,64	270.954,41	10.054,85	5.356,90	1.768.938,26
Período 2015							
Totais	10.009,92	699.063,54	773.498,64	270.954,41	10.054,85	5.356,90	1.768.938,26

8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31/12/2016 e em 31/12/2015, e respetivas taxas de juro e garantias prestadas, todos contratados na moeda de apresentação, são detalhados conforme se segue:

(valores expressos em euros)

Entidade Financiadora	Produto	Limite	Período 2016	
			Montante Utilizado / em dívida	Não corrente
Instituições financeiras				
Banco Santander Totta	Médio e longo prazo	2.500.000,00 €	500.000,00 €	125.000,00 €
IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	4.086.189,25 €	284.161,73 €	3.528.534,75 €
	Subtotal	6.586.189,25 €	784.161,73 €	3.653.534,75 €

Handwritten signature and initials

(valores expressos em euros)

	Entidade Financiadora	Produto	Limite	Período 2015	
				Montante Utilizado / em dívida	
				Corrente	Não corrente
Instituições financeiras					
Empréstimos bancários	Banco Santander Totta	Médio e longo prazo	2.500.000,00 €	500.000,00 €	625.000,00 €
	IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	4.086.189,25 €	273.492,77 €	3.812.696,48 €
		Subtotal	6.586.189,25 €	773.492,77 €	4.437.696,48 €

Entidade Financiadora	Produto	Vencimento	Tipo de amortização	Taxa de juro (Spread/Indexante)	Garantias
Instituições financeiras					
Banco Santander Totta	Médio e longo prazo	06/01/2018	Capital constante, reembolso trimestral	3,00%	Penhor sobre depósito em numerário
IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	31/12/2027	Rendas constantes, reembolso semestral	3,90%	Consignação da totalidade das receitas que na qualidade de vendedor para si resultam dos contratos celebrados com os Municípios de Arraiolos, Estremoz e Reguengos de Monsaraz

A parcela classificada como não corrente em 31/12/2016 e em 31/12/2015 tem o seguinte plano de reembolso definido:

(valores expressos em euros)

Ano	Período 2016		Período 2015	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2016			773.492,77 €	162.202,85 €
2017	784.161,73 €	154.231,87 €	784.161,73 €	154.231,87 €
2018	420.246,88 €	133.766,72 €	420.246,88 €	133.766,72 €
2019	306.764,45 €	121.989,15 €	306.764,45 €	121.989,15 €
2020	318.731,34 €	110.022,26 €	318.731,34 €	110.022,26 €
2021	331.165,05 €	97.588,55 €	331.165,05 €	97.588,55 €
2022	344.083,80 €	84.669,80 €	344.083,80 €	84.669,80 €
2023	357.506,51 €	71.247,09 €	357.506,51 €	71.247,09 €
2024	371.452,83 €	57.300,77 €	371.452,83 €	57.300,77 €
2025	385.943,21 €	42.810,39 €	385.943,21 €	42.810,39 €
2026	400.998,85 €	27.754,75 €	400.998,85 €	27.754,75 €
2027	416.641,83 €	12.111,78 €	416.641,83 €	12.111,78 €

9 — Custos de empréstimos obtidos:

9.1 — Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, excepto nos casos em que estes encargos sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

10. Imparidade de activos

10.1. Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Clientes	Totais
Período 2016	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	(190.681,30)	(190.681,30)
		Reversões	5,23	5,23
		Totais	(190.676,07)	(190.676,07)
Período 2015	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	(7.371,89)	(7.371,89)
		Reversões		
		Totais	(7.371,89)	(7.371,89)

10.2. Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de activos sujeitos a perdas de imparidade

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de activos sujeitos a perdas de imparidade	Período 2016			Período 2015		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Clientes	1.174.332,34	(210.313,50)	964.018,84	2.253.482,55	(19.637,43)	2.233.845,12
Totais	1.174.332,34	(210.313,50)	964.018,84	2.253.482,55	(19.637,43)	2.233.845,12

11 — Inventários

11.1 — Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição actual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os produtos e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui os custos dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento nem gastos administrativos.

11.2 — Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Inventários de produção	Totais
		Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2016	Inventários armazenados na empresa	125.532,05	125.532,05
	Totais	125.532,05	125.532,05
31.12.2015	Inventários armazenados na empresa	77.335,35	77.335,35
	Totais	77.335,35	77.335,35

Handwritten signature and initials in the top right corner.

11.3 — Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos (rendimentos) durante o período com relação aos inventários da produção			Período 2016		Período 2015	
			Produtos e trabalhos em curso	Totais	Produtos e trabalhos em curso	Totais
Demonstração das variações nos	Inventários no começo do período	-	77.335,35	77.335,35	103.570,46	103.570,46
	Reclassificação	Reclassificações	+/-			
			= +			
	Inventários no fim do período	+	125.532,05	125.532,05	77.335,35	77.335,35
	Variações nos inventários da produção	=	48.196,70	48.196,70	(26.235,11)	(26.235,11)
Totais		=	48.196,70	48.196,70	(26.235,11)	(26.235,11)

12 — Rédito

12.1 — Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2016			Período 2015		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	1.396.749,87	32,12%	40,39%	994.906,71	25,58%	23,45%
Prestação de serviços	2.937.137,93	67,55%	3,34%	2.842.338,49	73,07%	(3,98%)
Juros	13.977,63	0,32%	(73,52%)	52.786,41	1,36%	(67,59%)
Totais	4.347.865,43	100,00%	11,77%	3.890.031,61	100,00%	(0,99%)

13 — Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

13.1 — Divulgações para cada classe de provisão

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

Handwritten notes: "13", "96", "KPC" with a blue arrow pointing downwards.

(valores expressos em euros)

Provisões		Matérias ambientais	Totais
Acumuladas em 01.01.2015		3.741.664,64	3.741.664,64
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas		
	Quantias revertidas no período	(30.089,70)	(30.089,70)
Acumuladas em 31.12.2015 (01.01.2016)		3.711.574,94	3.711.574,94
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas	(25.890,00)	(25.890,00)
Acumuladas em 31.12.2016		3.685.684,94	3.685.684,94

14 — Subsídios do Governo e apoios do Governo:

14.1 — Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo.

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos	Medida de incentivo			Quantias concedidas			
	Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Já recebidas	Por receber	Total
Subsídios ao investimento	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Maximização da recolha seletiva e triagem na área do SIRSU de Évora	Não reembolsável	316.598,17		316.598,17
	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (TMB) dos Sistemas Gesamb, AMCAL, e RESIALENTEJO (Gesamb-56,64%, Amcal e Resialentejo)	Não reembolsável	14.489.840,81		14.489.840,81
	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Maximização da recolha seletiva e aplicação de MTD no Aterro Sanitário de Évora	Não reembolsável	341.536,62		341.536,62
	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Operação conjunta com vista à prevenção, otimização da rec. Seletiva e sensibilização (Gesamb, Amcal e Resialentejo)	Não reembolsável	744.850,04		744.850,04
Altercexa II	POCTEP	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Medidas de Adaptación y Mitigación al Cambio Climático a través del impulso de las Energías Alternativas en Centro, Extremadura y Alentejo (Fase II) (Gesamb, entidades portuguesas e espanholas)	Não reembolsável	138.337,43		138.337,43
TGR 032 - RCD	APA	APA	Sistema de Gestão de Resíduos de construção e Demolição da Gesamb	Não reembolsável		36.618,54	36.618,54
POVT - CDR 023	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Infraestruturas Complementares aos TMB da Gesamb, Resialentejo e AMCAL (Gesamb-56,64%, Amcal e Resialentejo)	Não reembolsável	2.777.774,48		2.777.774,48
Totais					18.808.937,55	36.618,54	18.845.556,09

Handwritten signature and initials in the top left corner.

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	Período 2016				Período 2015			
	Demonstração dos resultados		Balanço		Demonstração dos resultados		Balanço	
	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Reconhecidas das como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)
AMDE - 1ª Trf	198.973,85	748.757,37	249.057,36	907.270,66	249.057,36	907.270,66		
AMDE - 2ª Trf	36.046,71	120.684,45	48.062,28	144.186,80	48.062,28	144.186,80		
Inalentejo POVT 40	19.905,35	42.295,45	29.868,60	54.691,28	29.868,60	54.691,28		
POVT 9 - TMB	522.576,96	7.112.252,16	423.869,04	7.728.439,44	423.869,04	7.728.439,44		
Inalentejo 2010 - POVT 31	44.610,24	81.073,90	57.625,80	118.471,18	57.625,80	118.471,18		
Inalentejo Cand. Con junta	53.524,68	9.881,25	69.418,32	51.562,58	69.418,32	51.562,58		
Altercexa II	12.378,40	75.328,26	12.378,36	95.506,64	12.378,36	95.506,64		
TGR 030 - Algar	6.651,33	3.802,75	10.003,32	7.038,98	10.003,32	7.038,98		
TGR 032 - RCD	37.953,97	122.578,10	37.957,08	158.937,88	37.957,08	158.937,88		
POVT - CDR 023	106.851,82	1.303.593,73	21.579,17	1.265.004,19	21.579,17	1.265.004,19		
Subtotais	1.039.473,31	9.620.247,42	959.819,33	10.531.109,63	959.819,33	10.531.109,63		242,22
Subsídios relacionados com resultados	7.444,41		8.047,39		8.047,39			242,22
Subtotais	7.444,41		8.047,39		8.047,39			242,22
Totais	1.039.473,31	9.620.247,42	959.819,33	10.531.109,63	959.819,33	10.531.109,63		242,22

14.2 — Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que foram reconhecidas.

As condições necessárias à satisfação das disposições contratuais contantes dos acordos firmados com o Governo para a concessão dos subsídios discriminados no ponto anterior deste anexo estão a ser cumpridas, não sendo previsível qualquer alteração deste quadro até ao termo dos contratos respetivos.

Vs

H/L
✓

15 — Acontecimentos após a data do balanço

15.1 — Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 29 de Março de 2017.

15.2. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações relevantes que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

15.3. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

16 — Impostos sobre o rendimento:

16.1 — Principais componentes de gasto/rendimento de impostos

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos			Período 2016		Período 2015	
			Demonstração dos resultados	Totais	Demonstração dos resultados	Totais
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2	75.817,02	75.817,02	66.843,74	66.843,74
	(Gastos)/rendimentos por impostos diferidos	De diferenças temporárias	(2.235,63)	(2.235,63)	120.535,96	120.535,96
		Imposto diferido	3	(2.235,63)	(2.235,63)	120.535,96
Imposto sobre o rendimento do período		4 = 2 + 3	73.581,39	73.581,39	187.379,70	187.379,70
Totais		5 = 1 + 4	73.581,39	73.581,39	187.379,70	187.379,70

16.2 — Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		Período 2016			Período 2015		
		Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período	1			619.274,19		
	Gastos/(rendimentos) de impostos	2			187.379,70		
	Resultado antes de impostos	3 = 1 + 2	21,00%	51.099,72	806.653,89	21,00%	169.397,32
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A	...	4	67.805,78	21,00%	14.239,21
	Diferenças temporárias	A	...	5	(7.105,12)	21,00%	(1.492,08)
Lucro/ (Prejuízo fiscal)	acrescer	A	...	6	180.864,07	21,00%	37.981,45
	deduzir	A	...	7			
Dedução de perdas fiscais				8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7	484.896,74	21,00%	101.828,31
Materia coletável / coleta				9	484.896,74	21,00%	101.828,31
Benefícios fiscais por dedução à coleta	CFEI 2013			10 = 8 - 9			
	Tributação autónoma			11	(37.152,64)	100,00%	(37.152,64)
Outras componentes do imposto	Derrama			12	3.867,90	100,00%	3.867,90
	Imposto corrente			12	7.273,45	100,00%	7.273,45
Imposto diferido			13 = 10 - 11 + 12	243.332,01	31,16%	75.817,02	
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			Δ dos ativos e dos passivos diferidos	(2.235,63)	100,00%	(2.235,63)	
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média			15	243.332,01	30,24%	73.581,39	
			16 = 13 - 14 - 15	806.653,89	23,23%	187.379,70	

16.3 — Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

O imposto sobre o rendimento decresceu de 187.379,70 euros em 2015 para 73.581,39 euros em 2016, correspondente a uma taxa efectiva de imposto de 23,23% em 2015 e de 30,24% em 2016.

O aumento na taxa de imposto efetiva é sobretudo explicado pela diminuição do montante do CFEI 2013 em benefícios fiscais por dedução à coleta reconhecidos no período.

17 - Matérias ambientais

17.1 – Informação sobre as provisões de carater ambiental

O Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e os requisitos gerais a observar na conceção, construção, exploração, encerramento e pós - encerramento de aterros, determina, no seu artigo 42º, as obrigações do operador quanto ao encerramento, manutenção e controlo na fase pós – encerramento do aterro sanitário.

Para o efeito, a entidade tem constituída uma provisão acumulada que ascende a 31/12/2016 a 3.685.684,94€.

Paralelamente existem à data de 31/12/2016, depósitos a prazo conforme preconizado pela alínea b) do nº3 do Art.40 do CIRC, no montante de 4.859.037,57€.

Handwritten notes in the top right corner, including a checkmark, the number '11', and a curved arrow pointing downwards.

18 — Instrumentos financeiros:

18.1 — Quantias escrituradas dos instrumentos financeiros

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas dos instrumentos financeiros	Período 2016				Período 2015				
	31.12.2016		Quantias escrituradas no reconhecimento inicial	Quantias líquidas escrituradas	31.12.2015		Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	Quantias escrituradas no reconhecimento inicial
	Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros	Mensurados ao custo			Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros	Mensurados ao custo			
[Exceto (i) investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, (ii) direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados, e (iii) direitos no âmbito de contratos de seguros ou no âmbito de contratos de locações a não ser que estes contratos resultem numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com: (a) alterações no risco segurado/alterações no preço do bem locado, (b) alterações na taxa de câmbio ou (c) entrada em incumprimento de uma das partes]	1.174.332,34	(210.313,50)	2.233.845,12	964.018,84	2.253.482,55	(19.637,43)	2.233.845,12	2.333.013,26	
Clientes	1.174.332,34	(210.313,50)	2.233.845,12	964.018,84	2.253.482,55	(19.637,43)	2.233.845,12	2.333.013,26	
Conta corrente	8.586,19		13.976,88	8.586,19	13.976,88		13.976,88	7.110,62	
Subtotais	499,40		1.219,05	499,40	1.219,05		1.219,05	1.234,03	
Fornecedores (saldo devedores)	270,00			270,00					
Pessoal (adiantamentos)	5.558,19		1.801,81	5.558,19	1.801,81		1.801,81	26.880,06	
Fornecedores de investimentos (saldo devedores)	23.509,06		6.421,30	23.509,06	6.421,30		6.421,30	11.780,90	
Juros a receber	36.618,54		36.618,54	36.618,54	36.618,54		36.618,54	77.959,36	
Outros créditos a receber									
Outros devedores por acréscimos de proveitos									
APA TGR 032 - RCD									

Handwritten signature and initials.

		324,40	324,40	324,40	324,40
Passivos financeiros	Penhora Duplicado				324,40
	POVT CDR - Total Fundo Coesão		468.578,42	468.578,42	468.578,42
	POVT TMB - Total Fundo Coesão		734.886,81	734.886,81	734.886,81
	Inalentejo 2 -2010		19.504,23	19.504,23	19.504,23
	Inalentejo Cand. Conjunta		37.242,48	37.242,48	37.242,48
	Iva a Regularizar		604,43	604,43	604,43
	Inalentejo - POVT 40		38.855,85	38.855,85	38.855,85
	Subtotais	75.041,38	1.360.034,20	1.360.034,20	1.360.034,20
	Caixa	2.758,53	13.175,26	13.175,26	13.175,26
	Depósitos à ordem	1.883.299,05	1.212.420,08	1.212.420,08	1.212.420,08
Outros depósitos bancários	4.859.037,58	3.758.719,72	3.758.719,72	3.758.719,72	
Subtotais	6.745.095,16	4.984.315,06	4.984.315,06	4.984.315,06	
Totais	7.994.468,88	8.578.194,38	8.597.831,81	8.578.194,38	
				(19.637,43)	
Fornecedores	Conta corrente	151.342,33	143.270,89	143.270,89	143.270,89
	Subtotais	151.342,33	143.270,89	143.270,89	143.270,89
Financiamentos obtidos	Instituições de crédito e sociedades financeiras	625.000,00	1.125.000,00	1.125.000,00	1.125.000,00
	Outros financiadores	3.812.696,48	4.086.189,25	4.086.189,25	4.086.189,25
Subtotais	4.437.696,48	5.211.189,25	5.211.189,25	5.211.189,25	
Outras dívidas a pagar	Cientes (saldo credores)	64,03	65,36	65,36	65,36
	Pessoal	322,51	114,02	114,02	
					2.567.320,00
					864.867,45
					282.668,80
					49.085,83
					604,43
					51.461,82
					3.940.973,30
					5.139,75
					370.872,27
					5.957.131,50
					6.333.143,52
					12.607.130,08
					77.439,22
					77.439,22
					1.627.195,00
					4.086.189,25
					5.713.384,25
					103,93
					6.243,59

Handwritten initials and a blue arrow pointing to the top of the table.

Fornecedores de investimentos	5.805,60	5.805,60	681,55	491.881,79
Remunerações a liquidar	124.544,22	124.544,22	101.864,77	103.595,03
Juros a liquidar	9.298,27	9.298,27	10.705,41	12.457,77
Outros			15.588,17	15.134,05
Taxa Gestão	302.458,60	302.458,60	118.097,63	191.989,16
Correção Factoração	204.805,00	204.805,00	93.920,00	129.141,11
Valores por Faturar TMB Beja			11.565,33	
Taxa da Lei n.º 34/2015	97.311,78	97.311,78		
Outros credores por acréscimos de gastos	51.801,84	51.801,84	12.699,52	12,63
Veículo Lava Contentores			68.550,02	
Cortes Salários Lei 55-2010 e 64-2011			52.937,61	52.937,61
POVT CDR - AMCAL			71.844,08	
POVT CDR - Resilentejo			92.449,05	
POVT TMB - AMCAL			66.801,19	78.616,44
POVT TMB - Resilentejo			251.839,03	296.383,43
ADSE			53,90	
Totais	796.411,85	796.411,85	969.776,64	1.378.496,54
	5.385.450,66	5.385.450,66	6.324.236,78	7.169.320,01

18.2 – Perdas por imparidade em ativos financeiros

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade reconhecidas para cada uma das classes de ativos financeiros	Período 2016				Período 2015			
	Perdas por imparidade acumuladas no começo do período	Variações no período		Perdas por imparidade acumuladas no fim do período	Perdas por imparidade acumuladas no começo do período	Variações no período		Perdas por imparidade acumuladas no fim do período
		Aumentos	Reversões			Aumentos	Reversões	
Clientes	19.637,43	190.681,30	(5,23)	210.313,50	12.265,54	7.371,89		19.637,43
	19.637,43	190.681,30	(5,23)	210.313,50	12.265,54	7.371,89		19.637,43
	19.637,43	190.681,30	(5,23)	210.313,50	12.265,54	7.371,89		19.637,43

18.3 - Quantias das dívidas de cobrança duvidosa

(valores expressos em euros)

Quantias das dívidas de cobrança duvidosa		31.12.2016			31.12.2015		
		Quantias brutas escrituradas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	Quantias brutas escrituradas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas
Relativas a processos de insolvência e de recuperação de empresas ou processos de execução		301,29	(301,29)				
Em mora	Há menos de seis meses	159.619,34	(159.619,34)				
	Há mais de seis meses e até doze meses	24.631,37	(24.631,37)		0,02	(0,02)	
	Há mais de doze meses e até dezoito meses	5.000,23	(5.000,23)		11.338,75	(11.338,75)	
	Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	1.084,36	(1.084,36)		542,93	(542,93)	
	Há mais de vinte e quatro meses	19.676,91	(19.676,91)		7.755,73	(7.755,73)	
Subtotais		210.012,21	(210.012,21)		19.637,43	(19.637,43)	
Totais		210.313,50	(210.313,50)		19.637,43	(19.637,43)	

19 – Benefícios dos empregados

19.1 – Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Pessoas ao serviço e horas trabalhadas		Período 2016				Período 2015			
		Número médio de pessoas		Número de horas trabalhadas		Número médio de pessoas		Número de horas trabalhadas	
		Remuneradas	Total	Remuneradas	Total	Remuneradas	Total	Remuneradas	Total
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário	Tempo completo	72	72	124.173	124.173	69	69	114.868	114.868
	Tempo parcial								
	Totais	72	72	124.173	124.173	69	69	114.868	114.868
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo	Homens	49	49	84.452	84.452	47	47	78.243	78.243
	Mulheres	23	23	39.722	39.722	22	22	36.625	36.625
	Totais	72	72	124.173	124.173	69	69	114.868	114.868

19.2 – Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Fundo para Fins Sociais

Nos termos do Artigo 31º dos Estatutos da Gesamb – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM (Gesamb) foi criado um Fundo para Fins Sociais.

O Fundo para fins Sociais tem por fim auxiliar a satisfação das necessidades de ordem económica e social dos colaboradores da Gesamb e seus familiares.

Escalões:

A atribuição dos montantes é efetuada de acordo com dois escalões, tendo em conta o valor da retribuição líquida, definidos nos seguintes termos:

Escalões Vencimento Líquido Apoio

1º escalão até 1.000€ 100%

2º escalão mais de 1001€ 75%

APOIOS À NATALIDADE

Atribuição de subsídio de nascimento (por cada filho)

Para ser atribuído o apoio, é necessária a apresentação da certidão de nascimento. No caso de ambos os pais serem funcionários da Gesamb, apenas um terá direito ao referido subsídio.

Apoio à 1ª Infância - 30€ mensais - abono mensal a todas as crianças até 5 anos.

APOIOS À SAÚDE

Consultas, exames médicos, medicamentos com receita médica, seguros de saúde, etc. – plafond disponível para cada colaborador, abrangendo os seus dependentes e cônjuges, a definir anualmente e variável com os escalões definidos.

Para ser atribuído o apoio, é necessária a apresentação dos recibos das despesas efetuadas e da receita médica.

APOIOS ESCOLARES

Abono escolar - dependentes: com o ato de inscrição, visa apoiar a aquisição de livros escolares e outro material escolar; com a prova de conclusão e a partir do 1º ciclo condicionado a um aproveitamento de Bom (Média de 3,5, numa escala de 1 a 5), visa premiar o sucesso escolar.

Abono escolar - funcionários - atribuído com a apresentação de certificado de conclusão de novo grau de habilitação.

No caso de licenciatura, com a prova de inscrição e com a entrega de documento comprovativo de aproveitamento.

(valores expressos em euros)

Gastos com o pessoal	Período 2016	Período 2015
Remunerações dos órgãos sociais	2.352,00	
Remunerações do pessoal	860.692,93	761.800,90
Encargos sobre remunerações	176.185,02	160.730,85
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	13.740,37	9.356,15
Outros gastos com o pessoal	61.657,79	22.335,96
	1.114.628,11	954.223,86

Handwritten signature and initials in the top right corner.

20 — Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos exercícios de 2016 e 2015 não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do CSC, pelo que nada há a relatar quanto a negócios entre a sociedade e os seus Administradores.

Relativamente ao artigo 66º-A do CSC, a empresa informa que não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço e, bem assim como, que os honorários facturados no exercício de 2016 e 2015 são como se segue:

(valores expressos em euros)

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2016		Período 2015	
	Honorários facturados	Totais	Honorários facturados	Totais
Revisão legal das contas	8.500,00	8.500,00	7.650,00	7.650,00

Responsabilidades finais da sociedade:

O processo nº CO/000908/14, que corre termos na Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território, mostra-se em fase de instrução, e tem por objeto factos suscetíveis de integrar duas contraordenações ambientais leves, puníveis com coimas de valor entre 3.000,00€ e 22.500€.

21 — Outras informações

21.1 Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»		31.12.2016			31.12.2015		
		Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento	Imposto estimado	73.107,07		73.107,07	177.591,21		177.591,21
	Totais	73.107,07		73.107,07	177.591,21		177.591,21
Retenção de impostos sobre rendimentos			5.857,68	5.857,68		5.579,69	5.579,69
Imposto sobre o valor acrescentado		131.875,04		131.875,04	69.474,78		69.474,78
Contribuições para a Segurança Social			21.417,93	21.417,93		19.271,32	19.271,32
Totais		204.982,11	27.275,61	232.257,72	247.065,99	24.851,01	271.917,00

21.2 Detalhe da rubrica de «Diferimentos ativos e passivos»

(valores expressos em euros)

Gastos a reconhecer	Período 2016	Período 2015	Rendimentos a reconhecer	Período 2016	Período 2015
Seguros	76.981,76	43.847,86	Incumprimento Resitul	10.185,00	14.550,00
Assinatura Jornal	66,04		lefp		242,22
Contrato Assistencia Brabal	1.910,00	1.910,00			
Alojamento servidor	412,50	337,80			
Contrato inCentea	802,20				
Prosegur	65,34				
Primavera	596,67	160,04			
Assistencia Algardata	256,00	415,44			
Stock Artigos Manutenção	120.726,49	178.798,71			
Diversos	3.585,90				
	205.402,90	225.469,85		10.185,00	14.792,22

Handwritten initials and a blue arrow pointing to the table.

21.3 O detalhe dos gastos incorridos em Fornecimentos e serviços externos é como se segue:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2016	Período 2015
Subcontratos		18.647,72	18.288,27
Serviços especializados	Trabalhos especializados	158.269,32	103.635,54
	Publicidade e propaganda	17.431,38	6.267,14
	Vigilância e segurança	75.104,71	77.325,14
	Honorários	6.000,00	5.585,00
	Conservação e reparação	381.790,72	267.476,48
	Outros	7.512,65	759,38
	Totais	646.108,78	461.048,68
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	34.625,70	35.151,61
	Livros e documentação técnica	198,02	184,63
	Material de escritório	6.788,42	10.470,40
	Artigos para oferta	1.992,60	4.803,88
	Outros	1.929,77	
	Totais	45.534,51	50.610,52
Energia e fluidos	Eletricidade	142.083,54	185.382,40
	Combustíveis	298.181,87	312.810,48
	Água	3.179,01	3.939,83
	Outros	39.421,98	46.614,39
	Totais	482.866,40	548.747,10
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	2.098,10	324,98
	Transportes de pessoal		5,85
	Transportes de mercadorias	97,09	765,00
	Outros	1.250,69	993,07
	Totais	3.445,88	2.088,90
Serviços diversos	Rendas e alugueres	432,24	1.566,18
	Comunicação	15.973,99	15.602,32
	Seguros	94.760,17	77.658,28
	Contencioso e notariado	590,00	155,00
	Despesas de representação	64,40	1.342,59
	Limpeza, higiene e conforto	10.114,73	15.946,65
	Outros serviços	874,00	2.966,50
	Totais	122.809,53	115.237,52
Totais		1.319.412,82	1.196.020,99

21.4. O detalhe dos gastos incorridos em Outros gastos e dos rendimentos reconhecidos em Outros rendimentos é como se segue:

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos e ganhos		Período 2016	Período 2015	Outros gastos e perdas	Período 2016	Período 2015
Rendimentos suplementares	Serviços sociais			Impostos diretos	15.840,58	4.273,19
	Aluguer de equipamento			Impostos indiretos	10.504,20	10.505,25
	Estudos, projetos e assistência tecnológica			Taxas	440.120,57	218.944,16
	Totais			Totais	466.465,35	233.722,60
Descontos de pronto pagamento obtidos			18,95	Descontos de pronto pagamento concedidos		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	Alienações	1.300,00		Alienações		
	Sinistros	7.158,70	16.231,84	Sinistros	1.218,79	
	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	1.195,08	1.195,08	Gastos em propriedades		
	Totais	9.653,78	17.426,92	Totais	1.218,79	
Correções relativas a períodos anteriores		13.007,46	57.363,60	Correções relativas a períodos anteriores		
Outros rendimentos e ganhos	Imputação de subsídios para investimentos	1.039.473,31	959.819,33	Donativos		4.001,00
	Outros não especificados	4.388,65	15.654,49	Quotizações	11.000,00	16.000,00
	Totais	1.056.869,42	1.032.837,42	Outros não especificados	129.260,50	100.031,59
Totais		1.066.523,20	1.050.283,29	Totais	205.087,82	130.175,59
Totais				Totais	672.771,96	363.898,19

21.5. Proposta de aplicação de resultados

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 169.750,62 euros.

Nos termos das disposições estatutárias, a Gesamb deverá constituir, com carácter obrigatório, a Reserva geral nunca inferior a 10% do resultado líquido do exercício, a Reserva para investimento, no valor de 5% deste resultado, e o Fundo para fins sociais, nunca inferior a 2% do resultado líquido do exercício.

O Órgão de Gestão propõe, assim, a seguinte aplicação de resultados para o resultado líquido obtido no exercício:

Resultado Líquido	169.750,62
Reserva Legal	17.000,00
Outras Reservas:	
Para Investimento	8.500,00
Para Fins Sociais	6.800,00
Para outros fins	30.439,29
Para Resultados transitados	12.311,33
Distribuição aos sócios	94.700,00
CIMAC	56.800,00
Lena ambiente	37.900,00

A Administração

Luís Lima - D.º
Guilherme António Beneditino

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

BALANÇO Individual 31 de dezembro de 2016

Rubricas	Notas	31.12.2016	31.12.2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		16 861 602,92	18 137 614,66
Activos Intangíveis		10 388,22	9 001,30
Outros investimentos financeiros		1 970,31	919,52
Activos por impostos diferidos		40 694,42	38 458,79
Subtotal		16 914 655,87	18 185 994,27
Activo corrente			
Inventários		125 532,05	77 335,35
Clientes		964 018,84	2 233 845,12
Estado e outros entes públicos		204 982,11	247 065,99
Outros créditos a receber		75 041,38	1 360 034,20
Diferimentos		205 402,90	225 469,85
Caixa e depósitos bancários		6 745 095,16	4 984 315,06
Subtotal		8 320 072,44	9 128 065,57
Total do activo		25 234 728,31	27 314 059,84
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital rsubscrito		1 000 000,00	1 000 000,00
Reservas legais		772 000,00	709 923,70
Outras reservas		4 575 629,29	4 462 312,64
Resultados transitados		-12 311,33	-84 831,37
Ajsutamentos / Outras variações de capital próprio		7 456 507,85	8 162 426,06
Subtotal		13 791 825,81	14 249 831,03
Resultado liquido do exercicio		169 750,62	619 274,19
Total do capital próprio		13 961 576,43	14 869 105,22
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		3 685 684,94	3 711 574,94
Financiamentos obtidos		3 653 534,75	4 437 696,48
Outras dividas a pagar		2 164 555,67	2 369 499,67
Subtotal		9 503 775,36	10 518 771,09
Passivo corrente			
Fornecedores		151 342,33	143 270,89
Estado e outros entes publicos		27 275,61	24 851,01
Financiamentos obtidos		784 161,73	773 492,77
Outras dividas a pagar		796 411,85	969 776,64
Diferimentos		10 185,00	14 792,22
Subtotal		1 769 376,52	1 926 183,53
Total do Passivo		11 273 151,88	12 444 954,62
Total do capital próprio e do passivo		25 234 728,31	27 314 059,84

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração

O Contabilista Certificado

Henri Simão Raposo da Silva
Bernardinho Augusto Loureiro Pinto

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

Moeda: EUR
 Contribuinte: 506346773

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31/12/2016

Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados		4 333 887,80	3 837 245,20
Subsídios à exploração		7 444,41	8 047,39
Variação de Inventários na produção		48 196,70	-26 235,11
Fornecimentos e serviços externos		-1 319 412,82	-1 196 020,99
Gastos com pessoal		-1 114 628,11	-954 223,86
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-190 676,07	-7 371,89
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	30 089,70
Outros rendimentos		1 090 220,76	1 198 900,08
Outros gastos		-672 771,96	-365 290,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 182 260,71	2 525 139,98
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-1 777 860,48	-1 544 622,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		404 400,23	980 517,80
Juros e gastos similares suportados		-161 068,22	-173 863,91
Resultado antes de impostos		243 332,01	806 653,89
Impostos sobre o rendimento do período		-73 581,39	-187 379,70
Resultado líquido do período		169 750,62	619 274,19

A Administração

O Contabilista Certificado

Luís António Nunes de Azevedo
Bernardo António Beneditino

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

Contribuinte: 506346773

Moeda: EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)

RUBRICAS	NOTAS	2016	2015
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes		4 985 539,81	3 941 838,30
Pagamentos a Fornecedores		-2 059 963,79	-1 485 790,64
Pagamentos ao Pessoal		-1 049 049,62	-957 509,76
Caixa geradas pelas operações		1 876 526,40	1 498 537,90
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		31 415,25	-267 688,57
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		9 135,99	-1 149 339,37
Fluxos das actividades operacionais (1)		1 917 077,64	81 509,96
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-460 030,82	-2 902 106,27
Activos Intangíveis		-13 456,58	0,00
Investimentos financeiros		-1 239,66	0,00
Outros Activos		0,00	-685,15
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1 300,00	0,00
Activos Intangíveis		8 353,78	0,00
Investimentos financeiros		188,87	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		1 559 058,51	2 349 402,43
Juros e rendimentos similares		7 780,03	57 604,19
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		1 101 954,13	-495 784,80
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-773 492,77	-502 195,00
Juros e gastos similares		-163 358,90	-177 008,62
Dividendos		-321 400,00	-255 350,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de actividades de financiamento (3)		-1 258 251,67	-934 553,62
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 984 315,06	6 333 143,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 745 095,16	4 984 315,06

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração

António António

O Contabilista Certificado

Bernard Ant. Beuph. mil

Demonstração (Individual) das Alterações de Capital Próprio no Período 2016

Descrição	notas	Capital Subscrito	Reservas		Ajustamentos /Outras variações CP	Resultados Transitados	Resultado líquido do Período	Total
			Reservas legais	Outras reservas				
Posição no início do período 2016	1	1 000 000,00	709 923,70	4 462 312,64	8 162 426,06	-84 831,37	619 274,19	14 869 105,22
Alterações no período								0,00
Outra alterações reconhecidas de capital próprio	2	0,00	62 076,30	434 716,65	-705 918,21	72 520,04	-619 274,19	-755 879,41
Resultado líquido do período	3							
Resultado integral	4=2+3							
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	5	0,00	0,00	-321 400,00	0,00	0,00		-321 400,00
Posição no fim do período 2016	6=1+2+3+5	1 000 000,00	772 000,00	4 575 629,29	7 456 507,85	-12 311,33	169 750,62	13 961 576,43

A Administração

António Simão Pimenta da Silva
António Bernardino Beirão
 António Bernardino Beirão

O Contabilista Certificado

Demonstração (Individual) das Alterações de Capital Próprio no Período 2015

Descrição	notas	Capital			Reservas		Ajustamentos /Outras variações CP	Resultados Transitados	Resultado líquido do Período	Total
		Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Reservas legais	Outras reservas				
1	Posição no início do período 2015	1 000 000,00	611 423,70	3 915 048,20	9 122 291,23	0,00	-84 831,37	984 644,31	15 548 576,07	
	Alterações no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	
2	Outra alterações reconhecidas de capital próprio	0,00	98 500,00	847 664,44	-959 865,17			-984 644,31	-998 345,04	
3	Resultado líquido do período		98 500,00	847 664,44	-959 865,17		0,00			
4=2+3	Resultado integral									
5	Operações com detentores de capital no período Distribuições	0,00	0,00	-300 400,00						
6=1+2+3+5	Posição no fim do período 2015	1 000 000,00	709 923,70	4 462 312,64	8 162 426,06		-84 831,37	619 274,19	14 869 105,22	

A Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

